

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 – Série VII – N.º 741
10 de Março de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

O PCP em força!



Tal como sucedeu no Palácio de Cristal no Porto, o comício do Campo Pequeno foi uma majestosa afirmação de combatividade e confiança

«Ao olharmos aqui em volta, aqui, no Campo Pequeno, neste grandioso comício, com a praça cheia, com tanta combatividade, com tanto entusiasmo, com tantas bandeiras, tantos vivos, tantos homens, tantas mulheres e tantos jovens, tanta confiança na força, na luta e no futuro do nosso Partido, podemos deste já tirar uma conclusão, camaradas: ao contrário do que propaga a campanha anticomunista, **o PCP não está a andar para trás, mas, pelo contrário, na sua actividade, na sua militância, na sua luta, na sua ligação com as massas, o PCP está de novo a andar para a frente e com força.**»

Discursos de Álvaro Cunhal nos comícios de Lisboa e Porto no caderno Em Foco



8 de Março, Dia Internacional da Mulher

A resposta dos comunistas

As celebrações nacionais do 67.º Aniversário da fundação do PCP revestiram-se de um significado particular. Com rigor constituíram uma resposta dos comunistas portugueses aos desafios da hora actual.

E a hora actual é a de uma aguda batalha política e ideológica que envolve o conjunto das forças do Progresso Social, do Socialismo e da Paz à escala do Universo e em cada país, com a sua diversidade de condições e de formas e a sua unidade essencial.

Em Portugal a expressão relevante desse envolvimento é dada no momento actual por um importante ascenso da luta popular de massas contra o cavaquismo governante, numa acção que só nos últimos dois meses mobilizou mais de 100 mil trabalhadores de 17 sectores de actividade num movimento reivindicativo de grande amplitude contra a política cavaquista (em que as greves, particularmente as dos transportes, tiveram notável impacto) e pôs nas ruas das principais cidades do País em grandiosas manifestações de massas contra o pacote laboral que o Governo PSD pretende impor outras centenas de milhares de trabalhadores.

Neste processo de luta a classe operária e o seu Partido desempenham um papel primordial.

Nas celebrações do 67.º Aniversário do PCP, os grandiosos comícios comemorativos do Campo Pequeno, em Lisboa, e do Palácio de Cristal, no Porto, num conjunto de dezenas doutros no plano nacional, constituíram impressionantes realizações de massas cuja tônica comum foi a unidade e a coesão internas do nosso Partido, a confiança e a capacidade de resposta dos comunistas portugueses aos complexos problemas do momento presente.

Nas comemorações do 67.º Aniversário vieram a lume o carácter de classe e a profunda inserção nas massas do Partido Comunista Português.

Os 67 anos do PCP cobrem uma época das mais acidentadas e ricas de acontecimentos da vida e da luta da classe operária portuguesa e dos povos do nosso País e do Mundo.

Nascemos e atingimos a maioridade política em plena época de passagem do Capitalismo ao Socialismo. O impacto e a inspiração da Grande Revolução Socialista de Outubro e as vicissitudes da nossa conturbada História nacional foram o cadinho da nossa formação e da nossa experiência, marcaram de forma indelével a criação e o percurso do nosso Partido.

Celebramos este Aniversário num momento em que se processam no nosso País e no mundo profundas alterações políticas e de fundo, quando em Portugal, sob a férula do cavaquismo, o processo da contra-revolução ameaça subverter o regime democrático saí-

do da Revolução de Abril e destruir as suas conquistas fundamentais.

Tais profundas alterações matizam no momento actual a batalha ideológica em que estão envolvidos de forma assumida os comunistas portugueses.

O Governo cavaquista, nas eleições de 19 de Julho do ano transacto conseguiu obter a maioria dos votos dos eleitores e o controlo absoluto do Executivo e do Legislativo, tirou, depois delas, a máscara eleicoeira, atirou às urtigas a imagem da «estabilidade» e da «prosperidade», pôs em evidência a verdadeira cara política do restauracionismo e o seu carácter de classe.

Nos discursos que proferiu nos comícios de Lisboa e Porto, o Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, pôs as afirmações bombásticas e as divagações de Cavaco Silva em contraste com a realidade económica e social da política cavaquista, pôs em destaque o sensível deslocamento de forças desfavorável ao cavaquismo que desde as eleições se verifica, a quebra da sua base de apoio, a crescente resistência popular aos projectos cavaquistas.

Cavaco Silva sente o terreno fugir-lhe de baixo dos pés e perante o crescente divórcio entre a sua base de apoio parlamentar e a base de apoio popular em declínio carrega no acelerador do restauracionismo monopolista e do crescente enfundamento aos monopólios euro-ocidentais da CEE e ao militarismo norte-americano, procura rapidamente inverter o processo democrático saído do 25 de Abril.

Os perigos que pesam sobre a democracia portuguesa são reais. Cavaco pôs como meta para os próximos seis meses as chamadas «reformas estruturais» de aberta inconstitucionalidade, tentando criar uma situação de facto que facilite e propicie a revisão subversiva da Constituição.

Na sua pressa de destruir o sector público e nacionalizado e reconstituir os monopólios; de destruir a Reforma Agrária e reconstituir os latifúndios; de intensificar a repressão violenta sobre os que protestam contra as suas medidas antidemocráticas (como agora se verificou de novo sobre os estudantes do IS-CAP, do Porto, brutalmente agredidos pela polícia de choque) Cavaco Silva põe também de maneira crescente contra o seu Governo e o seu partido importantes sectores sociais da nossa população que antes o apoiaram.

De facto a contagem decrescente começou para a subsistência do Governo cavaquista. Os factores externos favoráveis ao cavaquismo estão em mudança.

A falsificação dos índices com que o Governo do PSD procura mistificar os portugueses nas prestidigitações «macroeconómicas» de Cadilhe não convence os parceiros da CEE acerca da verdadeira situação económica portuguesa para a obtenção das «aju-

das» comunitárias, como agora se verificou em Bruxelas.

O défice da Balança Comercial ainda em números provisórios foi em 1987 superior em cerca de 67% ao de 1986.

O novo quadro estratégico resultante da integração da Espanha nas estruturas de comando da NATO e as alienações da soberania nacional ao chamado «triângulo estratégico português do Atlântico» a troco da sucata armamentista excedentária da máquina de guerra norte-americana, são incontestáveis factores de agravamento da nossa dependência económica e militar que adensam as ameaças à segurança, à Paz e à Independência Nacional dos portugueses.

É neste quadro que comemoramos o 67.º Aniversário do nosso Partido e activamente preparamos o nosso XII Congresso marcado para os primeiros dias de Dezembro.

Toda a actividade do nosso grande colectivo partidário, todas as grandes iniciativas projectadas para o ano em curso se perspectivam na preparação e na realização do nosso Congresso.

Fazer que o XII Congresso represente um grande passo em frente na vida e na acção do PCP é doravante a preocupação fundamental dos comunistas. Pode-se dizer que essa preocupação dominou as entusiásticas comemorações do nosso 67.º Aniversário e constitui a tarefa central interna do PCP nos meses imediatos.

A última reunião do Comité Central do PCP ocupou-se largamente desta questão. É propósito do CC que o Congresso reflita as preocupações, as exigências e as novas realidades da época actual.

A batalha ideológica, o aprofundamento da democracia interna, a superação das deficiências e insuficiências na acção dos comunistas, a luta intransigente contra falhas e erros mas principalmente o reforço e valorização da organização, do património de experiências e do activo de luta dos comunistas estarão no centro do trabalho preparatório do Congresso.

Na preparação activa do Congresso, na elaboração e discussão das teses e outros documentos, no debate de ideias e no aprofundamento da democracia interna do Partido, na renovação de quadros e sobretudo de métodos de Organização e Direcção a todos os níveis, é propósito do CC não perder nenhuma contribuição, todos têm um contributo a dar ao melhoramento do trabalho geral do Partido, todos podem e devem sem receios, sem anátemas de injustas conotações, nas formas que a rica experiência do Partido consagrou como basilares da unidade e coesão política e ideológica do Partido, contribuir para que o XII Congresso signifique um novo passo em frente na luta e na interven-

Resumo

2 Quarta-feira

Instituto do Emprego e Formação Profissional divulga dados relativos a Outubro e Novembro passados, segundo os quais o desemprego aumentou 3,8 por cento ■ Trabalhadores a INDEP voltam a concentrar-se frente à residência oficial de Cavaco Silva na sequência de nova paralisação ■ Em conferência de imprensa, os sindicatos representativos dos trabalhadores da Tabopan revelam e repudiam proposta da administração que visa o despedimento de 400 trabalhadores ■ Direcção do Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte considera necessário lutar contra a terceira versão do pacote laboral ■ A Federação das Uniões de Agricultores do Distrito de Coimbra reclama pagamento das indemnizações aos lesados pelos incêndios do passado Verão ■ Reunidos em Bruxelas, os países membros da NATO redefinem orientações sobre armamento convencional ■ Novo Presidente do Panamá afirma disposição de pedir ajuda externa para salvar o país ■ Eleições no Bangladesh desenrolam-se em dia de greve geral de protesto contra o acto eleitoral ■ O Iraque revela ter bombardeado a cidade de santa iraniana de Qom.

3 Quinta-feira

Plenário da CGTP, extraordinariamente participado, aprova jornada nacional de luta, marcando-a para dia 17 de Março ■ Na Assembleia da República, a deputada independente do PS, Helena Roseta, apoiada por toda a oposição, declara, perante insultos da bancada do PSD, que só sairá da AR «pela força das armas» ■ Estudantes do ISCAL ocupam o átrio do Ministério da Educação protestando contra decreto que os integra no ensino politécnico ■ Reunidas em Setúbal, Comissões de Trabalhadores da respectiva Cintura Industrial analisam e criticam o «pacote laboral» e repudiam política do Governo ■ Conselho de Ministros aprova novo regime de comparticipação em medicamentos ■ Coordenadora dos Sindicatos dos Médicos anuncia greves para 8 de Abril e 6 de Maio ■ FESTRU desmente acordos entre o ministro e trabalhadores da Carris ■ Ministro angolano da Defesa acusa Zaire de colaboração com a UNITA ■ Estados Unidos decidem cerco económico ao Panamá e estudam congelamento das contas deste país nos EUA ■ Fontes militares de Israel anunciam novos equipamentos repressivos a distribuir aos soldados ■ O líder do grupo «U2», ao receber os prémios Grammy dedica-os à luta contra o *apartheid*.

4 Sexta-feira



Procurador-Geral da República manda arquivar queixa de Cavaco contra Helena Roseta por os factos se encontrarem cobertos pela imunidade parlamentar ■ Metro e Transtejo paralisam a cem por cento, tendo os trabalhadores da CP suspenso a greve marcada para hoje ■ Um grupo de estudantes do IS-

Procurador-Geral da República manda arquivar queixa de Cavaco contra Helena Roseta por os factos se encontrarem cobertos pela imunidade parlamentar ■ Metro e Transtejo paralisam a cem por cento, tendo os trabalhadores da CP suspenso a greve marcada para hoje ■ Um grupo de estudantes do IS-

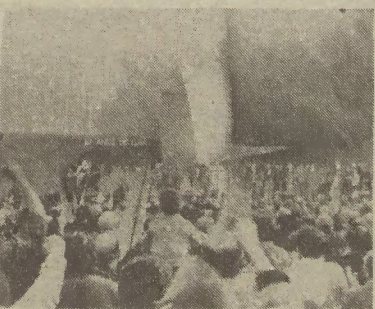
CAL é expulso pela polícia das instalações da RTP onde se deslocara para protestar contra a falta de cobertura das suas acções pela televisão ■ O exército de Israel proíbe aos jornalistas o acesso a vários sectores da Cisjordânia ocupada ■ Irão anuncia o lançamento de mais dois mísseis contra Bagdad.

5 Sábado



Na Praça do Campo Pequeno completamente cheia, realiza-se o comício do PCP em Lisboa, em que toma a palavra o camarada Álvaro Cunhal ■ Reúne o Conselho Nacional do PRD que decide antecipar a convenção do partido ■ Cavaco Silva visita distrito de Leiria que qualifica de «vanguarda do progresso» ■ Governo argentino decide convocar Conselho de Segurança da ONU a propósito das anunciadas manobras militares dos britânicos nas Malvinas ■ A União Soviética anuncia o lançamento para breve de vaivém espacial e o envio de duas sondas a Marte ■ Entra em vigor acordo Luso-Espanhol de combate à droga, por cinco anos, susceptível de renovação ■ Ronald Reagan manifesta-se favorável ao reforço e modernização dos contingentes militares da NATO, a fim de negociar com a URSS «em posição de força».

6 Domingo



O aniversário do PCP é comemorado no Porto com um grandioso comício no Palácio de Cristal, em que discursa o secretário-geral do Partido ■ A Comissão Nacional do Partido Socialista elege o Secretariado Nacional, a Comissão Política, o Conselho Editorial e o Presidente do Partido, Ferraz de Abreu ■ O ministro do Planeamento afirma no Alvor que a Regionalização não se encontra entre as prioridades do Governo, devendo o seu processo ser apenas retomado após a revisão constitucional ■ O Fórum Coop/88 reúne no Fórum Picoas cerca de 300 participantes, concluindo que a produtividade do sector cooperativo aumentou 15 por cento nos últimos três anos ■ A União Soviética protesta formalmente junto das autoridades iranianas contra manifestações violentas visando a embaixada da URSS em Teerão.

7 Segunda-feira

Banco de Portugal divulga índice mensal revelando que a conjuntura económica continua em queda ■ Presidente da República termina visita privada de dez dias a Marrocos ■ Imprensa britânica anuncia que a Grã-Bretanha vai exigir de Portugal o «pagamento das indemnizações e que Thatcher tomará posição intransigente» sobre o assunto junto de Cavaco Silva ■ Deputados portugueses ao Parlamento Europeu decidem não apresentar proposta sobre os Descobrimentos portugueses por não se acharem reunidas condições ■ Departamento de Mulheres da CGTP/IN apresenta à imprensa propostas destinadas a assegurar igualdade no trabalho ■ Estudantes do ISCA são dispersados pela polícia, em Coimbra, quando concentrados junto ao Governo Civil ■ Grande delegação de moradores de barracas do Porto protestam, na Assembleia Municipal contra ordem de desocupação emitida pela Câmara ■ Dirigente da OLP declara que os palestinianos não aceitarão a formação de uma delegação à conferência internacional se a OLP não for convidada ■ A Grã-Bretanha inicia manobras militares nas Malvinas apesar dos protestos da Argentina.

8 Terça-feira

É assinalado por todo o país o dia Internacional da Mulher: em Lisboa, delegadas e dirigentes sindicais da União dos Sindicatos de Lisboa desfilam do Rossio até à A. R. em protesto contra medidas lesivas dos seus interesses, juntando-se na Assembleia ao



MDM para assistir ao debate de um projecto de lei sobre os direitos das associações femininas ■ Greves do Metro e da Transtejo voltam a registar adesões de cem por cento ■ Vitor Constâncio, secretário-geral do PS, recebe uma delegação da CAP, com quem discute o chamado «pacote agrícola» ■ A CIP afirma que as medidas contidas no pacote laboral do Governo «são acentuadamente insuficientes e insatisfatórias», pelo que os associados da confederação patronal «acham que para mexer assim na legislação do trabalho mais valeria estar quieto» ■ A CEE adopta programas de pré-reformas para agricultores ■ É neutralizada em S. Tomé uma tentativa de golpe de Estado ■ Polícia sul-africana reprime manifestação pacífica de mulheres e prende cinco jornalistas que faziam a cobertura do acontecimento ■ Yasser Arafat apela à continuação da revolta palestiniana nos territórios ocupados por Israel.

ção dos comunistas portugueses na problemática nacional e na sua resposta política aos desafios da hora presente.

É um facto que profundas mudanças se produziram e operam nas condições objectivas em que se desenvolve a luta dos comunistas, nas formulações, na consideração rigorosa do que é transitório e do que é perdurável no combate ideológico e político da hora actual.

O desenvolvimento impetuoso das forças produtivas sob o impacto da Revolução Científica e Técnica, a sua crescente socialização e internacionalização, as alterações de estrutura das classes em particular da classe operária, agravaram, numa escala sem precedentes, a contradição fundamental do sistema capitalista, abrem perspectivas novas e inesgotáveis de um grande salto em frente no desenvolvimento e enriquecimento do processo revolucionário.

Nunca foi tão imperioso acertar o passo com uma realidade em constante mutação, compreender as situações novas, as novas realidades.

A democratização de todos estes processos tornou-se uma exigência objectiva do momento actual.

Os comunistas portugueses na preparação do seu XII Congresso irão para o aprofundamento de tudo isso com uma grande modestia, com a convicção de que ninguém domina toda a riqueza dos fenómenos emergentes, com um grande sentido crítico e autocrítico, com o pleno uso dos instrumentos peculiares de um grande partido marxista-leninista que é o PCP.

Essa é a determinação do CC do PCP na abordagem da problemática do seu Congresso vivamente expressa nas últimas reuniões.

Esta determinação não agrada evidentemente aos «comunistólogos» da reacção, aos cavernícolas do anticomunismo militante e aos seus apêndices da novíssima geração.

Os que na imprensa da direita, violando de maneira abjecta a deontologia profissional mais elementar da verdade informativa, constroem um acervo de calúnias e mentiras contra o PCP não terão sorte nenhuma.

«Crise no PCP», «O PCP em estado de sítio!» e outros títulos em caixa alta, do mesmo jaez da comunicação social empenhada no anticomunismo, tentam dar um quadro de divisões internas, de luta de gerações e de gladiadores dentro do PCP.

A tónica exaltante das celebrações do 67.º Aniversário vai continuar a ser uma constante da vida, da actividade e da luta do PCP na preparação do seu XII Congresso.

A resposta política dos comunistas portugueses aos desafios da hora actual vai continuar e vai enriquecer-se nos embates da luta e da vida.

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

«É necessário prosseguir, unificar e intensificar a luta!»

CGTP marca para 17 de Março «dia nacional de luta» contra o pacote laboral

O plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN, reunido de emergência na passada quinta-feira, considerou que «nas condições presentes é necessário e possível prosseguir, unificar e intensificar a luta» e mandou os órgãos de direcção da central «para decidirem sobre a marcação das acções que, neste contexto, se considerem necessárias, nomeadamente a greve geral».

Os 700 delegados de 146 organizações sindicais que participaram neste plenário — o maior, segundo o departamento de informação da central, desde as greves gerais de 1982 — aprovaram a proposta do Conselho Nacional da CGTP no sentido de **realizar a 17 de Março um dia nacional de luta contra o pacote laboral e pela defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.**

Esta «grande acção nacional» assumirá formas de acção diversificadas, «determinadas pelas condições concretas existentes e pelas características de cada situação, a nível de empresa, sector e região» — lê-se na resolução aprovada por unanimidade e aclamação no plenário de dia 3, sendo de prever no dia 17 a realização de paralizações de trabalho, manifestações, concentrações, reuniões e outras iniciativas.

A greve geral

Tendo em conta a dimensão e o alcance da ofensiva do patronato e do Governo, a CGTP-IN declara na resolução que «está disposta e empenhada em levar à prática todas as formas de luta constitucionalmente reconhecidas, inclusive uma nova greve geral».

A central nota, contudo, que «o recurso a esta forma de luta não pode ser assumido de ânimo leve e, por isso, não substituiremos nunca a avaliação realista das condições necessárias para o seu êxito por atitudes voluntaristas».

Aquelas condições, segundo a resolução do plenário da CGTP-IN, implicam «desde logo» que sejam assegurados «a vontade e o empenhamento efectivo dos trabalhadores e suas organizações»; além disso, «é igualmente importante que a data a fixar tenha em conta a sua eficácia relativamente aos objectivos que a determinam, o que implicam uma

observação atenta dos tempos de actuação e objectivos do Governo».

Cavaco: as promessas e a realidade

A actuação do Executivo de Cavaco Silva e do PSD



A luta contra o pacote laboral e o pacote agrícola do Governo trouxe à rua milhares de trabalhadores de Évora, no passado sábado, por iniciativa da União dos Sindicatos do distrito (foto); as estruturas da CGTP-IN realizaram já, desde 23 de Janeiro, manifestações e outras acções de rua em Braga, Santarém, Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Faro, Covilhã, Beja, Ponta Delgada e Funchal, além de inúmeras reuniões e plenários de empresa e de activistas sindicais

foi também analisada no plenário nacional de sindicatos e a resolução consagra-lhe o seu primeiro capítulo. Intitulado «As promessas e a realidade», nele se mostra como **«as promessas de progresso, modernização e bem-estar feitas por Cavaco Silva em plena campanha eleitoral e a imagem de eficácia que o Governo pro-**

curou transmitir estão, dia a dia, a ser desmentidas perante a evidência dos factos».

O documento recorda as contradições entre a anunciada taxa de inflação para 1987 (8,5%), e as taxas do INE (9,4% pelo índice antigo, 10,2% após a inclusão de novos itens, como as rendas de casa) e acusa o Governo de, em lugar de fomentar a livre negociação colectiva, ter vindo a alimentar a confrontação e a procurar que os trabalhadores aceitem como certo os 6,8% de inflação esperada para 1988; «mas, na verdade, nem o próprio Governo acredita nesta meta, que apenas é mantida para pressionar as revisões salariais».

A CGTP-IN afirma ainda que as estatísticas oficiais sobreavaliavam o emprego através da inclusão dos trabalhadores e jovens ocupa-



Este foi o maior plenário de sindicatos realizado pela CGTP-IN desde as greves gerais de 1982: contou com a participação de 700 delegados, representando 146 organizações sindicais

go precário; **os contratos a prazo já ultrapassam hoje os 600 mil trabalhadores».**

Na resolução comenta-se ainda os resultados da última cimeira da CEE, chamando a CGTP a atenção para que «é importante que Portugal, nas suas relações com a CEE, pague menos e receba mais, mas é importante também saber-se em que condições são obtidos os fundos e que não deixem as ilusões sobrepor-se às realidades».

Ainda sobre este tema — objecto de uma proposta mais detalhada da CGTP-IN apresentada no CPCPS —, a resolução sublinha ser fundamental que «em vez de prevalecer a questão da distribuição dos fundos, se defina com rigor e em função dos interesses nacionais os critérios da sua aplicação».

Contudo, para a central «parece não ser esta a opção do Governo» que, «assumindo incondicionalmente as teorias neoliberais, **asenta a resolução dos problemas do País exclusivamente no aumento dos lucros do capital,** ignorando as críticas e reservas que hoje claramente são colocadas, quer a nível da sociedade portuguesa, quer a nível internacional, quanto à eficácia e legitimidade dessa via, na medida em que é geradora de mais injustiças sociais e fundamentalmente contrária à dignidade humana dos trabalhadores».

Unidade e combatividade

A resolução sublinha que **«a luta atinge hoje uma di-**

mensão ímpar, relativamente aos três últimos anos», realçando «uma grande capacidade de resistência e um grande espírito de unidade» dos trabalhadores na luta contra a violação dos seus direitos e na resposta à política de afrontamento do Governo e do patronato.

Recordam-se, a propósito, no documento, as manifestações muito participadas contra o pacote laboral que se realizaram desde 23 de Janeiro em Braga, Santarém, Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Faro, Covilhã, Beja, Madeira e Açores, bem como as inúmeras reuniões e plenários de empresa e de activistas sindicais; e referem-se também as «centenas de milhares de trabalhadores» em luta pela melhoria dos salários, pelo direito à negociação colectiva, contra a imposição do tecto salarial, pela defesa dos direitos individuais e colectivos, pela redução do horário de trabalho, contra a privatização de serviços públicos essenciais, contra os salários em atraso, os despedimentos e o encerramento de empresas. **«Em todas estas movimentações e, em particular, nas lutas em torno de questões muito concretas — afirma-se na resolução — os trabalhadores estão a mostrar grande determinação e um elevado sentido de unidade».**

Referindo que «na condenação do pacote laboral surgem também posições coincidentes ou convergentes por parte de estruturas sindicais das mais variadas con-

cepções, para além de protestos de sectores diversificados e exteriores ao movimento sindical», a CGTP-IN reafirma a sua posição de **«rejeição global e liminar de tão grave e afrontoso projecto»** e alerta para o facto de que «a terceira versão da lei dos despedimentos em nada de essencial altera a versão anterior»; por isso, **seria «altamente gravoso para os trabalhadores que viesse a verificar-se a sua aceleração, por parte de organizações que não a CGTP-IN, a pretexto de introdução de alterações que, embora com algum significado mas não essenciais, mantivessem de pé os seus objectivos centrais, ou seja, neutralizar a actividade sindical por via da revogação da lei 68/79 e, por outro lado, conferir ao patronato o poder de despedir quando, como e quem quiser».**

Além da marcação do «dia nacional de luta», o plenário decidiu ainda que a sua próxima reunião se realize em Évora, como «manifestação de solidariedade com a Reforma Agrária» e «apoiar activamente a marcha dos trabalhadores da RA para Lisboa»; apoiar e empenhar-se nas comemorações do Dia Internacional da Mulher e do Dia Nacional da Juventude, integrar-se nas comemorações do aniversário da Constituição e do 25 de Abril e «começar, desde já, a preparar de forma alargada as comemorações do 1.º de Maio, para que resulte numa grande jornada de unidade e luta».



O calendário

Todos os anos fica este secreto mal-estar — mas a verdade é que o essencial da culpa reside no calendário... No calendário apenas, será talvez injusto. A verdade é que o anual ciclo dos dias não pode ser responsabilizado pelas medidas que sobre ele os homens tomaram, por que dias optaram, que datas escolheram para fazer as suas celebrações.

Mas a questão é, de facto, de dias. E limita-se a esta situação simples: o dia 6 de Março antecede apenas em 48 horas o dia 8 de Março! O que significa que, sendo o «Avante!» um semanário, é quase sempre confrontado com este bocado de problema de, num mesmo número, ter que dar conta de duas datas importantes: o aniversário do PCP e o Dia Internacional da Mulher!

Chega-se ao 6 de Março e, de Monção a Vila Real de Santo António, passando pela Madeira e pelos Açores, e um pouco por todo o mundo, os comunistas desdobram-se em iniciativas. Ele são jantares, ele são almoços, ele são comícios, ele são reuniões, ele são sessões, ele são exposições, ele são telegramas, bolos de velas, presentes, foguetes, festas e o mais que se imagina. Trata-se de celebrar os tantos anos que decorreram desde 1921, desde que a classe operária-portuguesa avançou na criação do seu Partido.

A questão complica-se pelo facto de que tais iniciativas raramente estão separadas do que entretanto se passa. Não se trata de cenáculos privados onde apenas se ritualizem para consumo privado algumas datas e figuras, não se trata de sombrias evocações do passado desapegadas do presente. Bem pelo contrário, os mais elementares critérios noticiosos mandam que se dedique atenção a iniciativas e mobilizações que sempre se entroncam com a realidade que decorre, nos problemas que se vivem, nas lutas que continuam, nos anseios que combativamente se mantêm. Os comícios realizados no passado fim-de-semana no Campo Pequeno e no Palácio de Cristal e que ocupam largas páginas desta edição constituem apenas um exemplo.

Claro que, face a estas solicitações, começam as angústias sobre o espaço...

Porque a verdade é que o povo português parece ter ficado definitivamente curado quanto a saudosismos passadistas, com os quarenta e oito anos em que se falava das navegações henriquinas para fazer esquecer os naufrágios salazaristas... Chegado o 25 de Abril assiste-se nesta terra a um inabalável empenhamento de **fazer** História.

Teimosamente, comemoram-se as lutas com lutas, as greves com greves, as manifestações com manifestações, os comícios com comícios — e assim por aí fora.

Donde, nesta semana, em que dois gigantescos comícios fizeram actual um aniversário, por esse País fora se desenrolam outros tantos factos a exigirem tratamento.

E o espaço vai minguando...

Subestimação da importância do problema feminino — dir-se-á!

Mais grave ainda, subestimação de uma importante frente de trabalho do Partido, de uma frente de trabalho para a qual repetidamente se chama a atenção, à qual os comunistas têm dado crescente empenho.

Não nos parece que o seja. O 8 de Março está presente neste número do «Avante!». E está presente exactamente da mesma forma que o está na vida, isto é, profundamente ligado a ela, parte inseparável da vida e da luta.

São muitos e muitos milhares as mulheres trabalhadoras que neste Março de 88 lutam por esse País fora contra a exploração, por aumentos salariais, pelo seus direitos e regalias. Na actividade do Partido verifica-se que a comemoração do 8 de Março proporcionou um leque de iniciativas tanto mais significativo quanto de perto se seguiu às do 67.º aniversário. Um exemplo afinal da capacidade de iniciativa, do labor constante e persistente dos militantes comunistas e da sua organização.

A nós, ao «Avante!», o calendário causa-nos este problema! Não só o calendário — mas também a geometria, que o número de páginas e respectiva área é o que é! Mas estamos certos que todas as mulheres comunistas estarão de acordo em que falemos neste número dos comícios que comumente fizemos no nosso comum aniversário do nosso Partido.

A verdade é que todos sabemos que cada passo em frente dado pelo PCP é um passo em frente da liberdade, da democracia, um passo em frente para o futuro de todos nós.

Sendo que o próximo «Em Foco» terá qualquer coisa a acrescentar!

Trabalhadores

No 8 de Março e todos os dias

Os direitos das mulheres devem ser respeitados

«Ao comemorar mais um 8 de Março, lembramos as mulheres do passado e a sua luta heróica, mas falamos principalmente das mulheres de aqui e agora, mulheres que continuam transformando o presente, quebrando cadeias, abatendo barreiras, mulheres que constroem o futuro, companheiras anónimas deste diário renascer da esperança e da vida» — afirma a direcção distrital de Lisboa do Movimento Democrático de Mulheres no folheto que distribuiu à população alertando para a dura vida das mulheres e os perigos que ameaçam os frutos da sua luta pela igualdade. Também organizações sindicais fizeram chegar à nossa redacção notícias das comemorações deste Dia Internacional da Mulher. Dos documentos e da realidade que retratam sobressai a necessidade de lembrar, porque muita gente ainda força o esquecimento, uma verdade vezes sem conta repetida: **no 8 de Março, como todos os dias, os direitos da mulher são para respeitar.**

Em Portugal a História recente mostra mais uma vez que, também no que respeita à emancipação e à igualdade, a questão fundamental tem a ver com a política, com quem a faz e com os interesses de classe que defende.

O MDM de Lisboa chama a atenção para que «conhecer em profundidade os direitos que temos na sociedade e exigir o seu exercício é um desafio para todas as mulheres que lutam pelo direito à sua realização individual e à felicidade». Do conhecimento dos direitos e de quem os desrespeita ou ameaça surgem, hoje, algumas questões muito políticas e que estão a trazer cada vez mais mulheres à luta.

Preocupações

No centro das preocupações (sobretudo das mulheres que trabalham por conta de outrem) está, naturalmente, o projecto governamental de alteração das leis laborais. «Tendo em conta quem é mais discriminado nas empresas — refere uma nota da USL — — **percebe-se claramente a quem atingirá primordialmente a ameaça contida no projecto de lei dos despedimentos.**»

As mulheres reclamam também que sejam respeitadas os direitos que já conquistaram com a sua luta e que estão consagrados nas leis e na Constituição, pondo termo às **discriminações** mais ou menos (ou nada) disfarçadas; como lembra a União, as mulheres; ilegalmente, são as primeiras a ser despedidas, são colocadas em profissões menos qualificadas e têm pouco acesso à formação profissional.

O governo dá o exemplo no desrespeito pelos direitos das mulheres. O mais recente e mais grave caso é o do **decreto-regulamentar 36/87**, que veio alterar o regime de acesso ao subsídio de doença e onde a gravidez e a maternidade são tratadas ao nível das doenças e acidentes. Antes disso, já o patronato descobriu e começou a utilizar formas subtis, como os prémios de assiduidade, para torner as leis e limitar os direitos das mulheres, considerando como absentismo as faltas por mater-

nidade e assistência à família.

Mas — alerta o MDM de Lisboa no documento que citámos no início — também a **revisão da Constituição** deverá merecer uma grande atenção por parte das mulheres, já que «é uma importante conquista do 25 de Abril e, mais do que alterar, importa aprofundar os direitos e garantias já consagrados e que efectivamente sejam garantidos e aperfeiçoados os direitos das mulheres».

Mas também poderíamos falar dos brutais aumentos das **custas judiciais**, em vigor desde 1 de Janeiro. Gra-

ças ao Governo PSD/Cavaco, um processo de divórcio, que custava cerca de 18 contos, passou para 74 contos; uma reclamação de divórcio, que era grátis, importa agora em 18 500 escudos; um processo de vítima de difamação, injúria ou ofensa corporal, que orçava em 4 mil escudos, custa hoje, só no que se refere ao imposto de justiça, cerca de 19 contos; um processo de investigação de paternidade era sujeito a preparos no valor de 8430 escudos e agora já são necessários 37 contos.

Estes são apenas alguns exemplos referidos num co-



No Rossio a União dos Sindicatos de Lisboa realizou no Dia Internacional da Mulher uma exposição fotográfica; no local foi instalado um estúdio móvel de som para entrevistas e depoimentos; dirigentes e activistas do departamento de mulheres da USL distribuíram um documento à população. À tarde uma delegação foi à Assembleia da República expor ao seu presidente, aos grupos parlamentares e à Comissão da Condição Feminina as posições e reivindicações das mulheres trabalhadoras do distrito

Igualdade na reforma e no local de trabalho — propõe a CGTP-IN

A assinalar o Dia Internacional da Mulher, a CGTP-IN apresentou aos grupos parlamentares propostas para que seja idêntica a idade de reforma de homens e mulheres e para que sejam instituídos nas empresas, como representantes dos trabalhadores, conselheiros (ou conselheiras) para a igualdade.

Na conferência de imprensa em que, segunda-feira, foi dada a conhecer esta iniciativa, as dirigentes da central, Maria Emília, Maria do Carmo Tavares e Odete Filipe realçaram a importância das propostas e manifestaram a esperança de que os deputados venham a contemplá-las em projectos de lei, tanto mais que elas seriam um contributo para passar à prática o princípio da igualdade consagrado na Constituição e nas leis e contemplado também nas intenções expressas no programa do Governo, e numa recomendação da CEE aos Estados membros.

A instituição dos «conselheiros para a igualdade» — que já existem em alguns países europeus — foi considerada como mais uma forma (juntamente com o trabalho das comissões de trabalhadores e comissões sindicais) para eliminar as discriminações das mulheres nos locais de trabalho.

«Em nome da igualdade já têm tentado subir a idade da reforma das mulheres. Isso já foi recusado e mereceu grande repúdio quando Leonor Beleza, então secretária de Estado da Segurança Social, avançou com um projecto nesse sentido» — afirmaram aquelas dirigentes sindicais, ao explicar os motivos que originaram a proposta da redução para 62 anos da idade normal de aposentação, «sem prejuízo das reduções impostas pela diversidade das actividades profissionais e, em especial, pela maior penosidade e desgaste de certas profissões».

municado do MDM em que o Movimento lembra que o processo judicial já de si não tem sido fácil para as mulheres: «desconhecemos a maioria dos nossos direitos e os locais de recurso possíveis, defrontamo-nos com preconceitos sociais, não só na família e no meio em que vivemos, mas também nas autoridades policiais e judiciais, faltam-nos condições de tempo e financeiras para recorrer aos tribunais». «E, se isto já nos era negativo, que dizer de hoje, em que o acesso à justiça é-nos bem mais difícil» — interroga o MDM.

Iniciativas

Pelo exercício dos direitos conquistados e reconhecidos legalmente às mulheres trabalhadoras, contra o pacote laboral do Governo e pela revogação do decreto-regulamentar 36/87 (a «lei das baixas»), as estruturas do Movimento Sindical Unitário realizam uma série de acções nos locais de trabalho e em várias localidades, nomeadamente:

Sábado — colóquios na Biblioteca Municipal de São João da Madeira (sobre «A situação da mulher hoje», com Luísa Amorim) e na Casa da Cultura de Famalicão (21.30, sobre «A mulher

Trabalhadores



Em Portugal as mulheres conquistaram o direito à igualdade

- O direito ao trabalho
- O direito de escolherem livremente a profissão ou o género de trabalho
- O direito à mesma retribuição para trabalho igual
- O direito a 30 dias de férias e subsídio e ao 13.º mês
- O direito à formação cultural, técnica e profissional
- O direito à igualdade de oportunidades, não lhes podendo ser vedado o acesso a quaisquer cargos ou categorias profissionais
- O direito à educação sexual e ao planeamento familiar
- O direito a especial protecção durante a gravidez e após o parto
- O direito a um período de dispensa do trabalho, antes e depois do parto, sem perda de regalias

(«Podemos, se quisermos, transformar o mundo», documento distribuído pela Federação dos Têxteis, assinalando o 8 de Março)

na sociedade civil e a defesa dos seus direitos»;

Domingo — festas-convívio no Sindicato dos Corticeiros, em Santa Maria de Lamas, na Avenida Central de Braga e no jardim público de Guimarães.

Até dia 13 a União dos Sindicatos de Coimbra promove uma exposição de artesanato; além da capital do distrito, esta iniciativa abrange também a Lousã e a Figueira da Foz.

No próprio dia 8 e Março as respectivas uniões distritais de sindicatos realizaram iniciativas em Aveiro, Beja, Braga, Évora, Leiria e Lisboa. No dia 9 a União dos Sindicatos do Porto efectuou um debate sobre «As mulheres trabalhadoras e a defesa dos seus direitos».

MDM

Por outro lado, o Movimento Democrático de Mulheres anunciou para dia 19 de Março, a partir das 9.30, no Centro de Estudos Judiciais do Limoeiro, a realização de um colóquio sobre «Mulher e violência — MDM acusa», que funcionará simbolicamente como tribunal e em dois painéis: «violência e trabalho» e «violência e família».

Além das iniciativas já levadas a cabo pelo Movimento em várias localidades, estão ainda previstas:

Sábado — espectáculos musicais na Sociedade 1.º de Agosto (Santa Iria), em Bucelas, com Sérgio Godinho, em S. Vicente de Fora, no Clube desportivo das Oficinas Gerais de Fardamento do Exército;

Domingo — Debates em Odivelas e na Pontinha, com animação cultural da responsabilidade do grupo musical «Romances»; colóquio sobre saúde, no Centro Cultural da Damala, com a dra. Graça Mexia; espectáculo na União Progresso da Venda Nova, com demons-

tração de ginástica, karaté e esgrima e com música popular portuguesa (Adelaide de Carvalho);

20 de Março — espectáculo na cooperativa «A Sacavenense» e sessão-debate em Alcântara.

Ainda para o dia 13 de Março, está marcado o 1.º Encontro do MDM do distrito de Castelo Branco, a partir das 14.30, na Assembleia Municipal da Covilhã.

No Porto o MDM e o departamento de mulheres da União dos Sindicatos realizam hoje um encontro distrital para debater problemas relativos à legislação laboral, à «lei das baixas» e às condições de vida; do programa das comemorações consta ainda um debate sobre «A Constituição Portuguesa e os direitos da mulher», no dia 31 de Março, às 21.30, na Casa D. Hugo (à Sé) e uma exposição fotográfica no Centro UNESCO (à Rua José Falcão), durante a primeira quinzena de Março.

Na capital nortenha realizou-se já, no dia 7 — a marcar o início das comemorações e organizado pelo MDM —, um café-concerto, que contou com a participação de Simone de Oliveira e do Quarteto de Jazz de Jorge Reis e que teve ainda um momento de poesia, com declamação de Estrela Novais.

Também diversos órgãos autárquicos se associaram à comemoração deste 8 de Março — 131 anos depois dos acontecimentos de Nova Iorque e 78 anos depois da 2.ª Conferência das Mulheres Socialistas que aprovou, em Copenhague, a proposta de Clara Zetkin para que a data fosse assinalada como Dia Internacional da Mulher.

De entre as iniciativas ainda por realizar, registamos o espectáculo oferecido pela Junta de Freguesia de Almada, hoje: «Socorro, sou uma mulher de sucesso!», teatro com Io Apolloni, a partir das 21.30, no salão de festas da Incrível Almadense.

Reforça-se na luta a unidade dos trabalhadores

• Governo recua na Carris

Está para hoje marcado um plenário de trabalhadores da Carris onde deverá ser analisada a situação na empresa, depois de terminada a requisição civil decretada pelo Governo. Deverá ser também discutida a posição dos trabalhadores no processo de revisão salarial.

A posição do Governo é classificada pela FSTRU como «de claro recuo, até mesmo na forma como anuncia o levantamento da requisição civil, e mostra a razão que sempre assistiu aos trabalhadores, não só quando consideraram ilegal e sem sentido essa medida totalitária, mas também quando, apesar de sempre disponíveis para o diálogo e a negociação, souberam nunca deixar de manter uma posição unida, firme, confiante e determinada».

A Federação dos Rodoviários considerou, após o executivo de Cavaco e do PSD ter anunciado o levantamento da requisição no dia 3, que «estão criadas condições para as negociações poderem prosseguir em normalidade», esclarecendo que não há ainda qualquer acordo, «mesmo que de princípio», entre sindicatos e administração.

Ao contrário de intimidar os trabalhadores, «a atitude prepotente e arrogante do Governo acabou por conduzir ao agravamento dos conflitos no sector dos transportes» — constata a Federação, reafirmando que «os trabalhadores da Carris continuam inteiramente disponíveis para negociar e reafirmam serem os prejuízos que o conflito causa junto dos utentes e da população da exclusiva responsabilidade da comissão administrativa e do Governo».

Proseguem entretanto as lutas noutras empresas de transportes, mantendo-se a unidade que as tem caracterizado até aqui, com participação de praticamente todos os trabalhadores nas paralizações de sexta-feira e anteriormente no Metropolitano de Lisboa e de terça-feira na Transtejo.

Os ferroviários, por sua vez, concentram-se hoje, às 15.30, junto às instalações do conselho de gerência da CP, por decisão dos plenários efectuados na semana passada no Barreiro, no Entroncamento, em Lisboa, em Coimbra e no Porto e nos quais foi salientado o desenvolvimento e o reforço dos «sentimentos de unidade que importa preservar para a continuação da luta»; a ne-

cessidade de defender a unidade de todos os trabalhadores da CP levou a que fosse desmarcada pela FSTFP a greve de 4 de Março.

Os ferroviários consideram necessário «prosseguir a luta, dado que os objectivos não foram ainda alcançados», designadamente a exigência das 40 horas como duração máxima da semana de trabalho, a redução da idade de reforma e um acordo de empresa justo.

EDP

Um dirigente da federação sindical das Indústrias Eléctricas (FSTIEP) confirmou terça-feira à noite ao «Avante!» que se iria realizar a greve de 24 horas marcada para ontem na Electricidade de Portugal, EP e salientou o grande espírito de unidade e a forte disposição de luta dos trabalhadores.

Os motivos da greve prendem-se com as posições do conselho de gerência da EDP, seguindo orientações do Governo, nas negociações da tabela salarial e do acordo de empresa.

Com mais de dois meses de atraso sobre o prazo legal — como lembrava um comunicado da comissão negociadora sindical/FSTIEP no final de Janeiro — o CG, após constantes insistências dos sindicatos, apresentou a 26/1/88 uma contraproposta de aumentos salariais de 5 por cento; esta era acompanhada, ainda por cima, de diversas alterações ao clausulado geral e anexos do acordo de empresa (em negociação há cerca de 3 anos).

Das 147 cláusulas do acordo de empresa, só estavam em suspenso 4; agora,

o conselho de gerência da EDP rejeita os compromissos assumidos e apresenta 64 novas propostas, além de alterações para os 12 anexos do AE, condicionando a actualização da tabela salarial (em 6,8%, segundo a proposta apresentada anteriormente) à retirada de um grande número de direitos dos trabalhadores e suas organizações.

Os trabalhadores da Autossil, depois de a administração ter dado o dito por não dito recusando negociar com a CT o caderno reivindicativo para 1988, decidiram entrar em greve nos próximos dias 17 e 18.

Esta decisão foi tomada num plenário realizado segunda-feira à tarde. A comissão intersindical e a comissão de trabalhadores haviam já alertado para a possibilidade de, novamente, ser necessário recorrer à paralisação do trabalho — como sucedeu em 12 e 13 de Janeiro.

«Utilizando o tempo a seu favor, a administração na antepenúltima reunião disse que estaria disposta a discutir as matérias do caderno reivindicativo que não tinham sido contempladas no seu comunicado de 28/12/87 e ainda todas as outras, caso houvesse propostas concretas» — informavam a CT e a CI num comunicado do dia 2 de Março. O ponto da situação concluía com a denúncia de que «na penúltima e última reuniões a administração deu o dito por não dito e recusa-se a negociar com a CT, apresentando como contraproposta a todos os pontos uma proposta de alteração do período de trabalho».

Uma proposta aprovada por unanimidade pelos trabalhadores da Siderurgia Nacional em plenários efectuados sexta-feira na sede, em Paio Pires e na Mala considera «imoral e de má-fé» o facto de o conselho de gerência querer impor por acto de gestão aumentos de 7 por cento, «enquanto arrecada (e do mesmo saco) um aumento de 10,64% atribuído pelo Governo aos gestores das empresas públicas».

As organizações sindicais foram mandatadas pelos plenários para requerer a pas-

sagem do processo à fase de conciliação. Os trabalhadores reclamam aumentos salariais com base na média dos valores já acordados para 1988 — referindo convenções assinadas em 31 sectores (média de 10,26%), em empresas do sector metalúrgico (11,57%) e os citados aumentos dos gestores — e a redução para 40 horas da duração máxima da semana de trabalho.

A comissão executiva da FSMMP alertou entretanto para a possibilidade de se vir a efectuar uma greve dos trabalhadores do sector de garagens e abastecimento de combustíveis e iniciou já o trabalho nesse sentido. Esta decisão foi tomada considerando que desde há dois anos que se arrastam as negociações do contrato colectivo de trabalho deste sector, onde os salários são dos mais baixos do país.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto (STIMMDP), por sua vez, chamou a atenção para que «empresários e administradores de empresas metalúrgicas portuguesas estão a reagir com crescente nervosismo às iniciativas e movimentações operárias nas empresas, nomeadamente as que põem em causa o chamado pacote laboral do Governo».

É possível — na opinião do sindicato — que possam vir a ser tomadas pelo patronato posições «idênticas ou ainda mais radicalizadas» que as da equipa dirigente da Companhia Portuguesa do Cobre, a qual, pela primeira vez, tomou a iniciativa de divulgar um comunicado contra a greve efectuada por ocasião da jornada nacional de luta de dia 25 de Fevereiro.

O conselho de gestão das Minas de Aljustrel-Pirites Alentejanas evoluiu na sua proposta de revisão salarial — informou a FSMMP. Na última reunião de negociação ficaram acordadas actualizações do subsídio de refeição, das diuturnidades, do subsídio de turno e das tabelas salariais (estas com um aumento de nove por cento), o que levou os trabalhadores e suas organizações a desconvocarem as greves marcadas para dias 9 e 11 de Março.

Sindicatos analisam situação social em Portalegre

A União dos Sindicatos de Portalegre, na sequência do plenário distrital de sindicatos efectuado no dia 29 de Fevereiro para analisar a situação social na região, decidiu convocar para amanhã um plenário extraordinário, aberto a sindicatos, autarquias e cooperativas de todo o distrito, «para estudar as acções a desenvolver».

O plenário de sindicatos constatou o agravamento dos problemas sociais no distrito de Portalegre. Por outro lado — afirma-se na nota de imprensa distribuída pela União —, alarga-se o movimento de contestação à política do Governo, «porque os trabalhadores do distrito vão sentindo na carne que se fala em milhões, mas a qualidade de vida degrada-se; que se fala em justiça, mas cada vez são mais gritantes as injustiças sociais; que se propala transparência e cada vez é maior o nepotismo e a corrupção; que se fala em igualdade, mas cada vez há mais favores para uma minoria parasitária e especulativa; que se fala em juventude e nega-se-lhe o direito a emprego estável».

Salários em atraso voltam a Leiria

Passado um período em que estiveram afastados da primeira linha das preocupações, fundamentalmente devido ao encerramento da maioria das empresas que atingiam, começam de novo a fazer-se sentir os salários em atraso — constata a direcção do Sindicato da Construção e Madeiras e a União dos Sindicatos de Leiria.

São conhecidos no distrito — lembram aquelas organizações — as situações da Tomé Feteira, Tomolides, Ivima e José Bento Pedroso; nesta «vive-se uma situação extremamente grave: na pedreira de Montijos-Monte Redondo os trabalhadores não recebem salários desde Novembro». Para a união e o sindicato o caso é tanto mais inexplicável «quanto é facto que a pedreira está em plena laboração, a abastecer os clientes habituais e... a pronto pagamento». «Que pretende a gerência da José Bento Pedroso? Criar as condições para impor, de forma original, o pacote laboral?» — interrogam.

Trabalhadores

Função Pública em congresso hoje e amanhã no LNEC

Realiza-se hoje e amanhã, nas instalações do LNEC, em Lisboa, o 3.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que tem por lema «Dignificar a profissão, melhorar o serviço público». Na reunião magna da FNSFP será apreciado o relatório de actividades desde 1985, serão discutidas e votadas alterações aos Estatutos, será definido o programa de acção para o próximo triénio e serão eleitos os órgãos dirigentes da Federação para esse período.

A realização do Congresso tem por objectivo — segundo uma nota da Comissão Executiva da FNSFP — «definir as linhas de acção e a estratégia para democratizar e melhorar os serviços públicos, defender a estabilidade de emprego, dignificar o exercício de funções públicas, garantir o exercício dos

direitos colectivos e reforçar a organização sindical».

A Executiva recordou, em notas à imprensa a propósito do Congresso, que «um regime de carreiras que ponha cobro às arbitrariedades que afectam os trabalhadores da função pública tem sido um dos eixos reivindicativos da FNSFP»; entre as medidas



para melhorar os serviços públicos, a Federação propõe a criação de um Conselho Superior da Administração Pública.

Totobola e totoloto

Um plenário de trabalhadores do departamento de apostas mútuas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa decidiu desmarcar a greve do fim-de-semana de 19 e 20; esta decisão foi tomada depois de atingido um dos objectivos colocados ao convocar aquela paralisação: o pagamento de remunerações já atribuídas a trabalhadores externos do departamento.

O mesmo plenário, reunido na segunda-feira, decidiu a realização de uma greve no fim-de-semana de 26 e 27 de Março se, até dia 20, os representantes dos trabalhadores não forem recebidos pelo secretário de Estado da Segurança Social ou

seu representante com poder de decisão.

A greve depende assim — sublinha uma nota da Federação da Função Pública — da capacidade de diálogo do Governo. Estão em causa direitos e regalias sociais pelo trabalho prestado durante os fins-de-semana nas operações de escrutínio dos concursos e, entre outras questões, também as carreiras profissionais.

Setúbal

Também hoje reúnem, a partir das 10 horas, na Sociedade Capricho Setubalense, jovens activistas sindicais do distrito de Setúbal. O encontro tem por lema «Desenvolvimento — trabalho para todos» e integra-se na preparação do 2.º Congresso da União dos Sindicatos distrital, marcado para 18 e 19 de Março, nas instalações do Clube Naval Setubalense.

Ambiente e energia

Os problemas do ambiente e as preocupações dos trabalhadores da energia são aspectos fundamentais a discutir nas reuniões do Bureau e do Comité de Higiene e segurança da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Energia (UISTE) marcadas para dias 15 e 16, em Lisboa, e cuja organização está a cargo da FSTIEP/CGTP-IN, que participa como observador nas actividades daquela União.

Nacional



Praça da Liberdade

Há um ano partiu-se do nada

Pedrouços. Uma nova freguesia do concelho da Maia onde quase tudo estava por fazer.

Há um ano partiu-se do nada. Era uma nova vida que se iniciava para os moradores. Uma equipa, uma enorme vontade de resolver os problemas, o trabalho e, agora, um balanço de um ano de actividade.

Pedrouços uma nova freguesia com todos os problemas de uma velha freguesia, a quem não foi presta a atenção durante muitos anos.

Os pavimentos — em estado deplorável, ou havia de ser por obras de saneamento, ou pela construção da auto-estrada ou, simplesmente, porque Pedrouços é um dos mais antigos agregados populacionais da zona — necessitavam de atenção urgente. Iluminação — mais um problema complicado. Saneamento — águas sujas infectavam as ruas — era outra questão a resolver. Espaços de lazer — não existiam.

Logo que as questões financeiras o permitiram a nova Junta, da nova freguesia, lançou mãos à obra. Consertaram-se passeios. Colocaram-se grades e tampas. Os vidros partidos das Escolas Primárias foram substituídos. A Escola de Parada foi alcatifada. Foi adquirido um «dumper» para fazer face a pequenas obras nos pontos mais distantes da freguesia. Discutiu-se com os serviços municipalizados, com base num estudo completo da situação, o conjunto de medidas para resolver o problema da iluminação. «Uma gota de água num oceano de escuridão», diz a Junta, que não desiste de continuar a insistir para que sejam colocados novos postes e maior potência nos que existem. Lavadouros, infantário, transportes colectivos, problemas específicos de alguns lugares, o cemitério, com tudo se tem preocupado a Junta de Freguesia de Pedrouços.

Um novo relacionamento com as Colectividades tornou-se realidade. Actividades diversas foram promovidas. Cento e trinta crianças foram à praia, na colónia balnear. À Festa de Natal foram seiscentas. Também a terceira idade não foi esquecida — a Junta organizou um animado passeio à Ria de Aveiro, com duzentos idosos.

São apenas alguns exemplos avulsos do intenso trabalho realizado. Muito ainda há para realizar e a Junta não desiste de insistir para que a Câmara Municipal da Maia assuma as suas responsabilidades nas obras de maior envergadura, nas que são da sua competência.

Há um ano partiu-se do nada. Pedrouços deu alguns passos, os primeiros como freguesia, com uma Junta CDU — disposta a trabalhar.

■ M. J.



O 1.º Congresso da FNSFP realizou-se em Março de 1982 no Pavilhão dos Desportos de Lisboa

Manifesto da população de apoio à Câmara do Porto

Está a colher amplo apoio na cidade do Porto, nos mais variados sectores de actividade, um **Manifesto da População do Porto ao Governo** de solidariedade com a Câmara Municipal do Porto, no qual se afirma que «a ruptura unilateral do Protocolo acerca do tarifário de energia eléctrica, o esbulho das instalações dos SMGE, uniram já as instituições e o povo, na defesa da razão e da honra da cidade».

«Agora», continua o Manifesto, «colocamos a cidade e a região acima de diferenças partidárias, e afirmamos que o Poder Local terá de ser respeitado». Os signatários, reafirmando que estão como a Câmara que «apelou unanimemente para a justiça», confiam «em que será feita justiça, com a imediata devolução do património e reinício do diálogo, com dignidade e respeito pelos compro-

missos».

A Comissão Promotora deste Abaixo-assinado e constituída por um amplo leque de personalidades da região do Porto: Agustina Besa Luís, Alberto Baldaque, Armando Alves, Antero de Carvalho, Armando de Castro, Eurico de Almeida, Falcão de Freitas, Carlos Pinto, Fernanda Wandschneider, Fernando Albuquerque, Fernando Meira Ramos, Gomes Fernandes, Gomes da Mota,

Gomes da Silva, Helder Pacheco, Helena Medina, Isabel Sá Carneiro, João da Costa, João Lopes Porto, Jorge Catarino, José Rodrigues, José Santana, Júlio Cardoso, Júlio Resende, Manuel Ramos, Mário de Castro e Sousa, Mário David Soares, Óscar Lopes, Padre Baptista, Raul de Castro, Raul de Brito, Rosa Mota, Sardoeira Pinto, Vasco Morais Soares, Vieira Mendes, Vítor Ranita.

Portugueses em França querem rádios de volta

Através da CGTP-IN, o Conselho das Comunidades Portuguesas em França (CCPF) difundiu um apelo à mobilização dos portugueses emigrados em França para lutarem contra a decisão do governo francês de proibir as rádios portuguesas existentes na região parisiense e que serviam a comunidade estrangeira que é, de longe, a mais numerosa na capital gaulesa.

E o apelo explica:

«Causou indignação e estupefacção a decisão do CNCL de proibir as rádios portuguesas existentes na região parisiense, assim como a supressão das emissões em língua portuguesa que funcionavam de dentro de outras rádios associativas francesas. O CCPF considera tal atitude do CNCL um

atentado grave contra os direitos e a dignidade da nossa comunidade. A comunidade portuguesa é a mais numerosa de França. No entanto só teve direito a meia frequência atribuída a um projecto de rádio de uma associação desconhecida da comunidade, enquanto que outras comunidades infinitamente mais pequenas obtive-

ram várias frequências».

E o documento prossegue: «Com a decisão de proibir as rádios e emissões destinadas aos emigrantes portugueses, sem consulta prévia dos responsáveis da nossa comunidade, a CNCL demonstrou desconhecer o carácter específico do nosso povo e da nossa cultura, ou, então, decidiu não tomar em consideração esta especificidade, o que seria ainda mais imperdoável».

Este apelo foi subscrito pelas seguintes individualidades: António Topa — professor de educação especializada; Alain Sérgio — professor liceal; Alexandre Milheiro —

secretário-geral dos professores da Europa; Álvaro Morina — jornalista — Rádio France/Internacional; Aguiñaldo dos Santos — empregado bancário; Batista de Matos — dirigente associativo; Francisco Ribeiro — advogado; Filipe Rios — padre — animador sócio-cultural; Filipe Costa — dirigente associativo; José Luís — padre; João Lihone — mecânico de automóveis; José Nunes — delegado sindical na Renault; Joaquim Cruz — dirigente associativo; José Folkezat — padre; Linda de Suza — cantora; Ricardo Botas — pintor; Jorge Reis — escritor.

Deputados do PCP activos no P. Europeu

Iniciada segunda-feira última, termina amanhã, sexta-feira, a sessão plenária do Parlamento Europeu para a qual estavam agendados, entre outros assuntos, o preço dos medicamentos, os mercados públicos, as mulheres e o emprego, os direitos do Homem na Indonésia e as prestações familiares francesas.

No que diz respeito ao relatório Lataillade (preço dos medicamentos), a posição dos deputados comunistas foi desfavorável dado que a iniciativa é tendente, segundo afirmou Aboim Inglês, a uniformizar os preços dos medicamentos nos vários países da CEE, facto que no caso de Portugal conduzirá a uma subida dos preços dos medicamentos. A iniciativa retira ainda aos Estados membros poderes sobre a inclusão ou não de um determinado medicamento nas listas dos remédios subvencionados pela Segurança Social.

Os mercados públicos — contratos de empreitada e de fornecimentos efectuados com entidades públicas, constitui, por seu turno, uma directiva tendente a liberalizar o acesso de empresas de qualquer Estado membro aos concursos abertos em qualquer outro Estado. A me-

dida, disse o deputado Barros Moura, envolve os contratos celebrados pelo Estado, autarquias, institutos públicos e empresas públicas, sendo a posição dos deputados comunistas norteada pela defesa dos interesses das empresas portuguesas face à concorrência estrangeira.

O deputado Joaquim Miranda interveio por sua vez no debate relativo às declarações proferidas na Cimeira de Bruxelas, tendo analisado os resultados da referida Cimeira à luz dos interesses do nosso país e particularmente os progressos verificados no sentido da concretização do mercado interno em 1992.

Quanto à questão dos direitos do Homem na Indonésia a intervenção de Barros Moura foi no sentido da completa demarcação de qualquer tentativa de considerar Timor como um assunto da Indonésia, tendo defendido a apresentação de um relatório próprio sobre Timor. O deputado comunista censurou ainda o apoio político da CEE à Indonésia no quadro da AESSAN, lamentando que a Comunidade tenha pesos e medidas diferentes para apreciar a questão dos direitos do Homem.

PCP

No próximo fim-de-semana Almada realiza a sua 5.ª Assembleia

Apointando para a eleição de uma nova Comissão Concelhia sob critérios que conduzam a uma maioria absoluta de operários e ao reforço da presença da juventude, das mulheres e dos quadros técnicos e intelectuais, vai realizar-se nos próximos dias 12 e 13 de Março, na «Incrível Almadaense», a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP, onde 472 delegados irão definir o trabalho dos comunistas neste Concelho no futuro imediato. Em breve conversa com o nosso jornal, os camaradas **José Catalino** e **Eduardo Gomes**, membros do actual executivo da Comissão Concelhia, deram conta do andamento dos trabalhos desta iniciativa.

«A 5.ª Assembleia de Organização foi marcada em Novembro de 1987, num encontro de quadros realizado na SFUAP com a presença de Carlos Ramildes e 250 camaradas», esclareceu José Catalino. «O anteprojecto de relatório foi entregue à Organização do Partido em Dezembro de 1987 e a 20 de Fevereiro deste ano realizámos novo encontro de quadros na Academia Almadaense, com a presença de João Bernardino, onde se fez um balanço da forma como está a decorrer a discussão e preparação da nossa 5.ª Assembleia. Aí se deu conta da realização de inúmeras reuniões sectoriais, com relevo para os encontros de quadros ligados às Autarquias, Saúde, Cultura, Mulheres, Ensino e Juventude».

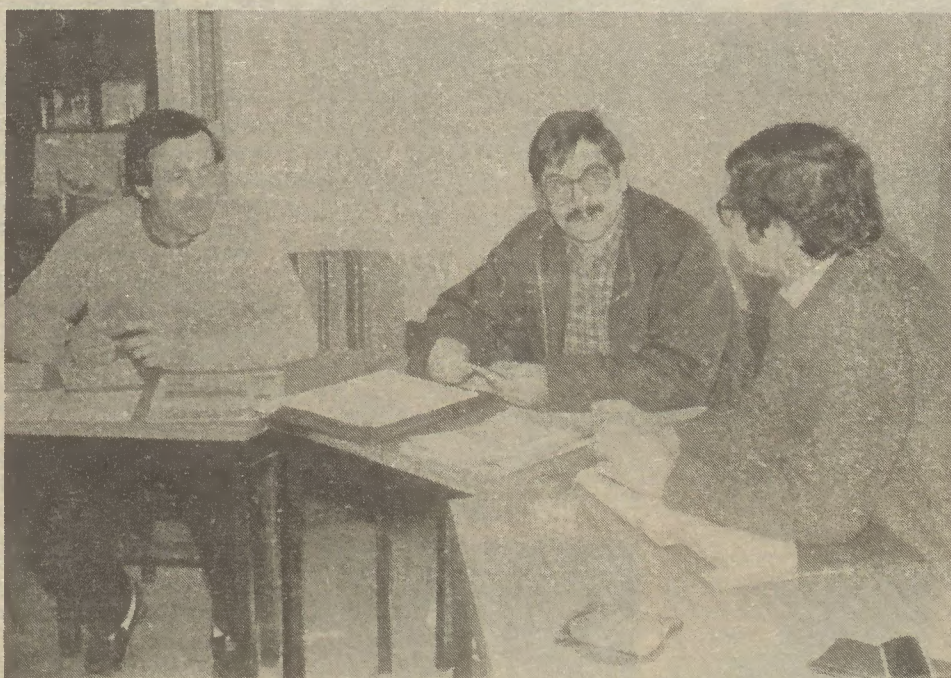
José Catalino historiou ainda:

«Decorrentes desses encontros e das reuniões de todas as organizações, foram

entregues à comissão de redacção do anteprojecto do Relatório e até ao dia 20 de Fevereiro (data do segundo encontro de quadros atrás referido) 100 propostas de alteração, 69 das quais foram aceites. A partir deste trabalho, o anteprojecto passou a projecto de Relatório/Resolução, embora continuasse (e continue) aberto a novas propostas de alteração. Hoje mesmo este projecto continua a ser discutido, tendo aparecido mais de 100 novas propostas de alteração, que irão ser apensadas ao documento a distribuir, para discussão, na Assembleia».

Ataque e luta

Abordando depois a Assembleia, propriamente dita, o nosso interlocutor adiantou que, nela, «irão ser distribuídos mais dois documentos (além do relatório): um, com



José Catalino e Eduardo Gomes à conversa com o «Avante!»

a caracterização do Concelho, outro com uma carta reivindicativa ao Poder Central; este último será discutido e aprovado pelos 472 delegados que irão estar na Assembleia e que foram eleitos pelas respectivas organizações, na proporcionalidade de um delegado por 15 membros do Partido».

Eduardo Gomes pegou na palavra:

«Tudo se ultima para que tenhamos uma grande Assembleia, que permitirá ao Partido reforçar a sua organização em todos os aspectos, no sentido de intervir mais intensa e ajustadamente em relação aos problemas dos trabalhadores e das empresas, em primeiro lugar, e da população em geral».

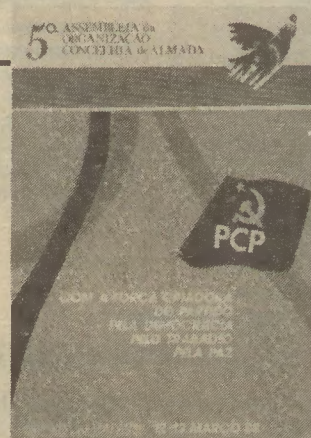
Caracterizando o quadro em que se prepara esta 5.ª Assembleia de Organização, Eduardo Gomes recordou vários desenvolvimentos de situações sociais, políticas e económicas que se vivem actualmente no Concelho e que, naturalmente, influenciam a própria Assembleia:

«Em primeiro lugar temos o fortíssimo ataque que os trabalhadores e as suas organizações — e por via disso, o nosso Partido — estão a sofrer, com encerramento de empresas (SRN, Parry, CPP, etc.), despedimentos (só na Lisnave, mais de 2000 trabalhadores), etc. Depois temos o reacender da luta de massas, concomitante com o ataque anteriormente referido e conduzindo ao reforço de organização unitária dos trabalhadores. Há aqui, também, bons exemplos disso, como é o caso da subida do número de eleitos e de mandatos na lista unitária da Lisnave, com consequente perda de influência da lista afectada a UGT, que perdeu cerca de 400 votos e um mandato. Outro exemplo: a realização de um plenário no Arsenal do Alfeite, imposto pela unidade dos trabalhadores contra a proibição que a administração vinha impondo há anos».

Trabalho à vista

Esta Assembleia, ainda segundo Eduardo Gomes, realiza-se num momento em que é notório o reforço do trabalho desenvolvido pelos comunistas e seus aliados na CDU na frente autárquica.

(Serviços Municipalizados de Água e Saneamento) que envolve, na sua totalidade, um milhão e 100 000 contos divididos em despesas correntes e de capital, sendo cerca de 600 000 contos de investimento; o começo da construção, dentro de dias,



Os horários

Os trabalhos da 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP decorrerão nos próximos dias 12 e 13 de Março (sábado e domingo) nas instalações da «Incrível Almadaense» em sete sessões assim distribuídas: **No sábado** das 15.00 às 17.00 e das 17.30 às 19.30; **No domingo** das 9.30 às 11.00, das 11.30 às 13.00, seguindo-se um intervalo para almoço; os trabalhos recomeçam com a 5.ª sessão, das 14.30 às 16.30, prosseguindo com outra das 17.00 às 18.30 (só para delegados) e terminando com a sessão de encerramento, das 19.00 às 20.30, que abrirá com um pequeno espectáculo, seguindo-se-lhe uma intervenção do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

A ilustrá-lo está aí o Plano de Actividades para 1988 da Câmara Municipal de Almada, um instrumento decisivo para o desenvolvimento harmonioso do município.

Alguns exemplos concretos atestam, entretanto, o excelente trabalho autárquico em curso: a construção, já este ano, da 1.ª fase do Parque da Paz, um espaço verde definido como o grande pulmão da cidade, com 63 hectares de superfície (1,5 vezes maior que o Parque Eduardo VII, em Lisboa) e que já custou à Câmara 163 000 contos; o Plano de Actividades 88 dos SMAS

do Hospital Distrital; isto sem falar de múltiplos equipamentos nas áreas do desporto, da cultura e das infra-estruturas, que estão a ser concretizados em diversos pontos do Concelho.

De realçar, finalmente, «a grande preocupação do Partido relativamente ao desenvolvimento do Concelho, como o atestam mais dois exemplos: a definição da estratégia para a Costa de Caparica e o Plano Director Municipal, que já foi iniciado em Agosto de 1987 e constitui um instrumento essencial para o desenvolvimento do Concelho em várias áreas».

SETÚBAL Campanha em marcha

Sem trabalho nada se consegue. Conscientes desta realidade, os comunistas da Organização Regional de Setúbal prosseguem com dinamismo a campanha de fundos para o novo Centro do Partido na capital do Sado.

Para além das iniciativas programadas a nível central, a campanha «60 mil contos para a luta dos trabalhadores» vive da imaginação, da criatividade e do empenhamento das organizações locais do Partido.

Se é importante realçar o significado das mil colecções de «Avantes!» históricos (o primeiro número — 1931, o último clandestino e o primeiro legal), numa iniciativa da SIP/DORS que aqui no «Avante!» vivamente saudamos, também no quadro da campanha se deve referir, entre tantos exemplos, a excursão a Marrocos de 1 a 4 de Abril (organização da Comissão de Freguesia da Baixa da Banheira), o baile anunciado para Casebres (ver *Agenda*) e já agora os 5 mil autocolantes que circulam por todo o distrito.

Homenagem à verdade

Não podemos terminar este breve apontamento sem voltar às colecções de «Avantes!», apresentadas em belas capas tendo no interior as reproduções (reduzidas) dos mencionados exemplares do nosso jornal. A palavra para a SIP/DORS:

Ao apresentarmos, neste momento, esta colecção de «Avantes!» estamos a fazer uma homenagem à verdade e à luta do povo português.

O «Avante!» ultrapassou todas as vicissitudes impondo-se como espaço de intervenção na vida social e política, como mensageiro de um futuro melhor.

Desempenhou e desempenha um papel determinante no esclarecimento das massas, sendo um útil auxiliar para o desenvolvimento da sua consciência política, social e cultural, como aglutinador de unidade em torno de objectivos humanistas de que destacamos: a edificação de uma nova sociedade, a defesa da liberdade, da democracia e da paz e a defesa dos direitos dos trabalhadores e das camadas sociais mais desfavorecidas com o intuito destes terem o direito à felicidade.

Com o «Avante!» muitos caminhos foram percorridos e muitos outros continuarão a ser percorridos com confiança porque o futuro será o florir da Primavera do povo e de Portugal.

Camaradas Falecidos

Artur José Póvoa

Informa a Comissão Distrital de Bragança que faleceu recentemente em Carviçais, concelho de Torre de Moncorvo, o nosso camarada Artur José Póvoa, de 86 anos.

Maria Nazaré

Com 66 anos, faleceu no passado dia 26 a camarada Maria Nazaré, da célula da freguesia dos Anjos, em Lisboa.

Francisca Cardoso

Delegada sindical, organizada na célula da «Francisco-Farmacêutica», faleceu recentemente a militante comunista Francisca Maria Piteira Cardoso. Contava 55 anos.

Luísa Barreto Espada

Vítima de doença súbita, faleceu a nossa camarada Luísa Alves Barreto Espada, de 65 anos, membro da Comissão Concelhia de Vila Nova de Ourém. Muitos democratas estiveram presentes no último adeus à militante comunista.

António Sanches

Organizado nos Olivais Norte, em Lisboa, faleceu o

camarada António Ferreira Sanches.

José Rovisco

Reformado da CP, faleceu em Setúbal o militante José Eduardo Rovisco, membro da organização da freguesia da Anunciada. Contava 67 anos.

Jorge Silva

Membro da organização do Carvalhal (Moncorvo) faleceu o camarada Jorge Domingos da Silva (Jorge da Linha), de 62 anos. Natural de Grândola, era membro do Partido desde 1975, tendo trabalhado durante muitos anos como ferroviário na encerrada Linha do Sabor.

Guilhermina Rosa Calçada

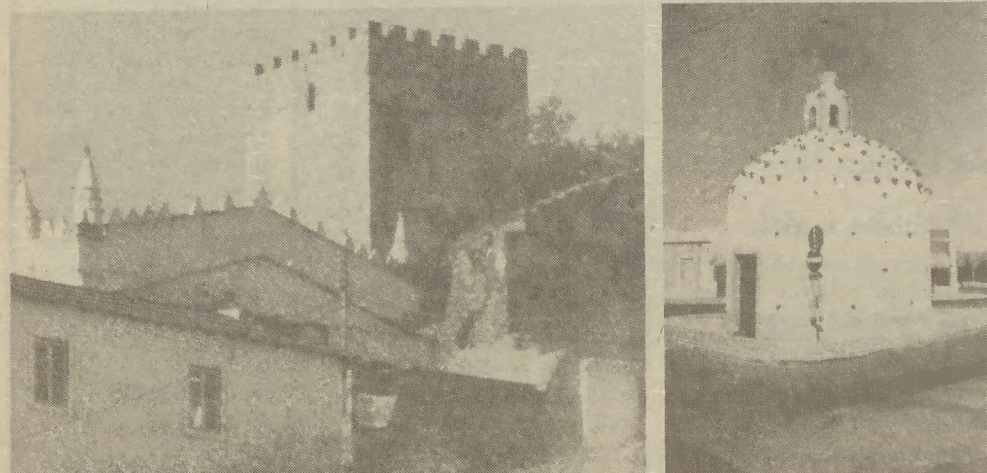
Activista do Partido, faleceu a camarada Guilhermina Rosa Calçada, da freguesia de Alhandra, Vila Franca de Xira. A camarada tinha 60 anos.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta profundo pesar.

PCP

Iniciativas em Beja

A Comissão Distrital de Beja do Partido Comunista Português, procurando potencializar o seu contributo com vista à solução dos graves problemas económicos, sociais e culturais que afectam o distrito de Beja e tendo em vista a dinamização da organização partidária, da CDU e do diálogo entre forças democráticas e unitárias, tem agendadas várias iniciativas de especial significado.



Um encontro sobre o desenvolvimento económico e social do distrito de Beja, marcado para 14 de Maio próximo, conta-se entre as múltiplas iniciativas promovidas pelos comunistas e em fase de preparação neste ano de 1988

Encontros concelhios da CDU

Com vista à dinamização da intervenção dos eleitos comunistas, seus aliados e da CDU no distrito de Beja, com vista à solução dos problemas e carências das populações e tendo já no horizonte as eleições autárquicas de 1989 e a sua preparação, têm já data marcada encontros CDU nos concelhos de Ourique (12/3/88), Odemira (26/3/88), Mértola (26/3/88) Almodôvar (9/4/88), Moura (17/4/88) e Serpa (21/5/88).

Encontro entre delegações distritais do PCP e do PS

Respondendo ao convite feito pela Comissão Distrital de Beja do PCP, a Federação Distrital de Beja do PS aceitou a realização de dois encontros entre delegações das respectivas organizações, para troca de pontos de vista sobre questões relacionadas com a situação no distrito de Beja.

O primeiro encontro entre as delegações dos dois partidos terá lugar a 17 de Março na sede do PCP e o segundo encontro a 31 de Março na sede do PS.

Visita a Ferreira do Alentejo

Acontecerá no próximo dia 14. A delegação do PCP terá encontros e visitará a Câmara Municipal, a Associação de Regantes do Perímetro de Rega de Odelvas, o Centro de Saúde, o Lar de 3.ª Idade e a Escola C + S de Ferreira do Alentejo.

Vão participar na delegação, entre outros, António Murteira, membro do CC, Baltazar Bravo, da Comissão Distrital de Beja do PCP, José João, da Comissão Concelhia do PCP e presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e os deputados comunistas, Lourdes Hespagnol e Manuel Filipe.

Península de Setúbal

A propósito de «desenvolvimento»...

O que é, o que representa e como se caracteriza o estudo preparatório da chamada

Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (OIDPS), lançada no quadro do Programa de Desenvolvimento daquela zona (PROSET), são interrogações que merecem um apontamento desenvolvido da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP, que chama a atenção para «o grande aparato publicitário» e para «a enorme componente de oportunismo eleitoral e de demagogia» de tais iniciativas, que ainda recentemente mereceram referência desenvolvida num serviço noticioso da RTP.

Ignorando deliberadamente os esforços e propostas feitas pelo movimento operário e sindical, autarquias e agentes económicos, para encontrar formas alternativas de resposta ao encerramento de empresas e ao desemprego e a implantar novas indústrias e actividades, e na continuação da campanha de desinformação de que a região tem sido alvo, o Governo aparece, agora, a apostar numa «operação integrada» que, reconhecendo implicitamente a justeza das críticas feitas pelas forças progressistas do distrito à política do Poder Central, poderá minorar alguns problemas existentes.

O próprio relatório da primeira fase do estudo preparatório da OIDPS se encarregava de dar razão a estas afirmações. Nele se reconhece que:

• Cabe à área das atribuições do Poder Central a esmagadora quota de responsabilidade numa crise geradora de problemas, estrangulamentos e carências, na sua maior parte, não específicos da região;

• O elevado esforço de investimento das autarquias foi determinante para a melhoria das condições de vida das populações;

• As potencialidades e recursos do distrito permitem o desenvolvimento equilibrado de todos os sectores de actividade (primário, secundário, terciário) cabendo, no entanto, à indústria transformadora um papel determinante;

• A concretização de projectos de interesse nacional (Plano Siderúrgico Nacio-

nal, plano de renovação das frotas da marinha mercante e das pescas, etc.) teriam grande impacto na península, mas depende dos acordos firmados com a CEE;

• A falta de planeamento a vários níveis dificulta o desenvolvimento coordenado da região.

Apesar de reconhecer tudo isto, o relatório da primeira fase insiste em apreciações contraditórias e imprecisas sobre a situação da península de Setúbal.

Das preocupações que este mesmo relatório faz suas, se inclui que a concretização das propostas da OIDPS só é viável com o envolvimento activo dos agentes económicos e sociais intervenientes na península e que esse envolvimento implica a definição de soluções institucionais que lhe sirvam de suporte.

A intervenção institucional dos vários agentes e as formas e mecanismos institucionais de intervenção necessários à concretização dos programas previstos no Relatório da segunda fase do Estudo preparatório da OIDPS, entretanto tornado público, são pressupostos indispensáveis à sua correcta implementação.

No que se refere ao envolvimento dos municípios da região, a sua acção está limitada pelas competências legais e institucionais e meios financeiros.

Sem prejuízo das apreciações feitas ao carácter e conteúdo da «operação integrada», a DORS considera que a criação das Regiões Administrativas, preenchen-

do o vazio institucional existente entre o Poder Central e Poder Local é a forma mais eficaz para coordenar a implementação da OIDPS.

O Governo, porém, evidenciando uma vez mais a sua intenção e prática centralizadoras, ao mesmo tempo que entrava a efectiva criação das regiões, remete o que deveriam ser as suas funções e poderes no campo do desenvolvimento regional para as Comissões de Coordenação Regional (CCR's), meras extensões do Poder Central.

A recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/88, de 4 de Fevereiro, formalizando a criação do Gabinete da OIDPS, já proposto no Relatório da segunda fase do Estudo preparatório, vem confirmar esta prática.

De par com esta deficiente definição do quadro institucional, a OIDPS enferma de uma limitada visão política. Por si só não resolve os problemas económicos e sociais existentes na península.

O desenvolvimento da península e do distrito de Setúbal, assim como o desenvolvimento do País, requer uma política democrática, assente no quadro constitucional, que nos planos económico e social promova o aproveitamento integrado dos nossos recursos e potencialidades, nomeadamente os dos sectores básicos da economia, o que, desde logo, exige a revisão dos aspectos mais gravosos do Tratado de Adesão de Portugal à CEE e a manutenção do sector empresarial do Estado (SEE) como garante de qualquer processo de desenvolvimento independente.

Apesar destas apreciações (e deixando de lado outras salientes questões que importam numa análise mais aprofundada de uma operação deste tipo), com a atitude responsável que caracteriza a sua participação na vida política, o PCP sempre orientou a sua acção nas instituições e organizações do distrito onde os seus militantes detêm responsabili-

des, no sentido de prestar toda a cooperação à equipa encarregada do estudo da OIDPS.

O Relatório da segunda fase do Estudo preparatório da OIDPS, datado de Setembro de 1987, mas com uma efectiva divulgação pública bastante mais tardia, veio confirmar as apreensões já referidas. Destacamos:

• Os programas nele contidos estão dependentes da aprovação e financiamento pela CEE e da respectiva participação do Poder Central, através da inscrição de verbas no Orçamento do Estado (OE);

• A estrutura de implementação é deficiente deixando-se ao Poder Local, municípios e respectiva Associação, as organizações dos trabalhadores e empresariais e outros agentes económicos um papel meramente consultivo;

• A integração dos vários programas e a análise do seu impacto no território são deficientes ou inexistentes.

Entretanto, a DORS regista que muitos dos projectos previstos no Relatório da segunda fase do Estudo preparatório da OIDPS correspondem a propostas das autarquias, dos trabalhadores, empresários e outras entidades. Tais projectos, a serem implementados, responderão a algumas bem velhas reivindicações das populações ou a situações de carências ou a necessidades objectivas do desenvolvimento económico.

Como é sabido, as autarquias do distrito, através da sua Associação de Municípios (ADMS), avançam com o estudo de um Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PIDDS), procurando, ao seu nível de acção, dar resposta a uma necessidade de há muito sentida: a de deterem uma visão integrada, intermunicipal e supramunicipal, dos problemas regionais e das soluções que melhor permitam defender os

interesses de todos os estratos populacionais dos vários agentes económicos, da região.

Tendo sido apreciados os resultados da primeira fase deste PIDDS em sucessivas reuniões públicas com representantes dos diversos agentes económicos, de entidades locais e de departamentos de Poder Central, verificou-se um amplo consenso não só sobre a oportunidade económica e social do estudo adiantado como da sua valla técnica. De facto, e diferentemente da OIDPS, o PIDDS contempla a situação de conjunto do distrito, e não só da península, em todas as suas vertentes — económicas, sociais, biofísicas, de ordenamento territorial e institucionais — no que é considerada uma iniciativa pioneira na via de uma correcta intervenção do Poder Local na procura de soluções para os problemas com que se defrontam as regiões.

Da análise dos dois documentos tornados públicos, o da OIDPS e o do PIDDS, verifica-se como é lógico, a existência de áreas de consenso em relação a projectos propostos, ainda que, como já foi referido, a origem, objectivos, metodologia e área geográfica considerada sejam diferentes.

Grave situação económico-financeira

• O PSD desenvolve esta política de opressão das forças que se lhe opõem, porque tem a consciência da situação de rotura a que conduziu a vida económica, atingindo a dívida da Região Autónoma mais de 70 milhões de contos, afundando-se a agricultura, as pescas e a indústria na recessão e agravando-se, a níveis incontroláveis, a dependência da economia Regional em relação ao exterior.

O PSD não quer que na Assembleia Regional esta situação de descalabro seja denunciada e muito menos que se demonstre, perante as câmaras da RTP, que existem alternativas a esta política de desastre económico e financeiro.

Madeira

PCP mostra o que o PSD de Jardim tem medo que se saiba...

A 2.ª Assembleia da organização do Partido no arquipélago e temas da actualidade económico-financeira regional estiveram em foco na recente conferência de imprensa realizada pela DORAM do PCP no Funchal. Vejamos em síntese as questões concretas abordadas perante os jornalistas.

• Reunida em 29 de Fevereiro de 1988, para analisar a situação política e as tarefas dos comunistas na Madeira, a Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do Partido Comunista Português, aprovou o projecto de teses a submeter à discussão de todos os militantes e simpatizantes do Partido e demais democratas, com vista à preparação da 2.ª Assembleia da Organização da Madeira do PCP, a realizar em 17 de Abril de 1988.

• A situação política vivida na Assembleia Regional, imposta pelo PSD, e que se caracteriza por graves limitações aos direitos da oposição e violações dos princípios democráticos, atingiu, na semana transacta uma gravidade sem precedentes, obrigando as forças da oposição a abandonarem em bloco o hemiciclo e a desencadearem outras iniciativas conjuntas de repúdio pela actuação antidemocrática do PSD e do Governo Regional.

Assembleia Regional, infelizmente dada a intransigência do PSD, foi impossível apresentá-las, e seria impossível defendê-las no tempo de intervenção que nos era destinado.

Entre as nossas propostas há que realçar as que aumentavam as receitas regionais, acertando as contas do IVA, do Imposto de Capitais e do Imposto sobre Tabacos, que o Governo Regional propositadamente errara, destinando verbas para a resolução dos problemas das populações, como seja para a habitação, visando acabar, tão cedo quanto possível, com a chaga das fumas, ou construir escolas onde não existem, ou para resolver os problemas dos trabalhadores da Função Pública, pagando-lhes já em 1988, a diferença entre os miseráveis 6,5% de aumento impostos pelo Governo Cavaco Silva e o nível oficial da inflação no arquipélago.

• Perante a possibilidade das forças democráticas contraporem à sua política, o PSD optou por impedir não só que na Assembleia Regional fossem desmascaradas a gravidade da situação económica e financeira da região e as profundas injustiças e incoerências do seu Orçamento, como também impedir que fossem apresentadas e defendidas, com o mínimo de credibilidade, quaisquer propostas alternativas, nomeadamente as do PCP.

Uma política diferente

• A DORAM do PCP, perante a situação actual, considera que é urgente e necessária uma política diferente da preconizada no Orçamento Regional do PSD, nomeadamente apoiando os sectores produtivos, em vez de subsidiar os grandes capitalistas, renegociando o protocolo financeiro, sem subalternizações ao PSD Nacional, revendo os acordos da CEE, salvaguardando os interesses da agricultura e das pescas da RAM. Uma política que, no imediato, crie postos de trabalho e que iguale o custo de vida na Região ao do Continente.

• A DORAM do PCP considera que tal política não é possível com o Governo Regional do PSD, porque o PSD não pode, pela natureza de classe dos interesses da grande burguesia que defende, resolver os problemas dos trabalhadores e das populações; e considera que a convergência das forças democráticas, que foi possível alcançar no repúdio pelas manobras totalitárias do PSD e do Governo Regional no Parlamento, é o caminho necessário, indispensável e urgente para aprofundar o diálogo e a discussão, com vista a encontrar uma alternativa política, ao serviço dos trabalhadores e do povo da Madeira.

19 de Julho já lá vai...

O amigo leitor, especialmente se tem ligações ao distrito de Viseu, sabe que, mesmo sem estar aprovado, o «pacote laboral» do Governo Cavaco já provoca graves situações, como o despedimento colectivo de trabalhadores na fábrica de caramelos «Lanche» em Mortágua? Sabe também que, apesar das promessas e da demagogia, os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos (CPFE) de Canas de Senhorim, continuam abandonados pelas entidades oficiais? A estas e outras situações se refere a Comissão Distrital de Viseu do PCP, cujo plenário reuniu recentemente para analisar à luz das conclusões da reunião do Comité Central de 23 e 24 de Fevereiro, a situação política e social no distrito e no País, proceder ao balanço das actividades do Partido no distrito nos dois primeiros meses deste ano, bem como proceder à planificação das principais iniciativas dos próximos meses e discutir os primeiros passos para a preparação local do XII Congresso do PCP.

Mesmo sem o «pacote» aprovado...

No distrito de Viseu, as medidas negativas tomadas e anunciadas pelo Governo de Cavaco Silva suscitam o descontentamento e a condenação de sectores significativos da população, provocam a desilusão e a contes-

tação de muitos que foram iludidos pelas promessas eleitorais do PSD. Simultaneamente, surgem crescentes acções de denúncia e protesto dos trabalhadores e das populações em torno dos seus interesses e direitos ameaçados.

O movimento sindical unitário e os trabalhadores do

distrito têm levado a cabo dezenas de acções de protesto em empresas e localidades do distrito contra o «pacote laboral», os contratos a prazo e outras formas de trabalho precário, acções essas que tiveram recentemente a sua expressão mais importante em Viseu, Lamego e Mangualde.

A situação laboral no distrito, que continua a caracterizar-se pelo desrespeito por parte do patronato pela legislação existente, somam-se agora casos de arbitrária violência, praticada em nome da legislação — que não está em vigor — do «pacote laboral», de que é exemplo o processo de encerramento com despedimento colectivo dos trabalhadores na fábrica de caramelos Lanche, em Mortágua.

Continua a registar-se o processo de completo abandono dos trabalhadores da CPFE e da população de Canas de Senhorim pelo Governo e deputados eleitos pelo distrito.

Sob a ameaça do roubo

das suas propriedades comunitárias, os povos dos baldios têm multiplicado as suas acções e lutas em defesa das leis dos baldios, enquanto outros agricultores lutam pela reabertura das feiras de gado (Mortágua) ou pela justa atribuição das indemnizações compensatórias (Vouzela).

Lutas das populações

As populações de Santar, de Lagoa do Dão, de Sernancelhe e de Lobão da Beira manifestaram-se e lutaram, usando as mais variadas formas, pela resolução dos seus problemas de transportes escolares, de construção de escolas, de falta de condições higiénicas em estabelecimentos de ensino e de encerramento de serviços de Saúde.

A Comissão Distrital de Viseu do PCP salienta que as acções de protesto contra a política governamental levadas a cabo pelos trabalhadores e outras camadas da po-

pulação exprimem a crescente amplitude do seu descontentamento com a degradação social, económica e política, ao mesmo tempo que confirmam que a democracia dispõe de poderosas energias e potencialidades para fazer frente à ofensiva contra-revolucionária.

A distrital de Viseu do PCP chama todos os militantes e simpatizantes do distrito a intensificarem a sua acção e a redobram a iniciativa na luta de massas e na convergência e unidade de todos os democratas.

PCP em acção

O balanço das iniciativas do partido realizadas desde o início do ano ou já projectadas, atestam o dinamismo das organizações do Partido e as suas potencialidades e desmentem as campanhas sobre uma premissa «crise do PCP».

Assumem neste capítulo particular significado a inauguração de um centro de tra-



balho do PCP na cidade de Mangualde (6 de Março) e o conjunto de variadas iniciativas da comemoração do 67.º aniversário do Partido, em vários concelhos do distrito.

Considerando que o XII Congresso do PCP — que se realizará de 1 a 4 de Dezembro deste ano — se reveste de extraordinária importância não só para o Partido Comunista Português mas também para o conjunto das forças de-



Viseu, capital dum distrito onde crescem os protestos contra a actuação do Governo Cavaco

mocráticas, a Comissão Distrital de Viseu do PCP, entre outras medidas, decidiu:

• Marcar para o dia 13 de Março, em Viseu, a realização de um encontro distrital de quadros do PCP para debater e definir calendários e tarefas

preparatórias do XII Congresso do distrito;

• Propor às organizações concelhias e a outros organismos partidários do distrito a realização até à data do Congresso, de uma campanha distrital de recrutamento.

Assembleia da República

PSD quer impor lei da rolha

— acusou Carlos Brito

Juntando-se à Lei Orgânica imposta há semanas atrás pela maioria PSD, alguns factos recentes vêm revelando com crescente nitidez a apetência voraz do Governo de Cavaco Silva para controlar partidariamente e governamentalizar a todo o custo o funcionamento das instituições, cerceando deste modo a própria democracia.

Elucidativos deste propósito são sem dúvida a proposta de **Regimento** cuja discussão se iniciou faz hoje oito dias, o impedimento do ministro Mira Amaral à visita de deputados de uma Comissão da Assembleia à EDP ou ainda a solicitação de Cavaco Silva ao Procurador Geral da República para a abertura de procedimento criminal contra a deputada Helena Roseta, facto sem precedentes na nossa história parlamentar.

O líder parlamentar comunista Carlos Brito, definindo a posição do PCP sobre esta gravíssima iniciativa do Primeiro-Ministro configurando uma grave intimidação à liberdade de falar dos deputados, afirmaria mesmo que «é a lei da rolha levada às suas últimas consequências».

Tomando como referência a recente decisão da ministra

da Saúde de exonerar um alto representante da Administração Pública, Carlos Brito salientou que o tipo de acção é o mesmo, agora assumido pelo Primeiro-Ministro, correspondendo assim a uma orientação geral do Governo no sentido de calar não apenas os elementos da Administração Pública, mas também de «intimidar, perseguir, calar e tapar a voz aos

deputados na Assembleia da República».

Quanto ao conteúdo das declarações proferidas por Helena Roseta que tão mau estar geraram entre a maioria, o dirigente comunista chamou a atenção para a circunstância de a referida deputada não se ter limitado a produzir graves acusações ao Governo na medida em que, disse, tomou logo a seguir a iniciativa de promover um inquérito parlamentar à matéria em causa.

«Deste modo — acrescentou — estão criadas todas as condições para que o Governo e o partido do Governo se possam defender aqui, para que vejam esclarecida a verdade e só isso pode interessar à democracia portuguesa.» E rematou: «se o Governo se pode defender aqui, a que título vem esta iniciativa de se procurar defender nos tribunais? Não mostra isto que o Governo tem medo do debate nesta Câmara, tem medo da discus-

são, tem medo do inquérito parlamentar?».

Incidente no debate do Regimento

Um incidente assinalou entretanto o início da discussão dos projectos de Regimento da Assembleia apresentados pelos vários grupos parlamentares.

Na sua origem, as diferenças existentes entre o relatório original aprovado na Comissão de Regimento e Mandatos e aquele que posteriormente foi distribuído aos deputados, no qual foram incluídas, já fora de horas, algumas propostas novas do PSD.

Levantada pelo deputado comunista Jorge Lemos que acusaria a bancada do PSD de «falta de lisura», a questão suscitou uma longa interrupção dos trabalhos para uma conferência de líderes, acabando assim por ser adiada a discussão da matéria.



INICIATIVAS DO PCP

Defesa do património

Consagra medidas de preservação e defesa do património das marinhas de sal de Rio Maior e garante o direito à exploração por parte dos salineiros.

Situadas a três quilómetros de Rio Maior, as salinas constituem um património natural, cultural e etnográfico que urge preservar. Exploradas há mais de 800 anos, as salinas têm um importante papel na economia das populações das aldeias vizinhas.

O projecto de lei apresentado pelo PCP garante o apoio especial do Estado às marinhas de sal da Fonte da Bica e reconhece o direito à exploração, por força de lei, aos salineiros que exploram há mais de dez anos a área das salinas.

Com o objectivo de preservar o património, melhorar o aproveitamento dos recursos existentes e desenvolver o turismo na região, prevê-se que o Governo adopte medidas com vista à clarificação da área e apoie iniciativas da cooperativa dos salineiros e das autarquias para a criação de um museu e para a protecção do ambiente natural e do conjunto edificado.

Apoio à apicultura

Em Portugal, a actividade apícola encontra limitações decorrentes da falta de um correcto ordenamento que garanta a sanidade e a produção num sector em crescente expansão.

O projecto de lei do PCP tem como objectivo salvaguardar a produção do sector apícola. Ao estabelecer as bases de regulamentação zootécnica-sanitária deste importante sector teve em conta a necessidade de dar combate às parasitoses que atingem as abelhas.

Urge erradicar a tortura do mundo

«Em cada prisão fascista havia sempre duas realidades; a realidade da prisão, a tortura, os métodos policiais fascistas, a sua finalidade; e a alma dos presos, a sua conduta de lutadores, a sua inteligência, a sua vontade de estudar, a sua dedicação à causa do povo. Os carcereiros representavam a violência, o árbitro, a falta de respeito pela vida huma-

na. Nós, os presos, representávamos o futuro e a certeza de que o fascismo seria derrotado.» Citando o militante comunista Francisco Miguel, preso mais de duas décadas nas masmorras da ditadura fascista de Salazar, o deputado José Magalhães introduziu no debate realizado na passada semana na Assembleia, que aprovou por unanimidade a ratificação da

Convenção Europeia contra a tortura, elementos vivos de um passado recente que o regime democrático nascido com Revolução do 25 de Abril veio pôr cobro.

Com inteira oportunidade o fez já que uma tal chaga, embora perdendo terreno, está ainda largamente por debelar, não evidentemente no nosso país, onde o regime democrático consagrou de forma plena a integridade moral e física, mas em países e regiões como em Gaza e na Cisjordânia, no Chile, no Paraguai, na Guatemala, em El Salvador, em Timor Leste ou na África do Sul, locais onde brutais violações de toda a espécie continuam e ser cometidas quotidianamente contra seres humanos.

Lembrando que à «Inquisição religiosa se sucederam múltiplas inquisições políticas» e que os «herdeiros do Santo Ofício e de Pina Manique chegaram até aos nossos dias vestidos de Pide e legionários», José Magalhães acentuou depois que foram esses que, durante decénios, deram nome português a incontáveis fontes de sofrimento: a estátua, a privação do sono, o isolamento, a frigideira, os choques, as pancadas que, ponto a ponto, fustigam os corpos e as mentes».

Reflectindo sobre o papel de Portugal no combate à tortura no plano internacional, o deputado comunista salientou a necessidade de um «combate firme, combate não duplice» à política de repressão contra as populações, seja em Jerusalém, Cisjordânia e Gaza, na África do Sul, em Timor Leste ou em países da América Latina apelando ainda para que no nosso país se estabelecessem as medidas concretas necessárias para que «não só não haja neste momento, como nunca mais possa haver, tortura, maus tratos ou qualquer tratamento cruel, desumano ou degradante».

Base das Lajes Persistem as dúvidas

As dúvidas e interrogações suscitadas em torno da questão do acordo luso-americano sobre a utilização da Base das Lajes, dúvidas ampliadas com desenvolvimentos recentes que culminaram na deslocação do Primeiro-Ministro a Washington, foram de novo alvo da atenção dos deputados na Assembleia da República.

Tudo se passou na passada sexta-feira sendo a questão levantada pelo deputado comunista Carlos Carvalhas no decorrer de uma sessão de perguntas ao Governo onde, como já vai sendo habitual, as respostas dos membros do Governo muito

raramente adiantam os desejados e necessários esclarecimentos às perguntas formuladas.

Foi manifestamente o caso do ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, que nada acrescentou ao anteriormente divulgado, limitando-se a dizer que o «Governo fez aquilo que é mais correcto».

Bem insistiu Carlos Carvalhas, interpellando o ministro, procurando resposta para as suas perguntas. Esforço inglório. No ar, por saber, ficou o que é que o Governo obteve em Washington, que novas facilidades concedeu, que novos compromissos to-

mou com o correspondente aumento da vulnerabilidade do nosso território.

Quis também o deputado comunista saber o que é que tolheu o Governo para deixar de fazer aquilo a que tinha direito que era naturalmente a revisão dos acordos e sobre quais as razões que levam o Governo a excluir a via de um tratado de ser discutido na Assembleia da República e nas Câmaras dos EUA, manifestando ainda curiosidade por conhecer a opinião do Executivo sobre se deve ou não caber às Forças Armadas Portuguesas a competência de escolher o material para o seu reequipamento.

ISCA's: pelo direito à licenciatura

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na passada semana na Assembleia da República o pedido de ratificação do Decreto-Lei 70/88 que integra os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração na rede do ensino politécnico.

Na sequência de anteriores posições assumidas na Assembleia da República, esta iniciativa dos parlamentares comunistas vai ao encontro das aspirações dos ISCA's, pelo seu direito à licenciatura e contra a integração no Ensino Superior Politécnico.

Os deputados comunistas contestam particularmente o facto desta decisão do ministério dirigido por Roberto Carneiro ser assumida contrariamente às opiniões das escolas e dos estudantes.

A prepotência do PSD-Madeira

A drástica redução dos tempos dos partidos da oposição para o debate da proposta de Orçamento Regional para 1988, imposta unilateralmente pelo PSD na Assembleia Regional da Madeira ao mesmo tempo que alargou os tempos em seu próprio proveito, foi alvo de um veemente protesto do deputado comunista Octávio Teixeira que qualificou esta atitude de prepotente.

Intervindo em nome do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira chamou a atenção nomeadamente para dois aspectos que, segundo frisou, o PSD teima em esconder dos madeirenses.

O primeiro, de acordo com as suas palavras, prende-se com a desastrosa situação das finanças públicas da Madeira, com uma dívida de 70 milhões de contos (quase dupla do produto regional) e da orçamentação para o ano em curso de um défice de 13 milhões de contos e de 23 milhões de contos de necessidades de financiamento que ninguém sabe como poderão ser cobertos.

Como segundo aspecto a reter, referiu o deputado comunista, estão os atentados contra a autonomia regional e a autonomia do Poder Local, consubstanciados designadamente na abdicação pelo Poder Regional da consideração do ISP como receita fiscal própria da região e na centralização pelo Governo regional das verbas da FEF com que a Assembleia da República dotou cada um dos municípios da região.

Irregularidades na Portline Estranho silêncio do Governo

Passado quase um ano sobre a apresentação pelo Grupo Parlamentar do PCP de um requerimento solicitando esclarecimentos e informações quanto à prática de irregularidades e ilegalidades na divisão de Armamento da Portline, o Governo de Cavaco Silva mantém o mais completo mutismo, não tendo nenhuma informação pública sobre o assunto sido prestada durante este período.

Face ao estranho silêncio mantido pelo Governo perante questões de tão grande gravidade, os deputados comunistas Luís Roque e Jorge Lemos apresentaram na passada semana um novo requerimento pedindo, nos termos regimentais e constitucionais, informações ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre eventuais irregularidades cometidas na Portline,

questionando designadamente o Ministério sobre as medidas por este tomadas no sentido de averiguar tais factos.

De acordo com informações tornadas públicas, recorde-se elementos pertencentes à direcção de Armamento da Portline terão recebido cheques em nome pessoal duma empresa denominada SERVI-TEJO através dum banco nacionalizado, facto que a ter-se verificado se afigura, na opinião dos deputados comunistas, da «maior gravidade».

Dia Nacional do Estudante

O inexplicável atraso do Governo na regulamentação da lei que fixa o Dia Nacional do Estudante foi também objecto de um requerimento do Grupo Parlamentar do PCP subscrito pelos deputados da Juventude, Rogério de Brito

e Álvaro Amaro.

Ao consagrar o 24 de Março como o Dia Nacional do Estudante, sustentam os deputados comunistas, a Lei 19/87 correspondeu ao reconhecimento do «profundo significado democrático e de participação estudantil» que a data comporta, surgindo simultaneamente como forma de estímulo por parte do Estado às iniciativas dos estudantes e das suas Associações na comemoração do 24 de Março.

No texto do requerimento os deputados comunistas pretendem ainda saber quais os apoios oficiais previstos para as comemorações do Dia Nacional do Estudante deste ano e exigem que seja respeitada a prévia participação das organizações representativas dos estudantes na regulamentação da referida lei.

Assembleia da República

8 de Março

Mais de um século de luta emancipadora

Acompanhando as múltiplas iniciativas que um pouco por todo o País assinalaram o 8 de Março — Dia Internacional da Mulher, também a Assembleia da República comemorou condignamente terça-feira última esta data histórica, ocupando os seus trabalhos com a discussão de um projecto subscrito pelo PCP, PRD, PS e «Verdes» visando a garantia dos direitos das mulheres.

Ocupando a totalidade dos trabalhos da agenda, a condição feminina, o papel da mulher, seus problemas e aspirações, encheram assim páginas de discursos numa

sessão necessariamente diferente. Por força das mulheres presentes nas galerias, a própria Câmara, neste dia, assumiu um figurino novo, invertendo-se por algumas horas a habitual presença largamente maioritária de homens.

Foram quase todas mulheres, também, quem subiu à tribuna da Assembleia da República para abordar de diversos pontos de vista e de diferentes maneiras uma questão comum: a luta emancipadora da Mulher.

Luísa Amorim, em nome da bancada comunista, por exemplo, ocupou toda a sua

intervenção apresentando um trabalho de pesquisa no qual se traça o percurso de M. Veleda, uma mulher, segundo disse, «de uma luta ainda presente». São dela estas palavras: «o feminismo não é uma aspiração ridícula da mulher. A necessidade de viver honestamente pelo trabalho é que nos inspirou o feminismo».

Evocação de uma outra mulher foi também, por seu turno, a forma escolhida pela deputada comunista Lourdes Hespanhol para intervir no período antes da ordem do dia destinado a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Acentua-se a degradação da Saúde

Tal como vem sucedendo em domínios como o do emprego, dos salários, habitação, educação e segurança social, também o estado a que chegou no nosso País a área da saúde vem reflectindo com nitidez a política governamental. Crescente degradação e padrões abaixo do que seria minimamente desejável surgem cada vez mais como o resultado da ausência de uma política de saúde consequente e transparente.

A redução de transferências de verbas, do Orçamento do Estado para a Saúde bem como a promoção do sector privado à custa do erário público, constituem assim os dois vectores fundamentais que têm norteado a política do Governo nesta área, acção conduzida de forma arrogante e autocrata pela titular da pasta num permanente confronto com os trabalhadores da saúde e suas organizações representativas.

Num caso como noutro os resultados da política economicista do Executivo estão

bem à vista como o comprovam, por exemplo, o esgotamento do «stock» de carne de vaca para os doentes do Hospital de Santa Maria, o previsível colapso financeiro do Hospital da Universidade de Coimbra ou ainda a alienação do património público da saúde com consequente entrega de bens e serviços ao sector privado.

Estes mesmos exemplos foram citados pelo deputado comunista **Fernando Gomes** na passada semana numa intervenção onde desmontou exaustivamente a acção do

Governo no campo da Saúde, acusando-o designadamente de ignorar os utentes dos serviços e de lesar os seus direitos e interesses.

Fundamentando a sua afirmação, recordou os aumentos das listas de espera para consultas, internamentos e tratamentos (no centro hospitalar de Vila Nova de Gaia as consultas de neurologia estão a ser marcadas para 1990), o afastamento dos utentes do controlo da gestão dos hospitais, os aumentos brutais nas despesas familiares com medicamentos, o encerramento de unidades de saúde e valências, a inviabilização de projectos de novas unidades de saúde anteriormente prometidos pelo partido do Governo em campanha eleitoral.

Considerando que a «modernidade e o desenvolvi-

mento são incompatíveis com atitudes arrogantes e narcisistas de auto-elogio», Fernando Gomes classificou ainda de «operação de branqueamento» a recente conferência de imprensa dada pelo Governo no Porto, diligência levada a cabo num momento em que se vê confrontado com uma baixa de popularidade e com a crescente mobilização e luta dos trabalhadores.

Duras críticas por parte do deputado comunista mereceu ainda o silêncio governamental acerca do envolvimento menos claro entre um grupo empresarial privado e o Ministério da Saúde, falta de transparência que foi objecto, recorde-se, de um inquérito parlamentar da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP de que falamos nesta página.

Hospital S. Francisco Xavier

Factos obscuros e irregularidades levam PCP a solicitar inquérito

Na sequência de irregularidades e de factos obscuros detectados no processo que levou à criação do Hospital S. Francisco Xavier, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um pedido de inquérito parlamentar no sentido de clarificar o caso, apurar eventuais responsáveis e garantir a necessária transparência que em todos os momentos deve nortear a acção da administração pública e do Governo.

Esta iniciativa dos parlamentares comunistas vem assim contribuir para o esclarecimento de um caso que tem sido objecto de sucessivas denúncias e acusações de irregularidades no referido Hospital, a última das quais, recorde-se, teve como protagonista a própria Ordem dos Médicos que em 26 último tomou posição sobre o assunto entregando um vasto *dossier* com documentação sobre o assunto no Ministério da Saúde.

Três aspectos pouco claros e de legalidade duvidosa, como adiante se verá, marcam este processo cujo início remonta a meados de 1976 com o aparecimento de notícias na imprensa, a partir das quais o Grupo Parlamentar do PCP solicita em requerimento, sem que tenha obtido resposta, informações quanto ao montante da verba prevista para a aquisição do equipamento necessário ao funcionamento do Hospital.

Compra de equipamento

Mas o primeiro aspecto desta história relaciona-se com a **compra do equipamento** que não terá sido feita com a necessária transparência. A comprová-lo está, por exemplo, a troca de ofícios entre o ISU — **Estabelecimento de Saúde e Assistência, SA** (empresa que vendeu ao Estado a antiga

Clínica do Restelo, posteriormente Hospital S. Francisco Xavier) e a **Direcção-Geral de Instalações e Equipamentos de Saúde**, manifestando o primeiro estranheza pela forma como estavam a ser definidas as condições de compra dos equipamentos ao mesmo tempo que alertava aquele organismo oficial para os cuidados a ter num processo de aquisição de material envolvendo despesas tão elevadas.

Assinalava ainda o ISU algumas irregularidades no processo de compra de material, uma das quais era a existência da proposta da Direcção-Geral de um conjunto de alterações escritas a lápis que alteravam o seu conteúdo inicial.

Em resposta a este ofício, o chefe de divisão do Equipamento Médico responsabilizava o gabinete do secretário de Estado-Adjunto da Saúde pelas anotações a lápis e adiantava que «a aplicação rigorosa a este caso dos conceitos jurídicos ine-

rentes às consultas iria pura e simplesmente inviabilizar o processo».

Gestão das instalações

O segundo aspecto nebuloso da curta história do S. Francisco Xavier prende-se com a **gestão e direcção das suas instalações**. A este respeito importa chamar a atenção para a exoneração decidida pela ministra da Saúde de dois elementos da Comissão Instaladora do Hospital para entregar as suas funções a uma empresa inglesa de consultadoria — PA, como então anunciou a imprensa.

Entrega assim a gestão à PA e é aqui que surge o escândalo. Com efeito, entre Abril e Outubro de 1987 sucedem-se uma série de demissões de altos responsáveis no Hospital S. Francisco Xavier, aparecendo envolvido em tudo isto o engenheiro Costa Freire que era nem mais nem menos que o ex-

Nacional

Campanha de intoxicação

1. No quadro da campanha de intoxicação, falsificação e diversão centrada sobre o PCP que vem sendo desenvolvida por alguns órgãos de comunicação social, o semanário «O Jornal», ao publicar na 1.ª página da sua edição de hoje um «cartoon» mesquinho, rasteiro e acintoso sobre o comício do PCP no Campo Pequeno, acaba de assumir uma atitude de grave significado político e ético que não pode deixar de suscitar um vigoroso protesto.

2. Não se dando por satisfeito com a densa teia de mentiras, de operações de intriga, de invencionices e especulações delirantes com que, a respeito do PCP, vem semanalmente brincando os seus leitores, «O Jornal» parece agora apostar também em reproduzir nas suas páginas formas degradantes de combate político que até aqui, no essencial, eram natural apanágio de pasquins fascistas ou de extrema-direita.

3. O PCP recusa-se a acreditar que jornalistas daquele semanário que prezem minimamente as regras e a função social da sua profissão se possam reconhecer em métodos e processos tão aviltantes, tão carregados de ódio e tão doentidamente anticomunistas.

4. Em rigor, tais métodos e processos, longe de poderem atingir um partido como o PCP que intervém na vida política e no debate de ideias com seriedade, respeito pelos outros e sentido de responsabilidade, acabarão certamente, no juízo da opinião pública democrática, por atingir sim os seus autores, inspiradores e patrocinadores.

5. O PCP não teme nem a luta política nem o debate e a confrontação de ideias, numa base de verdade, lealdade e lisura de processos, mas não está disponível para converter em seus interlocutores nessa luta e nesse debate aqueles que, reconhecidamente, se arrumam e colocam no campo da degradação política, moral e humana, do terrorismo ideológico e do intriguismo político.

4 de Março de 1988

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Jornadas em Barcelona

Realizaram-se na passada semana em Barcelona: as «Jornadas de Estudo» promovidas pelo Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu sobre política cultural da Europa comunitária no quadro do «Ano Europeu do Cinema e da Televisão».

José Saramago, convidado especial, interveio ainda durante o primeiro dia, fazendo ouvir a voz dos criadores, «produtores» de cultura: «a cultura é um produto segregado dia a dia na vida social pelo trabalho dos criadores, tal como o suor é segregado pelas glândulas» — afirmou José Saramago, negando, noutro passo da sua comunicação, legitimidade às instituições comunitárias (ou nacionais) para definirem os termos e objectivos de uma política cultural, no caso da CEE, nitidamente determinada por objectivos mercantilistas e lucrativos.»

-director-geral da PA (ou seja, a empresa que geria o Hospital) e actualmente o secretário da Administração da Saúde.

Acrece ainda que em finais de 1987, em carta por si assinada e dirigida aos Serviços Hospitalares, Costa Freire (director da PA) propõe o lançamento de uma campanha publicitária — facto inédito e sem precedentes — envolvendo valores extremamente elevados e que acabaria por ser lançada no dia 17 de Julho, isto é, dois dias antes das eleições.

A situação era de tal modo obscura e escandalosa, como refere o texto do pedido de inquérito do PCP, que o presidente da Comissão de Gestão do Hospital, engenheiro Gomes da Silva, propôs uma sindicância ao Inspector-Geral dos Serviços de Saúde, sindicância essa cujos resultados nunca foram tornados públicos.

Informatização

Como terceiro aspecto

grave desta história aparece a **informatização do Hospital**, questão que se começa a colocar em Dezembro do ano passado. Três empresas surgem a oferecer os seus serviços, mas com uma particularidade: todas pertencem ao mesmo grupo económico (Lisnave). A empresa escolhida — a **PDL, Companhia Portuguesa de Processamento de Dados** — tem sede e número de telefone exactamente igual ao de uma outra empresa — a **GTI, Gabinete Técnico de Informática, Lda**. — que, por sua vez, é detentora da quota mais representativa da firma PA que tem, como se sabe, a gestão do Hospital...

A tantas e tão estranhas coincidências pretende pois responder o inquérito parlamentar requerido pelo PCP, sendo ainda de assinalar que no texto do seu pedido a bancada comunista junta vasta documentação (facturas, cópias de ofícios, propostas, etc.) comprovativa dos factos enunciados.

Internacional

Médio Oriente

O fracasso da missão Shultz



Dois soldados para uma criança. Esta hoje a realidade quotidiana de repressão nos territórios ocupados por Israel

A recente digressão do secretário de Estado norte-americano, George Shultz, ao Médio Oriente, com o objectivo de conseguir apoios para o chamado «plano de paz» da administração Reagan para a região, saldou-se num fracasso que nem os mais enfeudados à política de Washington conseguem negar. Após as conversações travadas ao mais alto nível em Israel, Jordânia, Síria e Egipto, para além dos contactos em Moscovo, Londres e Bruxelas, Shultz regressou aos EUA de mãos vazias, ou seja, sem conseguir reanimar os acordos de Camp David, que privilegia as negociações em separado entre os intervenientes no conflito e secundariza a questão fulcral palestina.

Idêntica sorte tinham tido diligências anteriores efectuadas por Philip Habib, Richard Murphy e Michael Armacost, no mês passado.

Numa enérgica, mas infru-

tífera, ofensiva diplomática, aqueles emissários da Casa Branca procuraram, por um lado, atenuar o sentimento de insatisfação provocado no mundo árabe pela posição

dos EUA nos Conselhos de Segurança da ONU (onde o seu veto impediu a aprovação da resolução contra o terror e repressão nos territórios árabes ocupados) e, por outro lado, ajudar Israel a sair do actual impasse através da reactivação dos acordos de Camp David. Um plano que revelou no entanto não se adequar às exigências actuais e nem sequer tem em conta os interesses das várias partes envolvidas.

Recorda-se que, entre outras coisas, o plano norte-americano prevê a «humanização» das condições de vida nos territórios ocupados, a futura realização de eleições num âmbito de transição para a autonomia e, posteriormente, negociações sobre a soberania com a participação de representantes das zonas ocupadas, através de uma conferência internacional.

Várias questões surgem de imediato com esta resposta. Em primeiro lugar, não se vê como é possível melhorar as condições de vida nos territórios ocupados, mantendo-os sob ocupação israelista. As imagens da brutal repressão militar que diariamente chegam da Faixa de Gaza e da Cisjordânia são esclarecedoras do nível a que chegaram as hostilidades. Não é por acaso que Yasser Arafat, dirigente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), reclama como primeiro passo para a regularização do conflito a retirada israelita dos territórios ocupados e a sua colocação sob a administração das Nações Unidas.

Por outro lado, coloca-se a questão da representatividade palestina, que o plano dos EUA procuram iludir. Como a Síria, a Jordânia e até já mesmo o Egipto reconheceram, impõe-se nas negociações de paz a participação da OLP, como «único representante legítimo dos palestinos».

A posição da OLP sobre o

assunto é clara: no início desta semana Abou Iyad, dirigente da Fatah, afirmou que os palestinianos «rejeitam qualquer discussão sobre uma delegação mista ou separada se o convite não foi dirigido à OLP». Nós exigimos, disse Abou Iyada, uma delegação palestiniana independente à conferência internacional, ainda que ela faça parte de uma representação pan-árabe.

Também no que se refere aos restantes participantes na conferência internacional sobre o Médio Oriente há divergências. Enquanto os EUA defendem as negociações em separado, os principais países árabes envolvidos insistem na participação dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Como a União Soviética vem alertando, o plano norte-americano visa sobretudo criar expectativas que permitam pôr cobro ao levantamento palestiniano nos territórios árabes, sem resolver o problema que lhe está na base, ou seja, a questão palestiniana e o direito dos palestinianos à autodeterminação e independência.

Como se refere num recente comentário da Tass, os passos intermediários só poderão surtir efeito se forem dados no contexto geral da regularização no âmbito de uma atitude universal para com este problema. Isto é, através da convocação, sob a égide da ONU, de uma conferência internacional.

Conferência que Israel recusa, como recusa abandonar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. O facto de Yitzhak Shamir ter já anunciado que o governo israelita só irá analisar as propostas norte-americanas após o dia 15 de Março, data limite dada por George Shultz para a posição oficial israelita sobre o mesmo, não podia ser mais significativo.

Afeganistão, conversações em Genebra

Recomeçaram dia 7, em Genebra, as conversações indirectas entre o Afeganistão e o Paquistão, que se realizam com a participação do subsecretário-geral da ONU, Diego Cordovez, mediano nestas conversações desde 1982.

O obstáculo maior, no plano do debate, encontra-se actualmente na posição assumida por parte do governo do Paquistão, que pretende impor como condição prévia a formação de outro governo em Cabul.

Najibullah, presidente da República do Afeganistão, em recentes declarações públicas, criticou os dirigentes paquistaneses por, nestas conversações de Genebra, que só abrangem os aspectos externos da situação afegã, se recusarem a assinar um acordo com o seu parceiro nas negociações, o legítimo governo de Cabul, prontificando-se a fazê-lo com um governo de transição.

«O Paquistão tenta ignorar o actual poder estatal no Afeganistão, que conta com um Exército de cerca de meio milhão de pessoas, se baseia num sistema económico e financeiro estatizado, respeita a religião e tradições populares», disse Najibullah.

Também da parte da oposição paquistanesa surgem claras opiniões de apoio a uma solução pacífica do actual conflito, e simultaneamente se sublinha que a questão da criação de um futuro governo do Afeganistão deve ser resolvida pelo próprio povo afegão.

Os dirigentes de 16 partidos políticos da oposição no Paquistão exortaram o governo a assinar o acordo de Genebra.

O presidente do Partido Nacional Popular do Paquistão sublinhou, em entrevista concedida ao jornal «Shahbazy», que nenhum país estrangeiro tem o direito de se intrometer nos assuntos internos do Afeganistão, nomeadamente no que respeita à constituição de um governo de coligação, em particular o governo paquistanês, tanto mais que a legitimidade da sua permanência no poder suscita justas dúvidas.

Entretanto, em Janeiro, o Senado norte-americano aprovou uma resolução sobre o Afeganistão que apela à administração a não cessar e não reduzir a ajuda militar aos grupos contra-revolucionários afegãos.

De relembrar aqui que Gorbachov divulgou, dia 8 de Fevereiro, a proposta soviética de total retirada das tropas da URSS do Afeganistão a partir de 15 de Maio, se a assinatura dos acordos entre este país e o Paquistão sobre a regularização da situação de guerra ocorrer até 15 de Março.

Em véspera de reatar das conversações em Genebra, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Afeganistão, Abdul Wakil, disse que as conversações evoluem de forma positiva.

Novo grupo anti-apartheid

Foi anunciada na segunda-feira, na Cidade do Cabo, a criação de um novo grupo anti-apartheid «para defender a democracia» contra a opressão do governo racista de Pretória. A iniciativa partiu do arcebispo Desmond Tutu e outros dirigentes religiosos, que em conferência de Imprensa deram a conhecer os seus objectivos. Consideramos ser nosso dever sagrado a defesa e o cumprimento dos direitos humanos, afirmou Desmond Tutu, fazendo «um apelo público ao nosso povo para que avance na defesa da democracia».

Este novo desafio às autoridades racistas que em 24 de Fevereiro passado proibiram a actividade de 17 organizações anti-apartheid e da poderosa central sindical negra, Cosatu, insere-se no movimento de desobediência civil que se tem vindo a generalizar na África do Sul. Segundo as palavras de Desmond Tutu, espera-se que a nova organização se desenvolva «como parte da resposta popular dos que estão empenhados em trabalhar por uma sociedade democrática e não racial» na África do Sul.

É de esperar que a tensão volte entretanto a subir no próximo domingo, uma vez que o Conselho Sul-Africano das Igrejas apelou a «todos os cristãos da África do Sul para se unirem em oração contra a repressão em geral» nas igrejas do país, recordando «todos os detidos do estado de emergência e presos políticos, que num verdadeiro espírito cristão sacrificaram a sua liberdade em nome da verdade».

Entretanto, em Nova Iorque, os países africanos exigiram a convocação urgente do Conselho de Segurança da ONU, com o objectivo de analisar a situação na África do Sul.

Delegação do POSH em Portugal



De 1 a 4 de Março visitou Portugal, a convite do Partido Comunista Português, uma delegação de trabalho do Partido Operário Socialista Húngaro, composta por Attila Gecse, vice-chefe do Departamento Internacional do POSH e Csaba Polyi, do Departamento Internacional.

A delegação do POSH foi recebida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e realizou conversações com delegações PCP compreendendo os camaradas Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado, Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional, e Teresa Mónica, membro da Secção Internacional.

A delegação encontrou-se ainda com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Lisboa, dirigida por Aurélio Santos, membro do CC e visitou a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Nos encontros realizados foram trocadas informações sobre a situação nos dois países, a actividade dos dois partidos e questões da actualidade internacional. Foi reafirmada a vontade de reforçar as tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o POSH.

Telegrama ao BAAS e povo da Síria

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Direcção Nacional do Partido Baas Árabe Socialista, o telegrama que seguidamente transcrevemos:

«Ocasão 25.º aniversário revolução Março PCP saúda Partido Baas Árabe Socialista e o povo da Síria. Faz voto reforço relações amizade solidariedade PCP/BAAS».

Internacional

Panamá

Ingerência norte-americana impõe boicote económico

A campanha de desestabilização promovida pelos Estados Unidos contra o Panamá assumiu nos últimos dias o carácter de uma autêntica intervenção, a que só faltou a componente militar para ter todas as características de uma ingerência estrangeira num Estado soberano.

Das graves acusações a destacadas figuras panamianas, em particular ao general Manuel António Noriega, comandante das Forças de Defesa do Panamá, às exigências de demissão das autoridades governativas e realização de eleições «livres», os EUA passaram ao boicote económico, bloqueando as contas bancárias do Panamá e suspendendo o pagamento devido aquele país pela utilização do Canal, numa evidente tentativa de asfixiar a sua vida interna. Ao mesmo tempo, os sectores mais reaccionários panamianos desdobram-se numa bem orquestrada campanha para paralisar o país, com particular destaque para a utilização abusiva da liberdade de imprensa e os sucessivos apelos à greve geral.

Não se pretende de modo algum que as autoridades panamianas não têm culpas no cartório; pode mesmo dizer-

-se que os actuais problemas com que se defrontam derivam, em última análise, tanto de cedências e submissões

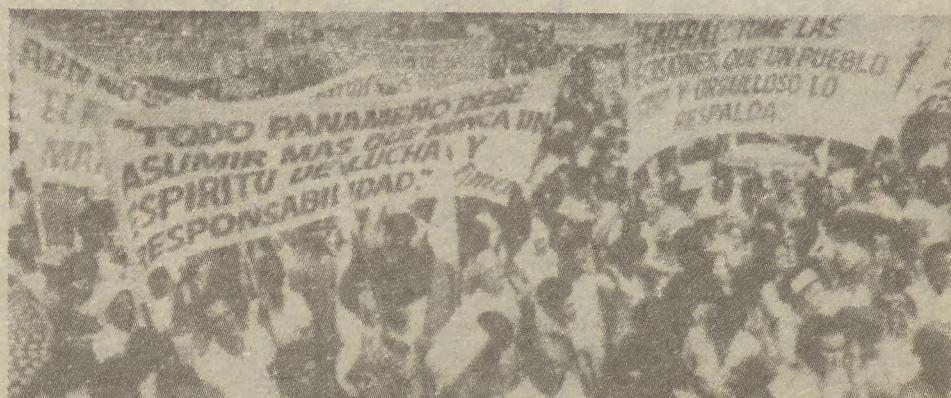
ao grande vizinho do norte, como do adiamento na resolução de problemas que afectam as massas populares, geradores de descontentamentos que as forças de direita exploram agora em seu favor.

No entanto, o que está em causa em toda esta complexa situação que se vive no país não são os reais problemas da população ou sequer a democracia do regime, mas sim a inadmissível ingerência norte-americana, apostada por um lado em fazer gorar os Tratados Torrijos-Carter sobre a soberania do Canal do Panamá e, por outro lado, interessada em ver no poder forças menos empenhadas na resolução pacífica dos problemas da América Central.

Com que autoridade questionam os EUA a democracia interna do Panamá, quando é do conhecimento público que nas suas relações privilegiam e apoiam todas as ditaduras no mundo?

Com que autoridade se substituem os EUA ao povo panamiano na escolha dos seus próprios dirigentes e do regime que pretendem para o país?

Com que autoridade os EUA se ingerem nas questões internas do Panamá, em nome da democracia e da liberdade, quando a sua presença militar no país é o testemunho vivo da prática belicista norte-americana na América Latina?



Os protestos populares contra a presença norte-americana foram sempre uma constante na história do Panamá

Estas algumas das questões a que a campanha dirigida contra o Panamá não dá resposta e que certa imprensa, incluindo em Portugal, escamoteia em absoluto a coberto de pretensas preocupações com a «legalidade» ou a defesa dos «direitos humanos».

A fraca adesão à greve geral decretada a semana passada no Panamá pelos principais sectores do grande capital não podia ser mais significativa. Daí que os EUA tenham reforçado a sua ingerência através do boicote económico, como recentemente revelou a cadeia de televisão CBS. Segundo esta fonte, o boicote norte-americano vigorará até que «o governo constitucional» do Panamá seja «restabelecido». Pretende-se desta forma a recondução do recém afastado presidente Delvalle, demitido pela As-

sembleia Nacional panamiana após a participação num golpe de Estado palaciano apoiado pelos EUA, destinado a demitir o general Noriega.

Ainda segundo a CBS, os EUA propõem-se pedir aos bancos internacionais que se juntem ao boicote não emprestando dinheiro ao Panamá.

Para a Agência France Presse, por seu turno, o objectivo dos EUA é «claramente o de provocar uma crise de confiança que conduziria ao afastamento do general Noriega, cuja popularidade entre as massas é inconteste».

Entretanto, em entrevistas concedidas a jornais da Grã-Bretanha, Itália e Espanha, o general Noriega manifestou-se confiante nas capacidades internas de ultrapassar as pressões diplomáticas e eco-

nómicas dos EUA. «O Panamá, disse, é um centro financeiro internacional e duvido que se possa convencer os bancos a deixar o país, pois aqui têm condições favoráveis e incentivos que não existem noutro local».

Por outro lado, Noriega, que denunciou a ingerência norte-americana, afirmou a sua convicção de que as próximas eleições de Maio de 1989 contribuirão para a «unificação democrática da sociedade panamiana», criando condições para que as forças armadas do país assumam novas funções. O exército, afirmou, «assumirá a gestão do canal e criará condições para o Governo civil promover eleições num ambiente de paz a fim de democratizar o país».

Resta saber o que até lá farão os Estados Unidos.

Presidente Solis retoma linha Torrijos

O novo presidente do Panamá, Manuel Solis Palma, defende a necessidade de retomar a linha política do antigo presidente Torrijos, de defesa da independência e soberania nacionais.

Em entrevista ao correspondente da Novosti no Panamá, o presidente Solis Palma considera que no plano interno essa linha se traduz na consulta e relação permanente com distintos sectores do país, em particular os sectores populares, e no campo da política externa, numa abertura muito maior do que a verificada nos últimos anos, em particular nas relações com os países não-alinhados e na tomada de posições face ao relacionamento com os Estados Unidos, em que considera necessário a procura de um ponto de equilíbrio.

Solis Palma, ex-ministro da Educação, considera fundamental que o Panamá se empenhe na procura de uma plataforma que harmonize as posições norte-americana e panamiana embora, como salientou, perante uma posição de intransigência dos EUA, o Panamá não possa ceder, pois isso «significaria entregar parte da sua condição de país livre e soberano».

Sobre a crise nacional em que o país vive, Solis Palma fez notar que nos últimos meses se assistia, no seio do governo, ao confronto de duas concepções distintas sobre a forma de resolver a crise económica panamiana.

Segundo disse, «enquanto um sector dirigido por alguns civis e também por forças da Defesa considerava que a saída para a crise passava por soluções que não afectassem a soberania e a dignidade nacional, outro pensava que era preciso ceder às pressões dos Estados Unidos, porque a única saída

para o problema passava pela ajuda norte-americana ao país».

Para o novo presidente, aceder às pressões americanas conduziria, no entanto, a um ataque às forças de Defesa e ao sector que não perflha aquela posição, representado por vários partidos políticos, incluindo o Partido Revolucionário Democrático, principal base de apoio político do governo.

O ex-presidente Arturo Delvalle, ao desvincular-se da posição das forças de Defesa, criou uma situação de ruptura, que levou necessariamente à sua destituição pela Assembleia nacional panamiana.

No final da entrevista, o presidente Solis Palma sublinhou a necessidade do Panamá conservar a sua condição de país livre, soberano e independente, «por muito dura que seja a saída para a crise».

Entretanto, o Supremo Tribunal do Panamá confirmou a legitimidade da decisão da Assembleia legislativa de destituir das funções de presidente Eric Arturo Delvalle, o qual procurou demitir, a despeito da Constituição, o general Noriega do cargo de comandante-chefe das Forças de Defesa Nacional.

Com esta decisão o Supremo Tribunal rejeitou a acção movida por advogados oposicionistas contra a destituição de Delvalle.

Por outro lado, as autoridades panamianas decidiram tomar medidas contra as deturpações dos acontecimentos que estão a ocorrer no país, produzidas em particular por certos meios da comunicação social.

A posição dos comunistas

O Bureau Político do Comité Central do Partido do Povo do Panamá (comunista) divulgou em Fevereiro último um documento sobre a crise política que se vive no país, sublinhando a necessidade de incluir as forças populares no diálogo nacional para a saída da crise e sem as quais aumentará a violência.

Na actual crise política que o Panamá atravessa — refere o documento — destacam-se diversas propostas para a «renovação» do poder político, cuja origem é a oposição, a UNADE e o imperialismo, porém todas coincidem num aspecto: em deixar de lado as massas populares; e negociar significa o assalto aos órgãos do Estado para beneficiar os supremos interesses económicos das suas bem colocadas famílias. Fazem-no a coberto da defesa da mascarada democrática da liberdade de imprensa, dos valores morais, dos direitos humanos e das eleições livres.

Falam de democracia, mas é a democracia dos monopólios latifundiários, pessoais e dos seus executivos.

Falam da liberdade, mas é a liberdade de explorar os trabalhadores, os camponeses, os empregados, os técnicos e as pequenas empresas (o tubarão come a sardinha), não a liberdade dos operários, dos camponeses pobres, dos índios sem terra, dos jovens desempregados, dos estudantes sem um adequado sistema de educação, dos produtores agrícolas sem um mercado seguro e sem financiamento; não falam da liberdade dos negros, das mulheres, mas da liberdade dos poderosos millonários que dominam os órgãos de informação para, através da desinformação, imporem a sua liberdade que é a opressão económica, política e moral das massas populares.

Salientando que a agudização da crise tem vindo a favorecer a crescente ingerência norte-americana nos assuntos do Panamá, dificultando o cumprimento dos Tratados Torrijos-Carter, o documento do Partido do Povo chama a atenção para um factor que tem de ser tido em conta:

O povo, os seus organismos populares, os ope-

rários, os camponeses, os funcionários públicos, os professores, os indígenas, os estudantes, os intelectuais, os pequenos proprietários e industriais interessados no desenvolvimento nacional têm também um plano, têm também uma palavra a dizer. E essa palavra tem de ser ouvida, tem de ser tida em conta. Estas massas perguntam: quem autorizou o imperialismo, a oligarquia, as tradicionais forças exploradoras a falar pelo povo?

É esta componente popular que, defende o documento, tem de estar presente no debate sobre a situação no Panamá.

Por isso o Partido do Povo propõe agora (e amanhã pode ser tarde) a abertura de um diálogo nacional em que estejam presentes as forças representativas do Panamá, procurando um consenso, sem condições prévias, que permita resolver de forma pacífica a questão da renovação do poder.

No seu documento, o Partido do Povo considera que só assim será possível uma saída pacífica para a crise. Qualquer tentativa, afirma, para impor uma fórmula que expresse apenas um interesse unilateral provocará a violência com resultados imprevisíveis.

Pelo que, diz, há que deixar claro que a exclusão das massas populares de um compromisso político será também uma solução violenta que provocará mais violência.

Esta a razão por que o Partido do Povo apela às forças mais sensatas do Panamá a defender um diálogo com o objectivo de encontrar uma saída pacífica para a crise política.

Renunciar a esta oportunidade que ainda resta é encaminhar o país objectivamente para a violência que pode resultar numa situação de guerra e levar à destruição da sociedade panamiana.

Há que salvar o Panamá para que consiga a sua independência em paz, para uma solução de consenso para a crise, diz o documento, que termina com uma palavra de ordem plena de significado: Não à guerra que o imperialismo norte-americano nos quer impor!

Internacional

NATO Cimeira defende força militar como «argumento» de Paz

Apostar simultaneamente em negociações para o controlo de armamentos e no reforço militar, é a tese defendida por Lord Carrington, secretário-geral da NATO, na cimeira da NATO realizada em Bruxelas nos primeiros dias deste mês de Março. Uma posição — a que voltaremos — que diz muito do persistente (e previsível) apego dos sectores mais militaristas a concepções cada vez mais em confronto com quaisquer princípios de segurança. Não naturalmente segurança no que aos lucros do complexo militar industrial respeita, mas mais simplesmente no que se refere à vida dos povos, ou seja à vida de todos e de cada um de nós.

Mas vamos mais ao concreto do que esteve em cima da mesa da cimeira de Bruxelas. Circunscrevendo-nos a três pontos.

1. A estabilidade convencional

No primeiro dia da cimeira foi divulgada uma declaração conjunta dos chefes de Estado e de governo da Aliança com o título «Controlo das armas convencionais, o caminho a seguir», em que se define como objectivos da NATO o estabelecimento de um equilíbrio, seguro e estável, ao mais baixo nível, das forças convencionais, através da eliminação de disparidades prejudiciais à estabilidade e segurança, bem como da capacidade de lançar um ataque de surpresa ou de iniciar uma acção ofensiva em larga escala. Fala-se também da necessidade de estabelecer medidas destinadas a criar um clima de confiança, na necessidade de regimes de verificação rigorosos e efectivos. Quase seríamos levados a crer na adesão — tardia embora — às claras propostas do Tratado de Varsóvia já avançadas em Junho de 1986 e reafirmadas nomeadamente no encontro de Berlim, de Maio de 1987.

Citamos o documento de Berlim: «Segundo a opinião dos Estados Membros do Tratado de Varsóvia a diminuição da confrontação militar na Europa deve ser um processo ininterrupto, devendo ser garantido, em qualquer fase, um equilíbrio a um nível tão baixo quanto possível. Tomando em consideração a assimetria existente nas forças armadas de ambos os lados na Europa, surgidas das condições histórico-geográficas e de outros factores, eles declaram a sua disposição de, durante o decorrer do processo das reduções, eliminar o desequilíbrio existente em alguns elementos de modo a que o que estiver em vastagem faça reduções correspondentes».

Também no documento da NATO se fala de reduções assimétricas. «Altamente assimétricas», diz-se, numa formulação que pode suscitar dúvidas, sobretudo tendo em conta o que é a prática corrente dos países da NATO e da sua propaganda, neste domínio.

Bastará aqui confrontar dois curtos extractos. Um do «Newsweek», de Dezembro

de 87, exemplo actual do velho esquema de propaganda do «inimigo». Outro de um documento, de Novembro de 87, da União Europeia Ocidental (UEO).

«Recentes estudos militares indicam que a NATO perderia provavelmente uma guerra convencional com o bloco soviético (...) A Aliança precisa (...) de reservas blindadas mais fortes, armas anti-tanque mais numerosas e melhores, barreiras anti-tanques mais eficazes ao longo da fronteira alemã» — afirma-se no «Newsweek».

«A NATO dispõe de uma superioridade considerável em matéria de armas tele-

frontar um potencial agressor com o risco inaceitável». E assim voltamos à tese da paz imposta pela força das armas (!), e da «dissuasão nuclear».

E não só de teorias se trata. Mas de planos muito concretos.

John Galvin, general norte-americano, comandante supremo das Forças Aliadas da NATO na Europa, apontou as medidas de «compensação» prioritárias, que seguidamente referimos.

Não sem antes relembrarmos alguns factos esclarecedores.

Estas medidas de «compensação» são propostas apesar de a liquidação de 859 mísseis nucleares dos EUA na Europa ser acompanhada pelo simultâneo desmantelamento de 1752 mísseis soviéticos do mesmo tipo.

Segundo o «New York Times», mesmo depois da eliminação daqueles mísseis, a NATO continuará a possuir mais de 4600 cargas nucleares, 4000 das quais no território da RFA. Números que

155 e 203 mm com vista a aumentar o seu alcance de tiro para 40 km e mais, e adaptá-los à utilização de projecteis dotados quer com ogiva nuclear quer com carga neutrónica.

— Equipar as tropas terrestres dos EUA na Europa com novos mísseis tácticos, susceptíveis de desferir golpes nucleares sobre a rectaguarda do adversário (ou seja, nas cidades e campos da URSS e dos outros países da comunidade socialista).

— Instalar em embarcações estacionadas ao longo da costa da Europa Ocidental várias centenas de mísseis de cruzeiro nucleares de grande alcance.

3. A teoria e as contradições da prática

No passado fim-de-semana, o presidente Reagan defendia publicamente a modernização das forças militares da NATO, nucleares e convencionais, numa perspectiva de negociar com a União Soviética «em posição de força». Em Bruxelas, Lord Carrington afirmava — «a política que nos conduziu até aqui é simples. Depende da combinação das negociações para controlo de armamentos a um adequado reforço militar». E dizia mesmo: «A validade desta política foi confirmada com o processo INF» (euromísseis).

É quase espantoso — se neste domínio ainda alguma coisa nos pudesse espantar — que de toda uma batalha conduzida inequivocamente pela União Soviética, para que um primeiro passo tenha sido possível no rumo do desarmamento, tal conclusão se possa publicamente extrair. Aliás, e significativamente, para justificar novos passos num sentido inverso, ou seja, no da corrida aos armamentos.

Num comentário à campa-

nha desencadeada pela «necessidade» de reforço do armamento convencional na Europa, lê-se nas páginas do «Le Monde Diplomatique», de Janeiro: «Sem mesmo esperar pela assinatura do acordo Reagan-Gorbachov, o «complexo militar-industrial» americano, denunciado por Eisenhower no momento em que deixava a Casa Branca, passou desde há alguns meses a ofensiva. Na perspectiva de uma redução das armas nucleares estacionadas na Europa, estes «especialistas» defenderam face ao Congresso o crescimento dos armamentos clássicos. Esta campanha vai-se intensificar, sob pretexto de desenvolver uma «dissuasão convencional» que, para a Europa, não seria menos devastadora».

Acrescente-se a este um outro facto: a aposta é também no reforço do armamento atómico, nomeadamente no plano qualitativo.

Na prática, entretanto, não é simples defender — face a uma opinião pública avessa à corrida aos armamentos e que tão claramente adere em massa ao processo de desarmamento — mais armas em defesa da «paz». E muito menos mais armas nucleares.

Por isso mesmo, também, foi possível avançar até à assinatura do tratado para liquidação de mísseis nucleares na Europa. Por isso, também, em diferentes Estados da Europa da NATO, governos há que manifestam o seu desacordo em relação à modernização dos arsenais nucleares e inclusive defendem a aceitação da «tripla opção zero», ou seja, a total retirada dos mísseis de curto alcance da Europa. Mais, as diferenças de posição passam mesmo pelo interior de vários governos da Europa capitalista.

As teses da paz na ponta das baionetas — baionetas nucleares hoje, acrescente-se — esbarram com sérias dificuldades na prática.

Armas nucleares para o governo português, é uma questão de «timing»?

Já não se trata dos cubanos a invadir terras do Alentejo. Tão pouco das directrizes emanadas de Moscovo ou Praga — como era de tradição acusar-se os movimentos democráticos em tempos de fascismo (que por tais directrizes se guiariam...), ou pelas vozes da direita nos primeiros tempos de Abril.

Agora «as forças da URSS» estão «aquí à porta de Portugal».

Isto foi dito pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva em entrevista à Antena Um da RDP. Entrevista em que nomeadamente afirmou, como resposta a uma pergunta sobre a possibilidade de estacionamento de armas nucleares em Portugal, que o Governo aceitará «todos os compromissos para preservar a segurança da Europa».

Em síntese tal hipótese «nunca foi colocada». Apenas isso. Porque se «um dia for colocada nós teremos que a examinar».

Se tivermos aqui presentes recentes declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, em defesa da arma nuclear — desde o efeito «dissuasor» ao preço! — e ainda a posição de Cavaco em Bruxelas, de alinhamento com as posições mais reacionárias, nomeadamente no que respeita à modernização das armas nucleares tácticas — aqui fica a pergunta: para o Governo de Cavaco, armas nucleares tácticas é apenas uma questão de oportunidade para a NATO e os EUA? Uma questão de «timing»?

guiadas contra tanques aperfeiçoados» — constata-se no documento da UEO.

2. O factor nuclear e as «compensações»

Mas regressando à declaração conjunta adoptada em Bruxelas. No seu quinto ponto, quando se trata da questão dos princípios políticos e de segurança, diz-se claramente que «apesar de a paridade convencional ser importante para a estabilidade, só o factor nuclear pode con-

frontar um potencial agressor com o risco inaceitável». E assim voltamos à tese da paz imposta pela força das armas (!), e da «dissuasão nuclear».

É neste enquadramento que melhor se vê o sentido das medidas ditas de «compensação» avançadas pelo general Galvin:

— Equipar a aviação táctica de ataque com mísseis nucleares «ar-terra» de alcance acrescido (350-400 km).

— Equipar as Forças Aliadas com mísseis «Lance-2», de elevada precisão de tiro, dotados com ogiva nuclear e com um alcance até 400 km.

— Modernizar canhões de

Delegação do PCP na Argélia — Iémen e Etiópia

Uma delegação do PCP composta por Jorge Araújo, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central visitará entre 11 e 23 de Março, a República Democrática e Popular da Argélia, a República Popular e Democrática do Iémen e a República Popular da Etiópia a convite respectivamente do Comité Central do Partido da Frente de Libertação Nacional da Argélia, Partido Socialista Iemenita e Partido dos Trabalhadores da Etiópia.

Estas visitas visam tomar conhecimento directo com a realidade daqueles países, com a actividade dos respectivos partidos, assim como reforçar os laços de amizade do PCP com o Partido da Frente de Libertação Nacional da Argélia, com o Partido Socialista Iemenita e com o Partido dos Trabalhadores da Etiópia.

8.3.88

A SIP do PCP

«No dia 12 de Março de 1962 Rádio Portugal Livre (...) lançou para o ar a sua primeira emissão, marcando uma importante vitória contra a ditadura fascista.

Ao longo destes 10 anos, graças aos esforços e ao prestígio do PCP e à dedicação e espírito de sacrifício dos camaradas que trabalham na nossa Rádio, esta tem transmitido os seus programas, dia após dia, sem uma falha (...).

Criada e mantida para levar as ideias da democracia e do socialismo às fábricas e oficinas, aos campos, escolas e universidades, às forças armadas e a cada lar português, a Rádio Portugal Livre foi desde o primeiro momento acolhida com enorme entusiasmo pelo nosso povo.

Voz do PCP, a RPL tem sido um valioso instrumento de divulgação da orientação do nosso Partido (...). Voz que o fascismo não pode amordçar, quebra o silêncio que este impõe aos órgãos de informação sob o seu domínio e chega aos trabalhadores, dando-lhes a conhecer com a maior rapidez as experiências de luta, as movimentações que se desenvolvem e as vitórias conseguidas pelos seus camaradas de Norte a Sul do País.

(«Rádio Portugal Livre» — «Avante!», VI Série, n.º 439, Março 1972)

Avante!

Proprietários de todos os países: UNI-VOS!

«A população de Talhadas do Vouga, em peso, celebrou uma grande vitória na sua luta pela recuperação dos baldios roubados ao povo da região. No dia 4 de Fevereiro foi finalmente assinado o acordo a que chegaram a Direcção dos Serviços Florestais e a Junta de Freguesia. Embora não tenham sido satisfeitas na sua totalidade as reivindicações do povo de Talhadas, a vitória alcançada foi importantíssima. Regressaram à posse da freguesia todos os terrenos ocupados ilegalmente pelos Serviços Florestais em 1938 e foram devolvidos a particulares 80 hectares igualmente roubados pelos mesmos serviços. Foram restituídos e definidos os limites dos logradouros comuns. Em toda a área submetida ao regime florestal os camponeses podem passar a apascentar livremente os seus rebanhos, roçar o mato e apanhar lenha. (...)

Se nos aspectos materiais a vitória dos camponeses foi substancial, não foi menos importante que as autoridades fascistas tivessem sido obrigadas a vir, pela primeira vez, reconhecer oficialmente a legitimidade das reivindicações dos povos à posse dos seus baldios.

(«Grande vitória dos camponeses de Talhadas» — «Avante!», VI Série, n.º 463, Março 1974)

AVANTE!

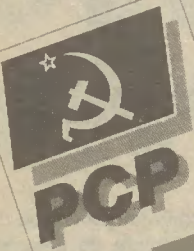
PROPRIETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES: UNI-VOS!

«Desde Outubro, muitíssimo mais de 10000 trabalhadores de umas 200 empresas lançaram-se em lutas pelas suas reivindicações mais imediatas, principalmente por aumentos de salários. Uns 60 mil desses trabalhadores recorreram a greves e paralisações.

A par do movimento grevista e de variadas outras lutas, dezenas de milhar de trabalhadores têm participado em grandes e vibrantes assembleias sindicais. As lutas que se alargam mais ou menos a todo o País (...) assumem uma envergadura e extensão sem paralelo nas últimas décadas. (...)

Manter a ofensiva e desenvolver ainda mais o grandioso movimento de massas que está em curso (...) são tarefas que se impõem. Para tudo isso é imperioso unir e organizar as massas, criar comissões de variado tipo com vistas a desencadear e orientar novas e maiores lutas.»

(«Está em marcha um grande movimento de massas» — «Avante!», VI Série, n.º 463, Março 1974)



67
anos

Comícios no Campo Pequeno e no Palácio de Cristal

De facto, assim se vê...

Vamos já directos ao assunto. **Lisboa e Porto** viveram no passado fim-de-semana duas realizações políticas que, pela sua envergadura, pela sua impressionante afirmação e participação de massas, pela vivacidade, entusiasmo, animação e confiança com que decorreram, não estão, de facto, ao alcance de qualquer partido, organização ou movimento em Portugal nos tempos que correm. Bem ligados à realidade, profundamente empenhados na luta, com os olhos postos no futuro, os comunistas comemoraram dignamente em todo o País e nas duas grandes cidades (a das sete colinas e a capital do Norte) os 67 anos de vida do PCP. Em Lisboa e no Porto, as comemorações envolveram comícios gigantescos, que se transformaram em convívio e em festa dentro e fora dos recintos: o Campo Pequeno e o Palácio de Cristal, duas «sálas» com nome gravado no historial das grandes realizações políticas do PCP. Para além dos discursos pronunciados pelo camarada Álvaro Cunhal, deixamos neste caderno do «Avante!» uma panorâmica dessas iniciativas, participadas por largos milhares de pessoas no sábado em Lisboa e no domingo no Porto.

O comício do Campo Pequeno «começou» muito antes da hora marcada (15.30 h.). Várias concentrações, em diferentes pontos da cidade, transformaram-se em animados desfiles, com bandeiras vermelhas e panos de numerosas organizações. Ao Terreiro do Paço e ao Cais do Sodré chegava muita gente com destino ao Campo Pequeno. Vinham da margem sul do Tejo.

Outros chegavam a Entre-Campos no comboio especial da Azambuja/Vila Franca de Xira. Dos transportes urbanos, a pé, de automóvel, de excursões organizadas nos concelhos mais afastados saíam outros ainda, rumo ao Campo Pequeno.

Juventude, claro. Tiveram um desfile só deles (Picoas), mas viam-se um pouco por todo o lado, com a presença alegre e ruidosa. A pouco e pouco, a casa — envolvida no exterior por bandeiras coloridas — foi enchendo. Na tribuna, camaradas dos organismos executivos do Comité Central, das Direcções Regionais de Lisboa e Setúbal e o camarada **Álvaro Cunhal**, o último dos oradores, — apresentado por António Abreu — depois de **Joaquim Tavares**, membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, **Conceição Morais**, suplente do CC e membro da DORS, e **António Andrez**, do CC e da DORL (ver nas págs. 6/7). Muitos momentos vibrantes ficaram na mente do repórter de serviço. Entre eles, o do

helicóptero quando despejou para a multidão tantos papelinhos coloridos e 67 cravos. Mas o comício do Campo Pequeno, compacto do primeiro ao último minuto num dia a anunciar Primavera, não ficou por aí. O «bolo» gigante que se via entre a multidão, os tambores da JCP, os balões coloridos no ar, as ofertas ao Partido, as palavras de ordem, os aplausos vibrantes, as vaias firmes a Cavacô e a política de direita permanecem ainda entre as imagens de uma jornada

inesquecível. Que o «Avante!» aqui regista também com uma reportagem fotográfica significativa.

O Palácio de Cristal ficou a abarrotar, afirmou um matutino portuense, e de facto assim foi. A partir das 14 e 30 começaram a afluir milhares e milhares de pessoas para o local onde, com grande alegria, foi comemorado mais um aniversário do Partido.

Na Festa o destaque especial foi para o espectáculo de «Cantos da

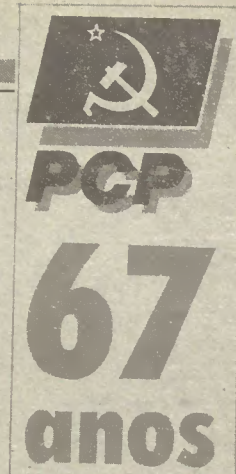
Resistência e Música de Abril» especialmente concebido para a ocasião, no qual recorrendo à música, à canção e à poesia se evocaram os 67 anos de luta do PCP. Uma festa em que não faltou o bolo de anos, um bolo gigante, de 5 m², cujas primeiras fatias foram cortadas pelo camarada Álvaro Cunhal, já ao fim da tarde. Iniciativa da Comissão Concelhia da Maia, o bolo, depois de dividido em mais de mil fatias, foi também um contributo para a campanha de fundos.

Logo à entrada da nave central do Palácio, e integrada na decoração de extremo bom gosto do recinto, a atenção ia para a escultura de grandes dimensões realizada pelo escultor Manuel Dias. Igualmente da autoria do camarada Manuel Dias foi a moeda comemorativa que foi posta à venda durante as comemorações.

Bancas de Vendas, um pequeno bar, um espaço para a Campanha de Recrutamento que a DORP tem em curso, uma venda de livros, também não faltaram no Palácio de Cristal. E muitos panos de presença a saudar o PCP: do Organismo Intermédio das Zonas Ribeirinhas, da Célula dos CTT, de Ramalde, do Candal, dos Estudantes da Escola Secundária de Clara de Resende, os Pioneiros de Portugal, de várias organizações do distrito do Porto, mas também de Braga, de Viana do Castelo, de Mirandela, de Vila Real.

Esta grande iniciativa do Partido, podemos afirmá-lo, «mexeu» com a cidade do Porto. De vários pontos da cidade — da Praça da Liberdade, da Praça dos Leões, do Centro de Trabalho de Ramalde, de Campanhã, de Paranhos, — e dos vários concelhos — da Maia, de Matosinhos, de Gaia, de Valongo, de Vila do Conde, da Póvoa, de Santo Tirso, do Vale do Sousa, e de outros locais — afluíram caravanas, excursões e outras formas de animação, em direcção ao Palácio de Cristal. «A nossa crise é uma crise de espaço», disse logo no início o camarada Sérgio Teixeira, que presidiu ao comício, referindo-se à presença massiva de pessoas no recinto. Um comício em que entrevistaram Manuel Freitas, dirigente da Executiva da CGTP-IN e da Federação Têxtil, membro do CC e da DORP, sobre a situação dos trabalhadores, Armando Fonseca, da DORP da JCP, sobre os problemas juvenis e Helena Medina, da C. Executiva da DORP e do CC. E as últimas palavras do Comício foram palavras de Paz, de «parabéns» ao PCP dados pelos Pioneiros de Portugal. Cantaram-se os parabéns e foram entregues as prendas das várias organizações. Meia centena de saudações foram recebidas pela mesa. Muitas flores, muita alegria, numa iniciativa preparada com grande entusiasmo pelas organizações do Partido, uma jornada também de esclarecimento e mobilização do partido para as tarefas políticas e importantes iniciativas inscritas no extenso plano de trabalho no distrito do Porto, que prevê só no primeiro semestre deste ano a realização de cerca de centena e meia de iniciativas e outras acções nas diversas frentes.

Na tribuna do comício do Porto, tal como em Lisboa, encontravam-se camaradas dos organismos executivos do CC e ainda das Direcções Regionais do Norte. ■



Álvaro Cunhal em Lisboa:

Uma coisa é o que o ... outra é o que o G

Camaradas:

Ao olharmos aqui em volta, aqui, no Campo Pequeno, neste grandioso comício, com a praça cheia, com tanta combatividade, com tanto entusiasmo, com tantas bandeiras, tantos vivos, tantos homens, tantas mulheres e tantos jovens, tanta confiança na força, na luta e no futuro do nosso Partido, podemos desde já tirar uma conclusão, camaradas: ao contrário do que propaga a campanha anticomunista, **o PCP não está a andar para trás, mas, pelo contrário; na sua actividade, na sua militância, na sua luta, na sua ligação com as massas, o PCP está de novo a andar para a frente e com força.**

Os comícios do Campo Pequeno - um pouco de história

O facto é que a realização deste comício hoje aqui no Campo Pequeno tem um significado especial, tal como tiveram significado especial outros comícios realizados também aqui no Campo Pequeno noutros momentos da luta do nosso Partido e do nosso povo - primeiro na Revolução para a instauração do regime democrático, depois para a sua defesa.

Certamente estão hoje aqui camaradas que aqui estiveram também apenas dois meses após o 25 de Abril de 1975, concretamente na noite de 28 de Junho de 1974. Depois de quase meio século de opressão e terror fascista, o povo português acabara de conquistar com a sua luta as liberdades democráticas fundamentais. Mas já se manifestavam, mesmo ao nível do novo poder político, as tentativas de transformar a instrumentalização das liberdades num colete de forças para o seu exercício. Mal as liberdades tinham sido conquistadas já era necessário defendê-las.

Foi nessa situação que o Partido mobilizou as suas forças e nessa memorável noite de 28 de Junho de 1974, debaixo de chuva torrencial, desfilou pelas ruas e aqui no Campo Pequeno o PCP mostrou estar pronto para a luta (como força política determinante) na conquista e na instauração da jovem democracia. Aqueles que então aqui estiveram decerto se lembram. Os participantes gritaram «ninguém arreda pé!» e ninguém arredou pé!

Poucos dias depois, no mês de Julho, Spínola tentou o seu primeiro golpe. O PCP, mobilizado e mobilizador, confiante, ligado às massas, teve um importante papel na vitória então alcançada para a defesa e consolidação da democracia.

Certamente também estão hoje aqui camaradas que aqui estiveram no dia 7 de Dezembro de 1975 num outro grandioso comício realizado menos de duas semanas passadas sobre o golpe de 25 de Novembro.

Todos nos lembramos do momento difícil e perigoso que então a democracia atravessou. As forças mais reacçãoárias não se satisfaziam com a prática liquidação do MFA. Queriam também abafar e ilegalizar o movimento operário e popular tomando como alvo prioritário o Partido Comunista Português.

Foi nesse outro momento crucial que, aqui no Campo Pequeno, realizámos o memorável comício de 7 de Dezembro de 1975. Na nova e perigosa situação, quando ainda sob o impacto do estado de sítio, cresciam inquietações e desânimos, afirmámos as energias e potencialidades da Revolução democrática e do movimento operário e popular, traçamos os objectivos políticos e as tarefas do Partido.

Quando muitos, após o 25 de Novembro, descreiam das possibilidades de defender o regime democrático, o PCP fez frente à situação, ao verdadeiro temporal político e militar que se desencadeou contra a Revolução, mobilizou as suas forças, estreitou a sua ligação com a classe operária e as massas e proclamou a sua determinação de impedir que Portugal regressasse ao fascismo, a sua determinação de, com todas as suas forças, defender a liberdade, a democracia, os interesses dos trabalhadores, de com todas as suas forças defender Abril.

Os acontecimentos mostraram que o PCP uma vez mais estava à altura das suas responsabilidades.

(...)

E agora de novo aqui estamos. E aqui estamos em força comemorando o 67.º aniversário do nosso Partido. Em força, decididos e confiantes, como sempre que se levanta diante do nosso povo um obstáculo maior e um perigo mais ameaçador.

Que ninguém duvide. O Partido Comunista Português **não está em crise**, ao contrário do que a propaganda anticomunista repete todos os dias. **Está de pé, com o vigor e a determinação de sempre, empenhado na luta presente e firme e confiante no futuro.**

Um novo grande momento

Sim, camaradas. O povo português e a democracia portuguesa defrontam neste momento um grave perigo: as ofensivas antioperárias e antidemocráticas e os planos contra-revolucionários do Governo de Cavaco Silva para liquidação das conquistas democráticas da Revolução de Abril, para liquidação do regime democrático consagrado na Constituição da República.

Não estamos a exagerar (...) Se não bastassem as decisões e medidas diariamente tomadas pelo Governo a revelar os seus ataques e os seus propósitos, aí estão os chamados «pacotes» e o projecto de revisão da Constituição apresentado pelo PSD.

A série de «pacotes» (...) não contém a via para a solução de quaisquer problemas nacionais, não contém qualquer política visando o desenvolvimento do País, nem o melhoramento do bem-estar do povo, nem o reforço da independência nacional. Constitui **um plano global**, cuja finalidade (...) é liquidar as conquistas democráticas do nosso povo, restaurar em Portugal, com novos processos de exploração desenfreada, o completo poder económico e político do grande capital associado ao imperialismo.

O **pacote laboral**, a ser aprovado, consagraria a liquida-

ção do direito ao trabalho, porque tornaria lei geral a perda do direito ao posto de trabalho, a precariedade do emprego, a discricionariedade dos despedimentos, a liquidação efectiva de direitos.

O **pacote das privatizações**, a ser aprovado, seria o regabofe do esbulho de bens do Estado, de bens do povo português, de tudo quanto é rentável, para os entregar ao grande capital e às multinacionais, ou seja, em linguagem corrente, **toda a carne para o grande capital e os ossos para o Estado, para os pequenos e médios empresários, para o povo.**

O **pacote agrícola**, a ser aprovado, com os seus quatro objectivos - a liquidação da Reforma Agrária com uma autêntica pilhagem de terras e bens dos trabalhadores para os entregar aos latifundiários; a liquidação dos direitos dos pequenos e médios rendeiros com vistas ao seu despejo em massa; o roubo dos baldios aos povos; e a concentração da propriedade fundiária através do emparcelamento, - seria outro regabofe em proveito daqueles que se contam entre os maiores exploradores do povo português.

E a estes três pacotes há que juntar o **pacote da saúde** (quem quer saúde paga-a); o **pacote da justiça** (quem quer justiça paga-a) com custas mais que decuplicadas; o **pacote do ensino** (com o agravamento da selectividade); e ainda o **pacote das liberdades** (com o plano da privatização da televisão, dos maiores jornais, com a liquidação de rádios locais, com a tentativa de amordaçamento da oposição na Assembleia da República, com o tratamento discriminativo da CGTP, com o uso da repressão nas empresas, como sucede no caso da INDEP).

A prática política diária e os «pacotes» confirmam que o **objectivo do Governo não é construir mas destruir, não é impulsionar o desenvolvimento económico e o progresso social do País, mas apenas destruir as conquistas económicas e sociais da Revolução de Abril, que entretanto constituem a única base sólida para o desenvolvimento e o progresso no quadro da democracia e da independência nacional.**

O que pode perguntar-se é a razão por que o Governo, quando já avançou o seu projecto de revisão da Constituição que visa precisamente (tal como os «pacotes») liquidar o regime democrático e as suas principais conquistas, por que razão avança agora essas propostas de lei.

Não dispondo de dois terços de deputados para fazer aprovar o seu projecto de revisão (pois são necessários dois terços) e não estando ainda certo do colaboracionismo do PS, o Governo tem manifestamente o objectivo de antecipar inconstitucionalmente a revisão da Constituição através de leis ordinárias, o que, a ser concretizado, significaria a subversão completa do regime.

(...)

E queremos aqui afirmar:

Uma coisa é o que o Governo quer. Outra é o que o Governo pode.

O Governo tem muito menos força do que aquela que afirma ter. E a democracia tem mais força do que para aí propaga a direita.



Governo quer... Governo pode

A terra foge debaixo dos pés do Governo

A maioria de votos e de deputados alcançada pelo PSD e por Cavaco Silva nas eleições de 19 de Julho do ano passado foi considerada por muitos como um resultado de consequências irreversíveis.

Não apenas pela direita, mas por muitos democratas, até por alguns camaradas, as eleições de 19 de Julho significariam a derrota definitiva do regime democrático instaurado com a Revolução de Abril, a liquidação imparável e a curto prazo das conquistas democráticas, a solidez sem contestação sensível por largo tempo da direita no Poder e o esgotamento da capacidade de resistir do movimento operário e popular e do Partido.

Alguns, sensíveis à absolutização dos resultados eleitorais, foram mesmo mais longe na sua apreciação. Segundo eles, a votação tinha o significado de um plebiscito contra Portugal de Abril e a favor do plano da direita para a sua liquidação. A capitulação ante a direita seria uma digna atitude democrática por saber aceitar o resultado eleitoral...

(...)
«Abril morreu» proclamou «O Diabo» (logo repetido por outros jornais e comentadores) dois dias depois das eleições.

Também dois dias depois, o nosso Partido, a partir da sua análise, chegou a conclusão contrária. «Abril está vivo, Abril é necessário ao povo e ao País, Abril vai lutar!» — tal a ideia básica contida nas conclusões do Partido dois dias depois das eleições.

Opusémo-nos à ideia de que o sentido da votação era irreversível. Afirmámos o carácter conjuntural da grande votação alcançada pelo PSD. E anunciámos (dois dias depois das eleições) que a luta iria continuar na defesa dos interesses do povo e do País, das conquistas de Abril, do regime democrático e da independência nacional.

Tal a posição assumida pelo Comité Central do Partido na sua reunião plenária de 22 e 23 de Julho.

(...)
«É inevitável (concluiu o CC) que centenas de milhar de portugueses que, enganados pelas medidas demagógicas, pela propaganda, pelas promessas e pela ilusão de estabilidade, votaram no PSD, dentro em pouco reconhecerão a ilusão e o engano em que caíram.»

(...)
A vida está a dar a prova real de quem tinha razão. Se a direita e os pregadores do desânimo e do pessimismo, se o nosso Partido inspirado pela sua confiança revolucionária de classe.

O poderoso fluxo da luta de massas confirmou inteiramente a apreciação e a previsão do Partido feita apenas dois dias depois das eleições.

Sete meses passados a vida está confirmando que o apoio eleitoral que o PSD alcançou em 19 de Julho foi extraordinariamente mais vasto do que o apoio efectivo à sua política no Governo.

A vida está comprovando que milhares e milhares de portugueses e portuguesas que votaram no PSD e em Cavaco Silva se erguem já hoje em luta contra o Governo.

A vida está comprovando que a base social de apoio do Governo se reduz dia a dia e que, a prosseguir a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional, continuará a reduzir-se.

A terra começa a fugir debaixo dos pés de Cavaco Silva.

A luta popular — motivo de confiança

Nos dias 23 e 24 de Fevereiro, o Comité Central do nosso Partido na sua sessão plenária caracterizou a situação em dois traços «particularmente salientes».

Um: o propósito do Governo de acelerar a ofensiva contra-revolucionária apesar das suas crescentes dificuldades provenientes da resistência popular e da agudização das contradições e conflitos de interesses na base eleitoral que nele votou em 19 de Julho.

Outro: o ascenso da luta e da combatividade da classe operária e demais trabalhadores, bem como o recrudescimento da oposição de outras classes e camadas populares.

Antes de 19 de Julho, fazendo o balanço da política do seu primeiro Governo, Cavaco Silva gabava-se de uma imaginária «paz social» que teria alcançado.

Com o resultado das eleições, a presunção foi mais longe. A acreditar no que diziam Cavaco e o Governo, a classe operária e as massas populares estariam ganhas para a política da direita e particularmente para Cavaco. A mobilização e acção de massas não tinham mais nem razão de ser nem potencialidades. A «paz social» estaria alcançada para sempre.

O nosso Partido afirmou e previu o contrário: que a política do Governo agravaria os problemas, provocaria largo descontentamento e esse descontentamento a breve prazo viria a traduzir-se em lutas de massas.

Como todos se lembram, nessa altura houve quem dissesse que tais afirmações do Partido traduziam uma posição irrealista, voluntarista e enganadora. Alguns disseram que estávamos agarrados a situações ultrapassadas e a fórmulas ultrapassadas.

Todos esses esquecem que não é apenas a força da direita nem são apenas os seus planos que determinam a evolução da situação social e política. Que o povo tem uma palavra a dizer e quando o povo se une, se organiza e luta não é a direita que manda, mas o povo quem mais ordena.

Depois das eleições de 19 de Julho, ante um resultado que deu ao PSD folgada maioria na Assembleia da República, houve quem afirmasse que, garantida para a direita a estabilidade do Governo para um período de 4 anos, estaria também assegurada a estabilidade social e política.

O nosso Partido afirmou e previu o contrário: que, com a política de direita, a estabilidade governativa provocaria inevitavelmente a instabilidade social.

Também neste aspecto, a vida está a confirmar a análise e a previsão do Partido.

E podemos mesmo afirmar mais: que a prosseguir o Governo na sua política de destruição e a prosseguir o fluxo da luta de massas, a instabilidade social traduzir-se-á inevitavelmente num factor de desestabilização política.

As grandes lutas em curso apresentam algumas características que indicam a profundidade dos problemas e dos sentimentos que as determinam: são de grande extensão social, abrangendo praticamente todas as classes e camadas sociais antimonopolistas; são de grande extensão geográfica, estendendo-se a várias regiões; revelam extraordinária combatividade; e revelam uma unidade raras vezes alcançada, unindo frequentemente nas lutas 100% dos trabalhadores das empresas ou áreas respectivas independentemente dos partidos em que votaram.

(...)
Nesta poderosa movimentação, de novo a classe operária assume a vanguarda. De novo grandes greves e manifestações marcam de forma empolgante um novo fluxo da luta popular, a determinação e as potencialidades das massas.

Cavaco Silva declarava há dias no Porto que a contestação social «não lhe tira uma hora de sono».

Ora bem, camaradas. Conhecemos a natureza humana. E se Cavaco Silva sente necessidade de dizer à opinião pública que a contestação social «não lhe tira uma hora de sono» é certamente porque já dorme com dificuldade.

Pelos vistos, continuando a luta — e nós lutamos para que continue —, é de prever que dentro em breve não pregará olho.

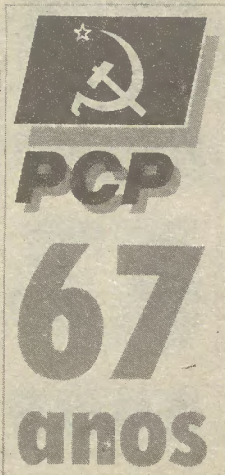
PCP — força da democracia

(...)
É absolutamente certo, é uma realidade da vida política portuguesa, que, o único grande partido que se mantém firme, coerente, incorruptível e em luta pelas realizações, os ideais e as conquistas de Abril, sempre ligado aos trabalhadores e às massas populares, é o Partido Comunista Português.

É absolutamente certo, é uma realidade da vida política portuguesa, que, de entre os grandes partidos, o único que constitui um sério obstáculo à política de direita e que empenha todos os seus esforços em combatê-la, é o Partido Comunista Português.

Ante esta situação e esta atitude, inimigos e adversários pretendem tirar triunfalmente a conclusão, e conclusão que também não é nova, pois já muitas vezes a ensaiaram, que o PCP se encontra isolado num «ghetto» e que esse isolamento o levará a perder cada vez mais os seus apoios e a sua influência.





Ora há isolamento e isolamento.

Se isolamento é estar sempre na luta (mesmo que os outros não estejam) contra a exploração e as injustiças sociais; se isolamento é estar sempre (mesmo que os outros não estejam) com quem trabalha, com quem é explorado, com quem é vítima dessas injustiças; se isolamento é combater sempre com coerência e coragem (mesmo que os outros o não façam) na defesa do povo, do país, da democracia; se isolamento é actuar assim quando os outros actuam para que a exploração se agrave, para que as injustiças sociais permaneçam, para que sejam postos em causa o regime democrático e a independência do país, então temos que dizer que se outros o não acompanham o PCP, precisamente porque é um partido comunista, opta decididamente por estar só nessa luta com os trabalhadores e as massas populares, porque não proceder como procede, não lutar como luta, seria trair o povo trabalhador e trair os seus objectivos fundamentais que são a sua própria razão de ser.

Segundo alguns comentadores, seria fácil o PCP sair daqui a que chamam o «ghetto». Bastaria para isso aceitar que as conquistas de Abril estão definitivamente perdidas, deixar cair as liberdades e direitos dos trabalhadores, deixar cair o Poder Local democrático, deixar cair a Reforma Agrária, deixar cair o direito dos povos aos baldios, deixar cair os direitos dos rendeiros, deixar cair o sistema proporcional nas eleições, deixar cair, sem luta, capitulando, tudo quanto o povo português, em anos e anos de luta heróica e sacrifícios imensos, conquistou com a Revolução de Abril.

Que outros o façam. O Partido Comunista Português jamais o fará. Pelo contrário, continuará lutando com todas as suas energias contra a política de direita, e fazendo-o, longe de estar isolado, aprofundará mais e mais os seus laços com a classe operária, com todos os trabalhadores, com as massas populares.

Sem dúvida que a unidade dos democratas será importante, mesmo decisiva. Nós lutamos e lutaremos por ela.

Sem dúvida que um sistema de alianças que alargue e reforce as forças da democracia é importante, mesmo decisivo. Nós lutamos por tais alianças.

Sem dúvida que para alcançar a unidade e concretizar alianças é necessário que cada qual dê um passo no sentido do outro. Nós compreendêmo-lo, permanentemente o fazemos, e estamos prontos a considerá-lo no concreto com outros partidos, designadamente com o Partido Socialista.

E entretanto continuamos e continuaremos a luta. E entretanto, com o movimento operário e popular, continuamos sendo o principal obstáculo à política de direita, ao avanço das suas ofensivas, à realização dos seus planos subversivos.

E é por ter consciência de que de facto o PCP é esse principal obstáculo que actualmente se desencadeia **uma ofensiva furiosa contra o PCP.**

É essa a razão por que, televisão, rádio, diários e semanários ocupam páginas inteiras de mentiras e especulações atacando o nosso Partido, como é o caso, entre centenas de casos, mas aqui citado por ser um dos mais recentes e escandalosos (e não podemos referir nem desmentir todos, porque senão não fariamos mais nada), das invenções publicadas pelo «Expresso» relativas à última reunião do Comité Central do nosso Partido acerca de inquéritos, de classificação de militantes como inimigos, de expulsões, etc.

O facto de ser o PCP o principal obstáculo à política da direita é também a razão por que surgiu na Comunicação Social e prolifera um novo tipo de profissional: o especialista das questões do PCP — o PCP-ólogo — a quem certamente pagam

as invenções em razão proporcional da falsidade e sensacionalismo.

Essa a razão, porque ensaiam formas novas, mais sofisticadas e refinadas de ataque ao PCP.

Atingir e ferir a força e influência do PCP, abalar a confiança das massas no PCP, diminuir a capacidade de intervenção do PCP na vida nacional — tornou-se um objectivo fundamental dos que querem destruir Portugal de Abril.

A violência da campanha conduzida pela direita é afinal justiça que fazem ao papel essencial do PCP na vida e na defesa dos trabalhadores, do povo, do regime democrático, da Independência nacional.

A violência da campanha, nós respondemos que o PCP, partido provado em 67 anos de existência que hoje comemoramos, não é um partido que se deixe enganar, nem corromper, nem intimidar.

Respondemos que a luta continua.

A campanha contra o Partido

Segundo a campanha, o Partido encontra-se perante uma alternativa: ou continuar a ser o partido que é — e então está condenado à rápida perda de influência e à decadência irreversível; ou alterar radicalmente a sua natureza, os seus objectivos, a sua política, a sua ideologia, o seu próprio funcionamento interno — e então (segundo afirma a campanha) ultrapassar dificuldades e afirmar-se como um grande partido na vida nacional.

Estes ataques creio que suscitam uma primeira reflexão a quem quer que queira pensar um bocadinho.

Se essa fosse de facto a alternativa, que seria de esperar de políticos, de analistas, de comentadores, de jornalistas, de órgãos da Comunicação Social bem conhecidos pelo seu constante e violento combate ao PCP, que de há muito manifestam a louca esperança da perda de influência, da decadência e do (se possível!) desaparecimento do PCP?

Seria de esperar (não vos parece?) que se mostrassem inquietos com modificações radicais que, como afirmam, conduziriam a um extraordinário reforço do PCP. Seria de esperar que se mostrassem entusiasmados com a determinação do PCP continuar a ser o partido dos trabalhadores, o partido revolucionário, o partido marxista-leninista que tem sido, uma vez que, como afirmam, continuar a sê-lo significará o seu aprofundamento completo.

Mas não. Sucede precisamente o contrário. Os anticomunistas vêm com inquietação que o Partido continua a ser aquilo que (nas afirmações deles), levará o Partido à perdição. E tornaram-se, não apenas entusiásticos divulgadores e propangandistas, mas entusiásticos teorizadores das transformações, da «mudança» do PCP que (nas afirmações deles) conduziriam o PCP a uma nova grandeza.

Vale a pena dar-lhes um pouco a palavra.

«Se (os comunistas) não mudam, desaparecem mesmo», (proclama o «Semanário») (30.1.88). «A adaptação ou a inevitável agonia», proclama o «Expresso» (9.1.88). «A perestroika ou o ghetto cada vez mais sufocante», proclama o «Diário de Notícias». «Mudar ou sucumbir», insiste o mesmo jornal (17.1.88). Ou o PCP muda (diz por sua vez o «Jornal de Notícias» do Porto), ou «será atirado para o caixote do lixo da história» (2.8.87). E noutro número: «ou se põe fim ao constante enfraquecimento do PCP promovendo a reciclagem do travejamento ideológico e da prática política (interna e externa)

ou as propostas comunistas só merecerão o desprezo» (17.1.88).

Claríssimo e uniformizado, não vos parece, camaradas?

Uma direcção muito insistente da campanha respeita à **vida interna do PCP e aos seus princípios orgânicos**, teorizando (eles!) modificações para o funcionamento do Partido.

Num dia, um comentarista do «Diário de Notícias» descobre que o «centralismo democrático» é um absurdo porque um dos conceitos «anula forçosamente o outro» (16.1.88). Rasgo de génio, como se vê. No dia seguinte o «Jornal de Notícias» afirma que «o centralismo democrático tem os dias contados» (17.1.88).

A **unidade, a Direcção e os dirigentes do Partido** são naturalmente também alvos preferidos.

A campanha ataca a Direcção actual, e os dirigentes actuais considerados individualmente e objecto de verdadeiros insultos. E elogia, reclama, faz a promoção pública de membros do Partido que, segundo a campanha anticomunista, seriam os desejáveis futuros dirigentes do Partido.

Além da televisão e de vários rádios, o «Expresso», o «Jornal», o «Semanário», o «Diabo», o «Jornal de Notícias», o «Tempo», o «Dia» e outros, todos à uma, afirmam que no interior do Partido um conflito violento opõe «velhos» a «novos», «duros» a «moles», «ortodoxos» a «não ortodoxos», «stalinistas» a «liberais»... «dinossauros» a «não dinossauros». Vão ao ponto de pôr caluniosamente a cada qual o rótulo respectivo.

É evidente que só **quem ignore completamente o que é o PCP poderá pensar que virão a ter lugar «mudanças» em que os nossos inimigos se mostram tão interessados.**

Aliás cremos que eles não têm ilusões nem esperanças a esse respeito. Inventando 99,5 mentiras por cada meia verdade, o objectivo actual da campanha é outro. É levantar dúvidas, interrogações, especulações, mal-estar, no seio dos próprios membros do Partido.

É tentar semear factores de conflito e de divisão. É abalar o prestígio e a confiança do povo no PCP. É absorver preocupações e energias do Partido no esclarecimento e combate à campanha e desviá-lo assim da sua intensa actividade (indispensável e insubstituível) em defesa dos interesses populares, das conquistas de Abril, do regime democrático.

A campanha dos adversários e opiniões de alguns camaradas

A temática da campanha não é nova. Aqui também, no Campo Pequeno, já há sete anos, no início do 60.º aniversário do nosso Partido, tivemos ocasião de citar a campanha anticomunista que então (há 7 anos) se desenvolvia acerca de uma suposta «crise do PCP» (também então diziam assim), acerca de um suposto combate de «novos» contra «velhos», e de «jovens turcos» contra «dogmáticos» (são deles e de então estas palavras).

O que há de novo na campanha actual é que ela utiliza, como material fundamental dos seus ataques, opiniões e atitudes de alguns membros do nosso Partido.

Toda a gente observa que, na sua campanha, divulgam, apoiam, glosam, perfilham, desenvolvem, cozinham ajuntando temperos próprios, ideias defendidas por alguns camaradas.

Os jornais dos inimigos e adversários do nosso Partido aparecem quase como tribuna de alguns camaradas, ou de advogados seus.

Aliás, a televisão, a rádio, a imprensa oferecem o seu espaço, o seu tempo, as suas colunas, a notícias acerca de membros do Partido que contestam a orientação e a Direcção do Partido.

O «Expresso» oferece-lhes os préstimos, afirmando que «a única arma que por algum tempo restará aos contestatários será o recurso exterior — divulgando cá fora as propostas que lá dentro não conseguiram fazer chegar ao conhecimento dos outros militantes e ao conjunto do país» (23.1.88).

Bela oferta, amigos.

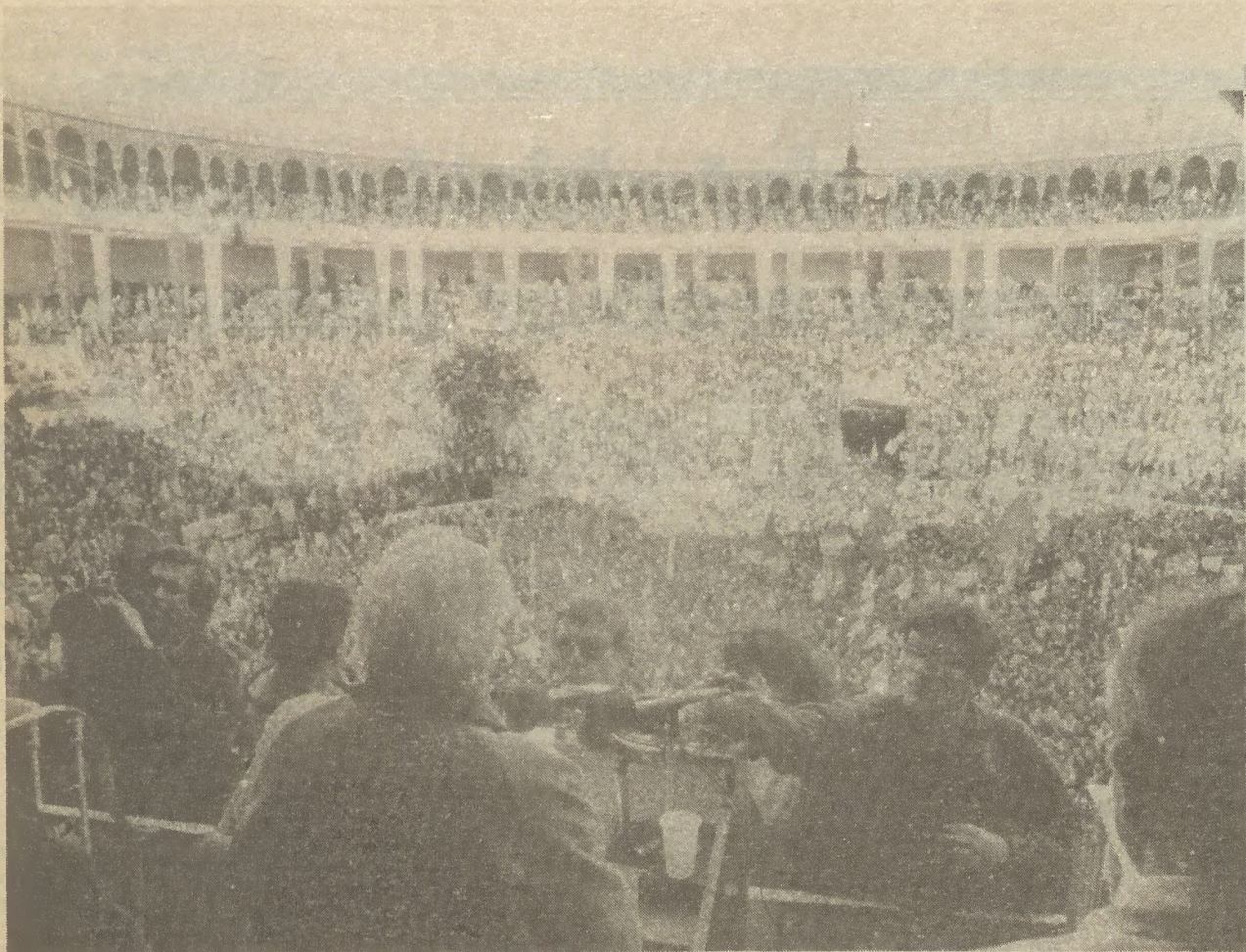
O «Tempo», comentando o próximo Congresso do nosso Partido, avança por seu lado que «ou se instala uma ala moderada, compatível com o Documento dos Cinco que inicie uma espécie de Primavera marcelista (expressão deliciosa, não acham camaradas?) no partido com uma estratégia clara do reencontro com o PS, ou acaba por fortificar-se a linha dura e prevejo (profetiza o «Tempo») não menos de 70% de deserções do partido» (28.1.88).

Mas, se assim fosse, porque estaria o «Tempo» (o «Tempo» camaradas!) tão interessado no que chama uma «Primavera marcelista» no PCP?

De desejar seria que todos os camaradas que têm opiniões utilizadas pela ofensiva da direita, em vez de se demarcarem do Partido, **se demarcassem (tal como alguns já fizeram) da campanha que, citando os seus nomes, se desenvolve contra o Partido.**

Insistimos em afirmar que **todos os membros do Partido sem excepção têm pleno direito e plena liberdade** (e que esse direito e liberdades são assegurados) **de defenderem no Partido as suas opiniões, de fazerem as suas críticas, de apresentarem propostas sobre todas as questões relativas à actividade partidária.** Têm naturalmente pleno direito e plena liberdade de fazê-lo nas suas organizações relativamente ao próximo Congresso.





Mas não é lícito que tal ou tal camarada que faz uma proposta para alterar uma orientação do nosso trabalho, para alterar uma decisão, para alterar um artigo dos Estatutos, passe a agir, não segundo o que está decidido, não segundo os Estatutos, não segundo a opinião do colectivo, mas segundo a sua opinião própria, segundo a sua proposta não aceite (ou ainda não aceite) pelo Partido.

Se alguém o faz invocando a democracia temos de dizer que **quem queira tornar facto consumado a sua opinião individual contra a opinião colectiva dá claro exemplo de um procedimento antidemocrático.**

A democracia interna é uma característica fundamental do PCP. Se há qualquer situação em que não é respeitada, será corrigida. Certamente **o Partido não aceitará que, em nome da democracia, se queira subverter a democracia existente que é nossa prática e é nosso orgulho.**

Tarefas no ano corrente

É com a intervenção empenhada, livre e construtiva de todos os militantes, é com o funcionamento democrático interno e as decisões dos colectivos, que defrontamos as tarefas múltiplas, diversificadas e igualmente importantes que se nos colocam na conjuntura actual.

O ano em curso está sendo e continuará de facto a ser um ano de trabalho e de luta.

Temos diante de nós, como tarefa fundamental, combater o Governo da direita, a sua actuação antipopular e antidemocrática, os seus planos subversivos.

É uma tarefa premente, central e inadiável. Nada nos afastará dela.

Temos diante de nós, como grande tarefa, **a organização e mobilização das massas para a luta**, em defesa dos seus interesses fundamentais, em defesa das conquistas de Abril e do regime democrático, em defesa da independência e soberania nacionais postas em causa pela submissão à CEE e aos Estados Unidos.

O Governo e a sua propaganda procuram diminuir a importância e o significado da luta de massas.

A verdade é que a luta de massas é um factor determinante, não só para defesa dos interesses vitais, concretos e imediatos de todas as classes e camadas sociais atingidas pela política de direita e sacrificadas à restauração do capitalismo monopolista, mas factor determinante também para a defesa do regime democrático.

Isto exige, camaradas, que o grosso das nossas energias estejam voltadas para fora, para o conhecimento das situações reais, para o apontar de soluções concretas, para o esclarecimento e a mobilização de massas. De todas as organizações e de todos os militantes.

Temos também diante de nós, como tarefa, contribuir através dos nossos militantes, para o **reforço dos movimentos e organizações unitárias e da sua intervenção mobilizadora na luta popular.**

Os comunistas assumem o dever de dar a sua empenhada contribuição no movimento sindical unitário, nas comissões de trabalhadores, nos movimentos de agricultores, nas múltiplas organizações associativas e profissionais de intelectuais, de mulheres, de jovens, de pequenos e médios comerciantes e industriais, de reformados e pensionistas, de deficientes.

A CGTP-IN, a grande central sindical dos trabalhadores portugueses, merece particular atenção e empenhamento para que reforce ainda mais o seu papel, para que a sua acção seja ainda mais eficaz, para alargar ainda mais a sua influência, para através da sua actividade **continuar a aprofundar uma contribuição decisiva para a unidade dos trabalhadores.**

Creio, camaradas, que é oportuno, num momento em que o Governo e os órgãos de comunicação social comandados pela direita procuram tendenciosamente promover a UGT como se fosse a grande dinamizadora da luta dos trabalhadores, quando a verdade é que Torres Couto tem estado comprometido em acordos e conluos com o Governo e com o grande capital, que é oportuno saudar aqui a grande central dos trabalhadores portugueses, — força essencial na defesa dos seus direitos —, **a CGTP-IN.**

E numa situação caracterizada por um tão poderoso movimento de greves, manifestações e outras formas de luta com

tão extraordinária participação, é oportuno também saudar **todos** os trabalhadores que participam na luta, e saudá-los independentemente do sindicato a que pertencem, da sua opção política e do partido em que votaram.

Não poupamos nem pouparemos esforços para a unidade dos trabalhadores e fazemos um apelo para que, pondo de lado tudo quanto de secundário os divide, os trabalhadores lutem unidos na base do que de essencial os une: **os seus interesses de classe e a defesa da democracia portuguesa.**

Temos ainda diante de nós a tarefa de empregar os nossos melhores esforços **na presente conjuntura actual para unir todos os democratas portugueses.**

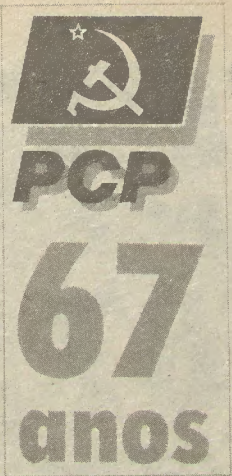
Quando falamos da unidade dos democratas, não falamos apenas de cooperação estreita com os nossos amigos e aliados na CDU (Os Verdes, a Intervenção Democrática e independentes), os quais fraternalmente saudamos, mas também da convergência, cooperação e unidade, que a situação impõe, com todos os democratas que se opõem à direita e entendem ser imperiosa para o nosso país uma alternativa democrática à política actual.

Digo, que se opõem de facto à direita e não que dizem opor-se, que dizem mesmo liderar a oposição, mas que entretanto vão chegando a convergências e acordos com a direita, numas áreas mais que noutras, no que respeita aos «pacotes» e no que respeita à revisão da Constituição.

Nós apelamos à unidade dos democratas contra a direita e em defesa do povo, do País e do regime democrático, e estamos convictos de que um número cada vez maior de democratas apoiará a nossa política de unidade.

Temos ainda diante de nós, como tarefa **a luta institucional, particularmente através da acção do Grupo Parlamentar Comunista na Assembleia da República** que adquire uma importância particular quando o Governo leva à Assembleia da República propostas de lei para liquidar conquistas democráticas e um projecto de revisão da Constituição, propostas e projecto que, a serem aprovados, significariam a subversão do regime democrático.

Também na Assembleia da República se tornam indispensáveis os acordos entre todos os democratas.



Desenvolvendo a sua actividade independente, o nosso Grupo Parlamentar desenvolve uma constante actividade nesse sentido. E é tão constante, clara e consequente a acção dos deputados comunistas contra o Governo, ao mesmo tempo que com frequência se manifestam hesitações dos deputados dos outros partidos democráticos que, se se fala em liderar a oposição na Assembleia, então tem de dizer-se que **quem pela sua acção lidera a oposição é o PCP.**

Finalmente, camaradas, é ainda tarefa nossa no próximo futuro — é tarefa fundamental decisiva para o nosso Partido e decisiva para o povo português, para a democracia, para Portugal, **o reforço do nosso Partido em todos os aspectos da sua actividade.**

E para as aves agoirentas que propagandeiam uma suposta «crise do Partido» creio que este comício, inserindo-se na **magnífica, crescente, imensa e dinâmica actividade do Partido nos últimos tempos** — reuniões, encontros, assembleias, contactos e ligação com as massas — aqui está para provar que **o PCP está a avançar e não a recuar na sua actividade e que os seus militantes e simpatizantes estão decididamente dispostos a prosseguir o reforço interno do Partido e o desenvolvimento da sua acção para que o Partido esteja à altura das suas responsabilidades ante o povo português e Portugal.**

O XII Congresso — um ano de luta

É neste contexto que, na sua reunião plenária de 23 e 24 de Fevereiro, o Comité Central decidiu convocar a realização do XII Congresso para os dias 1 a 4 de Dezembro.

Admitimos que, caso por motivo da revisão ou não revisão da Constituição ou por outros motivos políticos, se verifiquem ulteriormente modificações de fundo na situação política, poderá então eventualmente ser considerada a realização de um Congresso Extraordinário.

Para já foi decidido realizar o XII Congresso sem prejuízo, antes em conjugação com a intensa luta social e política em que estaremos empenhados ao longo do ano.

Nesta ano do nosso 67.º aniversário, coordenaremos a intensa actividade e luta do Partido na actual conjuntura em todas as áreas da vida nacional, com a preparação e realização do XII Congresso, que exigirá um profundo exame dos problemas e o debate em todo o Partido.

A luta intensa e as muitas e grandes iniciativas políticas do Partido vão inserir-se também como parte integrante da preparação do Congresso.

A «Festa do Avante!», as Assembleias de Organização e as Conferências e Encontros previstos (sobre a CEE, sobre a agricultura, sobre o sector empresarial do Estado, sobre o poder local, sobre a independência nacional, sobre o ensino, sobre a cultura, o desenvolvimento e o património), no seguimento de outros encontros e iniciativas já realizados, como os encontros das Pescas e da Saúde, serão simultaneamente realizações voltadas para a luta com objectivos concretos imediatos e valiosas contribuições para a análise de problemas e a definição de linhas programáticas e de acção.

É com esta perspectiva de trabalho e de luta, camaradas, que estamos comemorando o 67.º aniversário do nosso Partido.

O Congresso culminará todo o processo preparatório em que dezenas (e esperamos que muitas dezenas) de milhar de militantes intervirão no debate e na elaboração das propostas que serão finalmente votadas e aprovadas no Congresso.

Em todas as fases da preparação e realização do Congresso os militantes serão chamados a intervir, nas suas organizações, com inteiro direito e completa liberdade, nos debates sobre as teses e outras propostas que o Comité Central submeterá à apreciação do Partido. Todos os militantes poderão fazer nas suas organizações as propostas que considerarem necessárias ou úteis. **Estamos decididos a assegurar que as conclusões do Congresso correspondam ao debate e à opinião do nosso grande colectivo partidário.**

São muitas tarefas que temos por diante. Mesmo muitas. Mas só quem ignore o que é o PCP, só quem ignore o que este imenso colectivo de homens, mulheres e jovens, **este imenso colectivo de tantos milhares de vontades unidas numa só vontade**, poderá julgar que não seremos capazes de realizá-las.

Sim, iremos realizá-las.

Como força essencial e determinante na democracia portuguesa, continuaremos a luta.

Se, como aqui foi lembrado, no célebre comício de chuva de 28 de Julho de 1974, debaixo de temporal, temporal político e também então temporal da Natureza, todos aqui gritámos «ninguém arreda pé!», também agora, ante a ofensiva que a direita desencadeia contra o povo, contra a democracia, contra o nosso Partido, nós, comunistas, sempre com a classe operária e as massas populares em luta, proclamamos que, da nossa parte, **«ninguém arreda pé!».**

A luta continua.

Viva Portugal de Abril!
Viva a unidade dos trabalhadores e a unidade dos democratas!

Viva o Partido Comunista Português!

PCP
67
anos

Em defesa dos direitos das mulheres

No dia 8 de Março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. É justo que daqui saudemos todas as mulheres portuguesas que no seu dia a dia travam a dura luta por uma vida digna.

Esta saudação tem tanto mais sentido quanto conhecemos que o nosso Partido tem tido a constante preocupação da análise e aprofundamento dos problemas das mulheres. É que, de facto, o PCP tem sido o mais consequente e firme defensor dos direitos e aspirações das mulheres.

Têm sido as comunistas que, na Assembleia da República, nos órgãos do poder local, no movimento associativo e cooperativo, por todo o lado onde haja participação popular têm levantado mais alto a voz na defesa dos direitos das mulheres.

Têm sido as comunistas que, nas estruturas representativas dos trabalhadores, nas organizações específicas de mulheres, nomeadamente no Movimento Democrático de Mulheres, têm dedicado o seu trabalho e esforço à problemática feminina, ao processo emancipador. A estas camaradas também a nossa muito carinhosa saudação.

Festejar uma data histórica, lutando no presente por um futuro melhor para os portugueses Assim aconteceu em Lisboa...

Vivemos um período difícil no nosso país. Intensificam-se as ameaças contra o regime democrático. A direita promove, por todos os meios ao seu alcance, valores que alienam, que mistificam, que enganam. Todos sabemos que o processo da emancipação da mulher é inseparável da evolução da sociedade. Se no nosso país há estagnação, se há desemprego, se há maior discriminação, trava-se o processo emancipador e, travando-o, a direita cria obstáculos cada vez maiores à participação das mulheres na vida económica, política, social e cultural. A luta é o caminho a seguir. Pela dignidade de direitos, na Constituição, na Lei, e na Vida. Pelo direito ao trabalho, contra o pacote laboral. Pelo direito à saúde, ao ensino, à habitação. Pelo direito à participação activa na vida política e social. Pelo direito à felicidade, objectivo superior das nossas vidas e da nossa luta (...)

(Da intervenção de Maria da Conceição Moraes, suplente do CC e membro da DORS, no Campo Pequeno).

Solidariedade com a luta dos trabalhadores

Permitam que salientemos aqui empresas e sectores dos distritos de

Lisboa e Setúbal cujas lutas se têm destacado nos últimos meses, tal é o caso dos trabalhadores da Indep, da Metalúrgica Luso-Italiana, da Cel-Cat, da Patrologal, da Cometna, da Fábrica de Loíça de Sacavém, da Autosil, da Carris, do Entrepósito, da

Covina, do Metro, da Icesa, da Tórnearia de Metais, da Transtejo, dos CTT, da TAP, da CP, da Siderurgia Nacional, da J.B. Pedreiro, da Central-Cor, da Sorefame, da Selenave, da Bis, da Metalsines, da Dragapor, da Val Frio, dos

descarregadores do Porto de Setúbal, da Teo, dos profissionais de banca dos casinos, da Manuel Nunes Tiago, da Recar 3, da Mundet, da Progresso Mecânica, dos jornalistas da Lusa, dos trabalhadores da Administração Central e Local, dos enfermeiros, dos médicos e outros trabalhadores da saúde, dos trabalhadores judiciais, dos magistrados do Ministério Público, dos advogados, dos trabalhadores dos EFFA's, dos trabalhadores da hotelaria, dos metalúrgicos. A todos saudamos, calorosamente, a sua combatividade, os profundos sentimentos de unidade e a sua unidade na acção (...)

(Da intervenção de António Andréz, membro do Executivo da DORL e do CC no Campo Pequeno)

Juventude prepara as jornadas de Março, Abril e Maio

Para os jovens comunistas trabalhar desde já para uma ampla participação da juventude nas comemorações, tendo como objectivo reunir a juventude em defesa da democracia portuguesa. Também o 1.º de Maio está a merecer uma grande atenção da JCP, procurando contribuir para uma participação juvenil nesta grande jornada de luta e festa dos trabalhadores.

para o nosso trabalho diário. No continuar desta unidade realizámo-nos em 15 de Novembro o nosso encontro cujo lema é «Vamos continuar juntos». Vamos continuar com novas campanhas, novos encontros, novas festas.

(...) É com alegria e empenho que os jovens comunistas darão o seu contributo para que as comemorações do 28 de Março, dia nacional da juventude, sejam a afirmação da força, da alegria e da unidade juvenil.

Para as comemorações do 25 de Abril, os jovens comunistas trabalham desde já para uma ampla participação da juventude nas comemorações, tendo como objectivo reunir a juventude em defesa da democracia portuguesa. Também o 1.º de Maio está a merecer uma grande atenção da JCP, procurando contribuir para uma participação juvenil nesta grande jornada de luta e festa dos trabalhadores.

Nós, jovens, estamos no Partido e com o Partido, hoje, inseridos na luta contra a política antidemocrática do Governo de Cavaco, pela satisfação dos mais legítimos anseios da juventude portuguesa (...)

(Da intervenção de Joaquim Tavares, do Secretariado da DN da JCP, no Campo Pequeno)



Loures, na véspera do grande comício do Campo Pequeno, festejou os 67 anos de vida e luta do PCP numa sessão com trabalhadores da autarquia, nas instalações do refeitório municipal. Álvaro Cunhal esteve presente

909 645\$50 foi a quantia recolhida durante o comício do Campo Pequeno — uma verba solidária para com as pesadas responsabilidades financeiras assumidas pelo Partido



O Palácio de Cristal no domingo



Gondomar, «ali» a dois passos do Porto, também comemorou o 67.º aniversário do PCP na companhia do secretário-geral. Cerca de 250 camaradas reuniram-se num almoço-conívio em Rio Tinto realizado no domingo, que registou intervenções de Joaquim Viana, presidente da Junta de Freguesia da Lomba e candidato à presidência da Câmara Municipal de Gondomar, e de Álvaro Cunhal

... e no Porto

200 atletas nas Corridas da Paz

No domingo, logo pela manhã, foram as Corridas da Paz a abrir as comemorações do 67.º Aniversário do PCP no Porto. Foram perto de duas centenas de atletas que participaram. A partida, às 10 horas, foi do Centro de Trabalho da Boavista. Primeiro a corrida dos mais jovens, cerca de setenta rapazes e raparigas de vários grupos desportivos e colectividades da região do Porto — CA Matosinhos, Núcleo Desportivo Mãos à Obra, B.º da Biquinha, GERE, Juntos Venceremos, G. Águias da Beira Rio, Estrelas de Matosinhos, Ginásio da Ponte, entre outros.

Depois a Corrida A, para seniores e veteranos, com um percurso de 9km, na qual, para além da participação individual, se destacaram igualmente as colectividades, os sindicatos e as empresas.

Os resultados das corridas: Corrida A — (+ de 16 anos) — Seniores/Individuais: 1.º, Joaquim Ferreira, (Metalúrgicos); 2.º, José Sá, (Metalúrgicos); 3.º, Rui Correia, (CA Matosinhos). Por equipas: 1.º, Metalúrgicos, c/8 pontos; 2.º, CA Matosinhos, c/13 pontos; 3.º, Vitória do Porto, c/39 pontos.

Femininos: 1.ª, Fátima Marques; 2.ª, Carla Celeste; veteranos I (41-49 anos): Individuais — 1.ª, Joaquim Barbosa (Sind. Comércio); 2.ª, Fernando Santos (Vitória do Porto); 3.ª, Manuel Sousa (S. Vitor). Por



Os atletas junto ao CT da Boavista

equipas — 1.ª, Vitória do Porto c/12 pontos; 2.ª, Leões de Veneza c/25 pontos; 3.ª, Sind. Portuários c/42 pontos; veteranos II (+ de 50 anos): Individuais — 1.º, Artur Campos (Leões de Veneza); 2.º, Valentim Silva (Leões de Veneza); 3.º, Carlos Queirós (Leões de Veneza). Por equipas — 1.ª, Leões de Veneza.

Corrida B (dos 13 aos 15 anos): Femininos — Individuais — 1.ª, Manuela (CA Matosinhos); 2.ª, Luisa Maria (GD Juntos Venceremos); 3.ª,

Susana Carla (CA Matosinhos). Por equipas — C. Atlético de Matosinhos c/10 pontos.

Masculinos — Individuais — 1.º, Fernando Marinho (CA Matosinhos); 2.º, António Sérgio (CA Matosinhos); 3.º, José Queirós (ND Mãos à Obra). Por equipas — CA Matosinhos c/7 pontos.

A todos os participantes foram distribuídos diplomas de participação, e os primeiros classificados receberam vários prémios e troféus.

SMGE: luta histórica

(...) A luta do povo da região do Porto contra o aumento brutal das tarifas de energia eléctrica, que hoje assume expressões tão vivas, é uma das lutas mais importantes e significativas da região nos últimos anos. Trata-se inegavelmente de uma luta de massas de importância histórica, ininterrupta há dez anos, em torno de um problema que afecta cerca de um milhão de pessoas, assumindo uma grande multiplicidade de formas de luta. Destacam-se pela sua importância no desenvolvimento da luta a convocação em 1983 de uma sessão da Assembleia Municipal do Porto por 13 mil munícipes da cidade do Porto travando assim com êxito resoluções gravosas da Câmara Municipal da altura, a manifestação que ficou conhecida pela «manifestação das velas» e o recente desfile na defesa da razão e da honra do Porto que teve lugar no passado dia 12 de Fevereiro. Este desfile de protesto contra a usurpação e ocupação dos SMGE, pelo Governo PSD/Cavaco, de reclamação da sua devolução à cidade e de reinício das negociações sobre o tarifário, foi convocado por uma Comissão Promotora constituída por elementos de todas as forças políticas. Contou com o apoio da maioria das Juntas de Freguesia (muitas delas presididas por elementos do PSD) e de centenas de organizações tão diversas como a União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IP e a Associação dos Comerciantes.

Mais de uma centena de autarquias, desde as principais Câmaras da região às de Lisboa, Sintra, Loures, Montemor-o-Novo, Famalicão, Beja, Silves, entre muitas outras manifestaram a sua solidariedade com a Câmara do Porto.

Esta luta que hoje se polariza na devolução dos SMGE à cidade, integra-se na luta de toda uma região em defesa dos seus direitos,

pela igualização do tarifário da energia eléctrica ao tarifário nacional a um prazo longo que respeite a situação concreta da região no que se refere aos consumos. É uma luta que tem sido vitoriosa ao longo de uma dezena de anos, porque tem conseguido conjugar a permanente intervenção dos trabalhadores e da população em geral, com a acção no seio dos órgãos autárquicos, e com uma constante intervenção política do PCP.

Mas os verdadeiros propósitos do Governo visam mais longe: retirar definitivamente os SMGE à Câmara, aplicar os aumentos brutais das

tarifas e em seguida entregar os SMGE ao capital privado (...)

(Da intervenção de Helena Medina, do Executivo da DORP e do CC, no Palácio de Cristal)

Contem com a JCP

(...) A juventude tem demonstrado estar consciente do caminho a travar por uma vida melhor, mais feliz, com mais tempos livres e melhores condições para deles usufruir.

Lutar é o caminho e é compromisso da JCP continuar esta luta, na mais ampla unidade com todos os jovens na linha das tradições de vida e de luta dos comunistas portugueses. O futuro é nosso!

X Festa da Alegria de 8 a 10 de Julho

A 10 edição da Festa da Alegria foi tema para uma breve intervenção no comício do Porto. O camarada José Antunes, membro do Comité Central e da Direcção Regional do Minho (DORM) do PCP, revelou a data da Festa da Alegria (8, 9 e 10 de Julho próximo), salientando a dado passo:

«Como sabeis, no ano passado, decidiram as direcções das Organizações Regionais do Partido no Norte assumir conjuntamente a realização da X Festa da Alegria, como a grande festa do Partido no Norte, e cuja preparação chegou a estar bastante adiantada. Entretanto, a realização das eleições antecipadas em 19 de Julho obrigou à sua suspensão por a sua data coincidir com o período da campanha eleitoral, mas, logo então, foi afirmado por nós a determinação de que a Festa da Alegria continuaria.

«Não há melhor momento para vos dar notícias sobre a nossa Festa da Alegria do que a grandiosa comemoração que hoje aqui fazemos do 67.º aniversário da fundação do nosso glorioso Partido. (...) A Festa da Alegria como grande festa do Partido no Norte, organizada pelas direcções das Organizações Regionais do Minho, Porto e Trás-os-Montes, vai realizar-se nos dias 8, 9 e 10 de Julho, no Parque Municipal de Exposições em Braga.

«Num ano de muito trabalho, muita luta mas também de muita esperança a realização da X Festa da Alegria, no ano em que se comemora o décimo ano do seu nascimento, constitui um desafio para os comunistas do Norte, que saberão vencer, convertendo a Festa da Alegria num grande espaço de diálogo, alegria e fraternidade, numa grande e viva demonstração dos valores da cultural, da democracia, do progresso e do socialismo, valores pelos quais os comunistas portugueses são os melhores e mais abnegados combatentes. ■

A juventude está viva e tem uma vontade própria.

Tem uma palavra a dizer, uma voz que encontra e encontrará no PCP o mais atento e combativo defensor. Queremos construir um Portugal novo, rumo ao Socialismo. Contem com os jovens, contem com a JCP.

(Da intervenção de Armando Fonseca, da DORP e da DN da JCP, no Palácio de Cristal)

14 000 com salários em atraso

(...) O Governo pretende fazer crer que os salários em atraso diminuiram, mas propositalmente não esclarece que muitos dos trabalhadores nesta situação deixaram de estar com salários em atraso, porque as empresas encerraram e os trabalhadores foram para o desemprego.

No distrito do Porto, são mais de 14 mil os trabalhadores com salários em atraso, não falando daqueles que não suportando aquela grave situação, procuram outras soluções sem quaisquer garantias ou estabilidade futura.

Com este Governo e esta política cresce assustadoramente a precaridade no emprego. No nosso distrito cerca de 120 mil trabalhadores estão contratados a prazo, à tarefa, à peça, à peça, ao domicílio, etc., muitos deles recebendo salários de miséria e sem qualquer segurança social. A exploração do trabalho infantil, que este Governo em grande campanha demagógica diz querer anular, cresce nas empresas de calçado, confecções e nas pedreiras.

Se juntarmos a tudo isto, os cerca de 100 mil desempregados podemos dizer, que existe um «estado de sítio social» no distrito do Porto.

É contra isto que diariamente se assiste a lutas e acções dos trabalhadores (...)

(Da intervenção de Manuel Freitas, da DORP e do CC, no Palácio de Cristal)

Álvaro Cunhal no Porto:

Quem duvida que o

Camaradas

Comemoramos este ano o aniversário do nosso Partido numa situação nacional que requiere de nós, por um lado um acompanhamento atento e vigilante, por outro lado grande energia, determinação e confiança.

Acompanhamento atento e vigilante, porque os problemas do povo e do País se agravam com a política do actual Governo e porque existem perigos reais para o regime democrático e as suas principais conquistas.

Energia, determinação e confiança, porque, desmentindo as vanglórias de Cavaco Silva e o pessimismo que após o 19 de Julho tomou largos sectores democráticos, e confirmando as análises e previsões feitas logo então pelo nosso Partido, os trabalhadores e as massas populares, em poderosas lutas que se desenvolvem, recusam as medidas do Governo, recusam com determinação a sua política.

Isto significa que, continuando embora a existir problemas que o Governo agrava e perigos maiores nos planos do Governo, existem também, com as lutas em curso e a confirmada força da classe operária e das massas populares, **legítimos motivos de esperança e confiança em que o povo português, fiel aos Ideais de Abril, saberá defender os seus interesses fundamentais cortando o passo à direita e assegurar a continuação do regime democrático e das suas conquistas.**

Palavras demagógicas e situação real

Certamente estareis lembrados das declarações que há dias Cavaco Silva, Primeiro-Ministro, fez aqui no Porto.

(...) A maior parte delas foram palavras ocas e ridículas que os conselheiros do sr. Primeiro-Ministro deveriam tê-lo aconselhado a não proferir.

De facto, parecia que estávamos a ouvir, não um Primeiro-Ministro do século XX, mas um cortesão dos tempos da monarquia a louvaminhar a genialidade do rei, apenas com a diferença de que, neste caso... o cortesão era o próprio rei.

O Primeiro-Ministro gabou-se do que chamou a «**espectacular recuperação económica em curso**».

Mas que vemos nós? Recuperação capitalista vemos, destruição e desmantelamento de empresas nacionalizadas vemos, uma cruzada de espoliações e de acumulação e centralização forçada de capitais vemos, a continuação do roubo de terras aos trabalhadores da Reforma Agrária vemos, — mas onde está a «espectacular recuperação económica» de que se gabou o Primeiro-Ministro?

No atraso cada vez maior da economia portuguesa em relação à economia dos países mais desenvolvidos? No abandono de uma política de desenvolvimento com o sacrifício de grandes projectos nacionais? Na desindustrialização? No encerramento de empresas? Nas posições crescentes do capital estrangeiro? Na estagnação da agricultura? Na degradação do sector das pescas? No agravamento que agora vai de vento em popa do défice da balança comercial? Na inserção servil e em lugar subalterno e apendicular da economia portuguesa na divisão capitalista internacional do trabalho definida pelos países mais desenvolvidos?

É uma evidência que teria sido melhor que o sr. Primeiro-Ministro tivesse ficado calado nestas matérias e não falasse numa «espectacular recuperação económica» que só existe nas suas palavras.

O sr. Primeiro-Ministro gabou-se também de estar a «**avançar para uma nova era**», «uma nova era» — nem menos.

A que se queria referir o sr. Primeiro-Ministro? Às estruturas económicas que pretende restaurar, ou seja, à entrega do País — dos capitais, dos recursos, das riquezas — a umas escassas centenas de grandes capitalistas? Mas, em tal caso como falar de «nova era», quando o que o senhor Primeiro-Ministro pretende com a destruição das conquistas de Abril, é restaurar precisamente a «velha era» do poder económico e político dos monopólios associados ao imperialismo e dos latifundiários?

Também melhor seria não se ter metido por expressões tão bombásticas e tão falsas.

O sr. Primeiro-Ministro gabou-se ainda da «**concretização do sonho acalentado por gerações que nos antecederam de recolocar a nossa Pátria na vanguarda da História**».

Frase sem dúvida bastante melodramática. Mas a que se referia o sr. Primeiro-Ministro? Aos salários em atraso? Ao desemprego? Aos despedimentos arbitrários? À precariedade do trabalho e à efectiva liquidação do direito ao trabalho? Aos tectos salariais? À baixa dos salários reais? Às discriminações relativas a mulheres e a jovens? À falta de medidas de fundo relativas a reformados e deficientes? Que sonho terá sido acalentado por gerações que o sr. Primeiro-Ministro agora concretiza? A degradação dos serviços de saúde e do ensino? O pacote laboral? O pacote agrícola que visa não só liquidar a Reforma Agrária, mas os direitos dos rendeiros e os direitos dos povos aos baldios? O pacote das privatizações? Ou a violação de liberdades elementares com a repressão contra os trabalhadores como com o caso de proibição de actividades sindicais em numerosas empresas, da requisição civil na Carris de Lisboa e das cargas policiais sobre os trabalhadores da INDEP? Ou queria o sr. Primeiro-Ministro referir-se aos sonhos

acalentados não de colocar Portugal na vanguarda da História, mas de colocar o grande capital na vanguarda da exploração do todo o nosso povo? E se era isso que queria dizer, então é certo que é essa a essência da sua política.

O sr. Primeiro-Ministro gabou-se ainda do «pleno florescer da sociedade civil».

Outra bonita frase, sem dúvida, mas a que queria referir-se o sr. Primeiro-Ministro com esta frase na lista das suas glórias? Ao «boom» da especulação e da jogatina na Bolsa? A onda alterosa de fraudes e de negócios ilícitos? À prostituição, no estendal significativo de que invade ruas e estradas e é trágico índice de miséria? Ou à corrupção que, a partir das áreas do Poder, alastra e se generaliza e que não é só de fumos como é sabido?

E as liberdades postas em causa? E a Comunicação Social governamentalizada, controlada e manipulada? E a independência nacional limitada, espartilhada e comprometida?

E, para acabar, porque já chega, nesta matéria, o sr. Primeiro-Ministro gabou-se de que «não existe outro governo na Europa com tão elevada quota de popularidade».

O vastíssimo movimento popular em curso está a dar-lhe a resposta.

O sr. Primeiro-Ministro falou. Mas quanto mais se cobre de louvores mais vem à superfície a natureza desastrosa da sua política.

E é porque é desastrosa, é porque não resolve, antes agrava os problemas, que se ergue actualmente em Portugal a **maior vaga de greves, manifestações e outras lutas registada nos anos mais recentes.**

A luta popular e a acção do PCP

A movimentação social em curso — pela sua amplitude, pela unidade e combatividade reveladas, pela rápida sucessão de lutas nas mais diversas classes e camadas sociais — revela a extraordinária gravidade dos problemas que a determinam e o confronto real, objectivo, na vida, na prática, entre a política do Governo PSD/Cavaco Silva e os interesses e aspirações de vastíssimos sectores da população.

(...) Quem duvida camaradas, que **o povo está em luta?** E em luta por interesses vitais? E em luta contra a política do Governo PSD/Cavaco Silva? E em luta com determinação de continuar e com confiança em que fará recuar o Governo e conseguirá alcançar os seus objectivos?

Em toda esta situação, o nosso Partido uma vez mais é chamado a assumir um papel determinante no esclarecimento, na organização e na mobilização de massas, na defesa dos interesses do povo, do País, das conquistas de Abril, do regime democrático, da independência nacional.

Quantas vezes ao longo dos 67 anos da existência do nosso Partido, as forças reaccionárias não proclamaram que o Partido estava liquidado, ou mesmo que tinha desaparecido definitivamente? Quantas vezes, mesmo após o 25 de Abril as forças reaccionárias não anunciaram que o nosso Partido estava isolado, num «ghetto», sem influência nem capacidade de intervenção na vida nacional? E recentemente, quando os resultados das eleições de 19 de Julho, quantos não proclamaram que o PCP tinha perdido definitivamente a sua força e influência e estava condenado a um imediato e completo afundamento?

E entretanto, ultrapassando as mais complexas situações, dificuldades e perigos, o nosso Partido continua sempre a revelar-se como **a grande força da liberdade, da democracia, do progresso social, dos direitos da Pátria, da paz.** Continua sempre com os trabalhadores, com o povo, sempre e sempre, incansavelmente, com os seus interesses e direitos, sempre e sempre na luta pelas causas justas que são a razão mais profunda da sua existência.

Que partido é este, capaz de assumir ininterruptamente ao longo dos anos uma tal actividade? Onde lhe vem a força? Onde lhe vem a dedicação? Onde lhe vem a coerência? Onde lhe vem a energia revolucionária sempre pronta a defrontar dificuldades e obstáculos? Quais são os **grandes traços essenciais que o caracterizam e o distinguem de todos os outros partidos e lhe conferem um papel sem paralelo na sociedade portuguesa?**

Neste 67.º aniversário é apropriado referir aqui esses traços essenciais que caracterizam o nosso Partido.

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores

Primeiro traço característico essencial: o nosso Partido é o **partido da classe operária e de todos os trabalhadores.**

É necessário, entretanto, sublinhar duas coisas:

Primeira, que no Partido, em todos os escalões e com direito e deveres iguais a todos os outros militantes, há militantes das mais variadas classes e origens sociais.

Segunda, que o Partido defende os interesses, apresenta a solução dos problemas, e insere esses interesses na perspectiva mais larga do socialismo, não apenas dos trabalhadores, mas dos agricultores, dos intelectuais, da juventude como

força social, das mulheres, de todas as classes e camadas sociais cujos interesses são atingidos pela política do grande capital e pela própria estrutura da sociedade capitalista.

A classe operária na sociedade capitalista é, porém, a classe que sofre mais profundamente a exploração, a classe mais combativa e revolucionária, e cuja relação no processo produtivo identifica inteiramente os seus interesses fundamentais de classe com o progresso social, com soluções políticas avançadas e com a necessidade de pôr termo à exploração capitalista.

O nosso próprio Partido, como aliás a criação desde o seu início histórico dos partidos comunistas, surgiu da **necessidade para a classe operária de ter o seu próprio partido, independente da direcção e influência ideológica e política da burguesia.**

A natureza e a política de classe é assim um **traço característico essencial do Partido Comunista Português** que se afirma nos seus objectivos a curto, a médio e a longo prazo, na sua ideologia, nas direcções fundamentais da sua actividade de massas, na estrutura orgânica em que as células no local de trabalho são organizações de base fundamentais e na própria composição de classe do Partido no qual **mais de metade dos membros (mais de 100 000) são operários industriais e agrícolas.**

Porque a natureza de classe do Partido e da sua política de classe traduz a sua raiz social, é base da sua força e capacidade de intervenção, determina os critérios das suas análises da situação, das suas atitudes políticas e da perspectiva de evolução da sociedade — compreende-se que a campanha contra o nosso Partido procure atingir essa característica fundamental.

A campanha anticomunista põe tudo em causa: a natureza de classe, a política de classe, a maioria operária nos organismos de direcção. A própria violência de tal campanha conduzida pelos órgãos do capital e da direita confirma que **a natureza e a política de classe do PCP é uma das origens fundamentais da sua força social e política.**

(...) Se considerarmos os sindicatos, os **dirigentes mais responsáveis do PSD e os TSD alinham por inteiro com o Governo e com o patronato mais reaccionário.**

E, relativamente a Torres Couto e à UGT quando, ultrapassados pelo vigor da luta de massas depois de terem chegado a acordo com o Governo e com o grande capital, declaram não aceitar as novas versões do «pacote» e quando numa grande operação propagandística, são promovidos pelo próprio Governo, pelo patronato e pelos meios de comunicação social como se a UGT fosse a grande força sindical mobilizadora da oposição — é lícito admitir que isso é feito para dar à UGT em termos de opinião pública, uma força que não tem, ocultar a força e o papel determinante da CGTP-IN e preparar novas golpadas contra os trabalhadores.

Quando o Primeiro-Ministro declara que não recua um milímetro e Torres Couto declara que não recua meio milímetro, é lícito perguntar se estando tão juntos um do outro nos acordos a que têm chegado, não sucederá que mesmo recuando em conjunto esse milímetro e meio, ainda fiquem praticamente encostados.

O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores apoia inteira e firmemente a CGTP. E ao mesmo tempo que desmascara manobras políticas e previne para eventuais alçapões, **apela a todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores dos sindicatos da UGT, a que se unam aos companheiros de trabalho na luta em defesa dos seus interesses vitais.**

A luta pelo socialismo

Segundo traço característico essencial do nosso Partido: o **nosso Partido tem como objectivo, que o caracteriza como comunista, a liquidação da exploração capitalista e a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados.**

(...) O PCP aponta a exploração capitalista, o poder político dos grandes capitalistas e agrários, o domínio internacional do imperialismo, como os grandes males que o bem-estar dos povos, o progresso social, a independência das nações exige que sejam removidos.

A experiência revolucionária mundial já mostrou que se não trata de uma utopia. A Revolução Russa de Outubro de 1917, numerosas outras revoluções socialistas vitoriosas, o ruir do colonialismo, comprovaram que a libertação dos trabalhadores e dos povos constitui um imparável processo de transformação social.

Processo extremamente complexo, porque depois de milénios de sociedades assentes na exploração da maioria dos povos pelas classes exploradoras e minoritárias detentoras do poder político e do Estado, a partir da Revolução de Outubro os comunistas, em numerosos países, conduziram os povos a revoluções vitoriosas e lançaram-se à tarefa grandiosa da construção de uma nova sociedade. Avançando por caminhos desconhecidos e por soluções novas na história humana, são inevitáveis extraordinárias dificuldades, de ordem interna e externa, correcções de rumo, insuficiências e erros.

Porque o socialismo é o ideal do nosso Partido e corresponde inteiramente aos interesses e aspirações mais profundas (mesmo que disso não tenham a consciência) dos trabalhadores e do povo de Portugal, compreende-se que a campa-

povo está em luta?



nha contra o nosso Partido procure diminuir a confiança e o interesse do povo por uma tal perspectiva. Mas nenhuma propaganda do imperialismo, das forças da reacção e do conservantismo, poderá ocultar as realizações históricas do socialismo, e, entre elas, como fundamental, a liquidação da exploração do homem pelo homem.

(...) A campanha anticomunista procura convencer os povos de que a experiência do socialismo no mundo fracassou, de que tal perspectiva é uma utopia, de que a sociedade socialista e comunista deixou de ter qualquer credibilidade como projecto dos trabalhadores e dos povos.

A propaganda do imperialismo e da direita, numa orquestração universal, faz grande alarido sobre a reestruturação em curso (a «perestroika») na União Soviética. Procura convencer a opinião pública de que os ideais de Outubro deixaram de ter qualquer projecção na evolução das sociedades, de que a sociedade socialista fracassou.

«O projecto comunista (...) desapareceu, é hoje uma coisa do passado» (DN, 3.1.86), proclamava há tempos um comentador encartado, cuja solidez ideológica e intelectual se pode medir pela velocidade supersónica com que os seus conceitos passaram da esquerda para a direita.

A verdade é que a reestruturação em curso na União Soviética significa uma política não de recuo, mas de avanço do socialismo, de aceleração do desenvolvimento, do reforço e vitalização do poder dos trabalhadores, do aprofundamento da democracia socialista no Estado, no partido, na sociedade.

E àqueles que constante e abusivamente citam Gorbatchov, foi o próprio Gorbatchov quem recentemente respondeu, ao afirmar: «Não cederemos nem um palmo do socialismo, do marxismo-leninismo, dê tudo o que foi conquistado e criado pelo povo».

Não, o nosso ideal não é uma utopia. Como vezes sem fim temos afirmado, não há modelos de socialismo, não há soluções universais para os problemas que a construção da sociedade socialista comporta. Devemos colher as experiências, não copiá-las.

Não, o nosso ideal não nos afasta da luta em cada momento histórico em cada momento político com os objectivos correspondentes.

O nosso ideal de comunistas, a nossa luta pelo socialismo e o comunismo, insere-se sempre, como perspectiva, na nossa

luta diária, nas condições concretas existentes, na nossa luta por objectivos correspondentes às situações.

Ao longo dos 48 anos de ditadura, colocámos como objectivo central a conquista da liberdade pelo nosso povo e, sem esquecer outros valiosos democratas, ninguém mais que nós, comunistas, lutou pela liberdade e contribuiu para ela.

Depois, na Revolução de Abril, colocámos como objectivo central a instauração de um regime democrático e progressista e, sem esquecer outros democratas, e designadamente os militares do MFA, ninguém mais que nós, comunistas, lutou para que tal regime fosse instaurado e consagrado na Constituição da República.

Nos últimos anos, colocámos como objectivo central a defesa das conquistas de Abril e a derrota dos planos da direita de liquidação do regime democrático e, sem esquecer outros democratas, ninguém mais que nós, comunistas, com os trabalhadores, com as massas populares, tem travado uma tal luta.

Mas nas mais variadas formas de luta temos sempre no horizonte o ideal e os objectivos que nos distinguem dos outros partidos, que nos caracterizam como comunistas; que inspiram a nossa luta e nos dão força e convicção indestrutíveis: **a construção futura em Portugal de uma sociedade sem explorados nem exploradores, da sociedade socialista.**

Democracia interna e unidade

Tercelro traço característico essencial do nosso Partido: o nosso Partido é um partido em que a democracia interna, a intervenção dos militantes, uma única direcção e uma única orientação são elementos fundamentais da sua unidade.

(...) Após longa aprendizagem, no nosso Partido, o centralismo democrático não é considerado como uma regulamentação normativa e burocrática, mas como um processo profundamente democrático que constitui a melhor garantia do acerto das decisões e da unidade do Partido.

O nosso Partido examina as experiências (as que considera positivas e as que considera negativas) de partidos irmãos. Adquiriu ao longo da sua já longa história as suas próprias experiências. **O funcionamento democrático do PCP é extraordinariamente mais rico do que o cumprimen-**

to formal dos Estatutos.

Uma experiência foi por nós adquirida como essencial e inovadora: o trabalho colectivo entendido não apenas na direcção mas a todos os níveis — a dinâmica do grande colectivo partidário.

A intervenção das organizações e militantes (incluindo os de base), por direito próprio, no exame dos problemas e na definição da orientação política, o direito de todos os militantes a colocarem nas organizações respectivas os seus pontos de vista, as suas divergências e as suas críticas com inteira liberdade, o hábito de ouvir e de respeitar os outros, a rejeição do individualismo conforme com o respeito e a valorização do indivíduo, a lei do colectivo válida contra imposições individuais ou de grupo e contra aqueles que por vezes aparecem julgando saber tudo e recusando aprender com a sabedoria colectiva, são aspectos importantes e essenciais da democracia interna e aquisições de grande valor que fazem parte do riquíssimo património da experiência do nosso Partido.

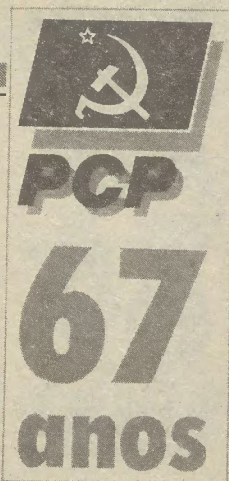
Creio, camaradas, que este funcionamento do Partido é acertado e válido. Que garante uma larga democracia interna e contribui de forma decisiva para a sua unidade.

Dáí termos sempre rejeitado concepções e experiências alheias segundo as quais seria melhor uma outra expressão de democracia: em que se admitisse nas organizações e na sua própria Direcção a formação de grupos e de tendências, cada qual com os seus chefes e as suas plataformas amplamente divulgadas para efeitos de polémica, que em vez de procurarem no trabalho colectivo com os demais camaradas a opinião e decisão comum, agudizassem conflitos e rivalidades que, entretanto, se viessem a ser postas em prática, poderiam conduzir à triste situação que atingiu outros partidos, primeiro divididos em grupos, tendências e rivalidades políticas e pessoais e finalmente divididos em vários partidos.

Esta nossa orientação e esta nossa prática não significa que qualquer militante não possa fazer, designadamente com vistas à realização do próximo Congresso, as propostas que entender, incluindo propostas de alteração dos Estatutos.

Mas creio que estareis de acordo em que **não é de aceitar que qualquer militante ou grupo de militantes, que entende que o funcionamento interno do Partido deve ser**





alterado, ponha desde logo em prática no seu comportamento individual ou de grupo não o que está decidido no Partido, mas as suas próprias ideias individuais ou de grupo.

Não é de acelar que quaisquer camaradas que entendem que os Estatutos devem ser modificados, comecem desde já a comportar-se, não segundo os princípios e normas dos Estatutos em vigor, mas segundo as modificações que eles próprios entendem que devem ser introduzidas.

É certo que alguns estão já a fazê-lo. Bom será que a tempo e de cabeça fria avaliem das consequências.

Partido marxista-leninista

Quarto traço característico essencial do nosso Partido: o nosso Partido é um partido marxista-leninista.

O marxismo-leninismo explica o mundo, a natureza económica, social e política das sociedades, os processos fundamentais da evolução social, as forças determinantes da transformação.

O marxismo-leninismo é em si mesmo o contrário do dogma, do imobilismo, do afastamento das realidades. O marxismo-leninismo fornece os instrumentos para a análise da realidade concreta em que se vive, para a descoberta, a análise e a interpretação dos novos fenómenos e das novas situações.

Ser marxista-leninista não é decorar e repetir textos, nem substituir a análise da realidade por citações dos mestres do comunismo.

Ser marxista-leninista é ser aberto à novidade e à transformação, é abordar a realidade e encontrar soluções com espírito crítico. O marxismo-leninismo não é corpo petrificado de teorias e de conceitos, antes é constantemente enriquecido pelo discernimento das novas realidades e pelas lições da experiência revolucionária.

Tendo Marx morrido há mais de um século e Lênine há mais de 60 anos, o marxismo-leninismo nos dias de hoje está enriquecido com novas conclusões teóricas, com a análise da evolução social mundial e a experiência da luta revolucionária dos povos ao longo de muitas dezenas de anos.

Mas os seus princípios fundamentais mantêm inteira vali-

dade porque correspondem não a um curto período histórico, mas à época histórica da decadência do imperialismo, da revolução proletária, da libertação dos trabalhadores e dos povos, da substituição da sociedade assente na exploração de umas classes por outras classes por uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

Porque o marxismo-leninismo é a base teórica fundamental da força ideológica e política do nosso Partido, compreende-se que a campanha contra o nosso Partido procure também atingir essa base teórica fundamental. Isso não se passa só em Portugal. Passa-se em todo o mundo.

Uma das linhas fundamentais do ataque (e isso não é de hoje, vem de há muitos anos) é tentar separar o marxismo do leninismo, conservando formal e parcialmente o primeiro e abandonando com a acusação de obsoleto o segundo. A verdade é que o marxismo é inseparável da contribuição teórica de Lênine na época do imperialismo.

O que pretendem que deve ser abandonado do leninismo? A confiança na derrota do capitalismo pela luta de libertação dos trabalhadores e dos povos? A natureza de classe do Estado e da política do Estado? A natureza de classe do Partido e da política do Partido?

A experiência mostra que o abandono do marxismo-leninismo é caminho andado para o afastamento do ideal revolucionário dos comunistas e o enveredar por concepções e uma política reformistas e social-democratizantes.

Creio, camaradas, que podemos afirmar, neste 67.º aniversário da fundação do nosso Partido que o PCP é e continuará a ser um partido marxista-leninista, e porque marxista-leninista, aberto para a vida, para a realidade, para a descoberta dos caminhos e das soluções para os problemas do nosso povo e da nossa Pátria.

Patriotismo e internacionalismo

Quinto traço característico essencial do nosso Partido: o nosso Partido é um partido patriótico e internacionalista.

Não existe qualquer contradição antes existe uma profunda harmonia ideológica, política e de acção prática, entre os nossos ideais, sentimentos patrióticos e os nossos ideais e sentimentos internacionalistas.

Ninguém mais do que nós, comunistas, defende os interesses económicos, sociais e políticos de Portugal que se identificam com os interesses do povo português.

(...) O nosso Partido defende uma política patriótica e independente para Portugal, uma política orientada e inspirada pelos interesses do nosso povo e da nossa pátria e não pelos interesses antinacionais dos grandes capitalistas associados às multinacionais e a interesses estrangeiros contra os interesses portugueses, como sucede com a política interna e externa do Governo actual.

Os nossos princípios e posições internacionalistas em nada contradizem, antes se identificam com os interesses nacionais portugueses.

Assim, por exemplo, corresponde simultaneamente aos interesses nacionais portugueses e aos nossos deveres internacionalistas sermos activamente solidários para com os povos de Angola e Moçambique sujeitos à intervenção, invasão e agressão militar dos racistas sul-africanos apoiados pelos Estados Unidos e condenarmos firmemente as posições do Governo actual por manter estreitas relações com os racistas e por dar o apoio necessário para que no território português representantes e agentes dos terroristas da Unita e da Renamo desenvolvam livremente as suas actividades.

Corresponde simultaneamente aos interesses nacionais e aos nossos deveres internacionalistas a nossa activa solidariedade para com o povo de Timor-Leste e condenarmos quaisquer novas tentativas da parte de Portugal de ocultar o genocídio do povo maubere pelas tropas indonésias ocupantes e reconhecer de uma forma ou outra a anexação pela Indonésia.

Corresponde simultaneamente aos interesses nacionais e aos nossos deveres internacionalistas a nossa activa solidariedade para com o povo palestino e a causa árabe, e condenarmos a cumplicidade do Estado português com os sionistas, patenteada na nomeação de um embaixador português para Israel neste preciso momento em que as tropas de Israel dão testemunhos da revoltante ferocidade na repressão do levantamento palestino nos territórios ocupados.

O patriotismo e o internacionalismo do PCP, por um lado enraizam o Partido no solo pátrio, na sua realidade, nos seus problemas, nos seus interesses, na firme defesa (mais do que qualquer outra força política) da independência e soberania





nacionais, e, por outro lado, estabelecem laços profundos de amizade, solidariedade, cooperação com os trabalhadores, os partidos irmãos, as forças revolucionárias e progressistas de outros países, relações que são expressão de amizade do povo português com outros povos e que contribuem para honrar o nome de Portugal e dos portugueses aos olhos do mundo.

O PCP é um partido patriótico e internacionalista. É uma característica essencial que marca a sua própria existência.

PCP não será o partido que a direita gostaria que fosse

É porque tem estas características fundamentais que o PCP se tem revelado, através dos anos, nas condições mais difíceis, mais duras e mais complexas, capaz de fazer frente às situações e de estar sempre indiscutivelmente na vanguarda da luta em defesa do povo e do País.

Também agora, (...) o nosso Partido é chamado a desempenhar um papel primordial, decisivo e determinante na luta contra a direita, em defesa dos interesses do povo e do País, em defesa do regime democrático e da independência nacional.

E é por ter consciência desta realidade da vida portuguesa (quer gostem quer não gostem dela certos comentadores) que as forças empenhadas na destruição do regime democrático conquistado com a Revolução de Abril e consagrado na Constituição da República **desencadeiam mais uma ofensiva contra o Partido, uma ofensiva de falsidades, de manipulação ideológica, de diversões propagandísticas e de desonestidades poucas vezes registadas ao longo da história do nosso Partido.**

Os ataques da campanha (e estou-me a referir à campanha anticomunista e não às opiniões de membros do Partido) não são novas na sua expressão literal. Já não é a primeira vez que lançam campanhas sobre uma suposta grave «crise do Partido» (que não existe), um processo de «declínio irreversível» (que a vida não confirma nem confirmará), um suposto funcionamento antidemocrático (que é contraditado pela democracia interna existente) e uma autêntica «caça às bruxas» (que não existe dentro do Partido contra ninguém, mas que parece que alguns movem do lado de fora contra dirigentes do Partido).

(...) A diferença entre esta campanha e muitas outras anteriores é que esta agora, de mistura com toneladas de mentiras, utiliza largamente opiniões de membros do Partido (...) com cujas opiniões coincidem quase literalmente o panorama do Partido que apresenta a direita e os «conselhos» que ela nos dá.

Quanto a opiniões de camaradas nas organizações respectivas, têm direito e liberdade para fazê-lo. Mas é lástima que, perante invenções, ataques caluniosos (envolvendo os seus nomes) contra o Partido, alguns deles, alguns, repito, em vez de protestarem contra quem assim o faz, protestem contra o Partido por ter tomado supostas atitudes ou decisões (que não tomou), mas que esses órgãos anticomunistas lhe atribuem.

Cavaco Silva, o Governo, a direita, gostariam que o PCP deixasse de ser o partido que é e se tornasse um partido submisso desde já à realização completa do plano contra-revolucionário de liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático de que são parte integrante.

Creio que ninguém aqui terá dúvidas de que **o PCP não será jamais o partido que a direita gostaria que fosse.**

E se, depois de aqui ter assim caracterizado o nosso Partido (como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, como partido que tem como objectivo a construção em Portugal de uma sociedade sem exploradores e explorados, como um partido com uma vida democrática e uma orientação única e colectiva, como um partido marxista-leninista, patriótico e internacionalista) se, depois de aqui ter assim caracterizado o nosso Partido, alguém disser que nos estamos a antecipar ao Congresso do Partido, então caberia dizer que quem se antecipou não fomos nós, mas aqueles que há precisamente 67 anos fundaram o Partido Comunista Português, aqueles que ao longo destes 67 anos, antes e depois do 25 de Abril, até hoje, organizaram, forjaram, desenvolveram o Partido na base destes princípios essenciais que o caracterizam.

Muita coisa tem mudado, está mudando e mudará no PCP. A vida é mudança e impõe mudanças. Os fenómenos novos exigem criatividade e ideias novas. Mas para reforçar e não para destruir aquilo que caracteriza este partido, que é, e que quer ser: o Partido Comunista Português.

(...) No que respeita às outras dificuldades, o Comité Central, sem prejuízo do debate próprio no momento adequado, resolveu imprimir à preparação do Congresso uma dinâmica inseparável da actividade política e da luta do Partido em todas as frentes da sua actuação.

Assim, a actividade geral do Partido, a luta que desenvolverá em todas as frentes, constitui um elemento enriquecedor e dinamizador da preparação do Congresso e a preparação do Congresso constitui um elemento enriquecedor e dinamizador da actividade e da luta do Partido.

(...) Quanto à preparação específica do Congresso todas as organizações e militantes em todos os trabalhos preparatórios serão chamados a dar a sua contribuição.

E desde já insistimos em desmentir atoardas. Todas as organizações e militantes têm pleno direito e plena liberdade de, nas organizações respectivas, dar as suas opiniões, fazerem críticas, adiantar ideias, sugestões e propostas sobre todas as questões que entenderem.

O Partido não se divide em sábios e ignorantes. Todo o Partido será chamado a pronunciar-se. Todos os membros do Partido têm a sua experiência de vida e de luta e o seu saber próprio que é necessário para as decisões do colectivo.

O XII Congresso culminará decerto um profundo e largo debate em todo o Partido. Fará a análise do passado, trará a orientação para o futuro. Elegerá o seu Comité Central, certamente com uma mais profunda renovação.

E se, perante a grandeza de todas estas tarefas, alguém põe em dúvida que elas serão realizadas, é porque conhece mal o PCP e os seus militantes, a sua experiência e a sua capacidade, a determinação e a energia revolucionária que se desprendem do nosso grande colectivo.

As tarefas foram definidas e serão realizadas.

(...)

Começou a contagem decrescente

(...) Nestes poucos meses que se seguiram às eleições o Partido remou contra a corrente, mas remou, não numa atitude voluntarista fora da realidade (como muitos acusaram), mas precisamente na base da análise correcta da situação e do conhecimento da realidade.

Afirmámos que o apoio eleitoral que o PSD e Cavaco Silva tinham obtido em 19 de Julho era extraordinariamente mais largo do que o apoio social que iria ter para a sua política. Afirmámos que a política do Governo iria em breve atingir interesses vitais de centenas de milhares de portugueses e portuguesas que nele votaram. Afirmámos que centenas de milhares de portugueses e portuguesas dentro em breve se levantariam em luta contra ele.

A vida está a mostrar que **o PCP tinha inteira razão na sua análise, na sua previsão, na sua luta e na sua confiança.**

Poucos dias depois das eleições, Cavaco Silva, com o seu estilo político-literário muito especial, proclamava numa linguagem geográfica: «A vitória de 19 de Julho constitui um pico que deve tornar-se num planalto nos próximos quatro anos» (DN, 5.8.87).

«Pico» foi. E agora? Agora, as grandes lutas de massas mostram que o «pico» não se tornou «planalto» antes se tornou um declive pelo qual Cavaco já começou a escorregar.

A grande movimentação de massas indica que **para Cavaco Silva começou a contagem decrescente.**

(...)

As forças da democracia, se organizadas e unidas na luta, serão bastantes para salvá-la e continuá-la.

A luta continua.

Viva Portugal de Abril!
Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a unidade dos democratas!
Viva o 67.º aniversário do PCP!
Viva o Partido Comunista Português!

Em todo o País

Com especial incidência no último fim-de-semana, o 67.º aniversário do PCP foi festejado em todas as regiões do País, de Trás-os-Montes ao Algarve, dos Açores à Madeira. Sessões, comícios, convívios, iniciativas diversas, muitas das quais com dirigentes do Partido, assinalaram com entusiasmo uma data projectada ao futuro. As imagens que aqui deixamos apenas exemplificam e simbolizam a riqueza e a quantidade dessas realizações. Em vários casos registaram-se presenças na ordem das centenas de camaradas e amigos (Marinha Grande pode servir de exemplo).



Marinha Grande



Póvoa do Varzim



Covilhã

Novo CT em Mangualde

Há muitas maneiras de comemorar um aniversário do Partido. A que foi encontrada pelos camaradas de Mangualde (distrito de Viseu) é capaz de ser das melhores. No passado domingo aí ocorreu a inauguração de mais um Centro de Trabalho do PCP, instrumento precioso para o desenvolvimento da vida democrática, da luta dos trabalhadores e das populações da região. O camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Partido, esteve presente na festa de inauguração de Mangualde.

Queixas e queixinhas

Toda a gente ficou a saber o que queria o Primeiro-Ministro Cavaco com a queixa que endereçou à Procuradoria sobre as acusações de uma deputada. Para além das proporções de «vingança» que a atitude tomou, a queixa de Cavaco contra Roseta visava não apenas intimidar os deputados da oposição — o que não conseguiu — como abrir um precedente estabelecendo a lei da rolha. Nem a oposição se intimidou; nem a deputada se calou; nem a Procuradoria lhe deu razão. Então o Primeiro-Ministro, a quem não chega a maior maioria partidária para se impor ao país, fez queixinhas. Contra o sistema, o regime, o Parlamento. Que eles — os deputados — podem afinal dizer o que quiserem. As suas imunidades permitem-lhes opor-se «desrespeitosamente» ao Governo e ao seu chefe. Está mal, diz este. Por essas e por outras é que o povo não encontra prestígio na AR... Os amigos de Cavaco também acham. Que os deputados abusam em tudo. O Júbice do «Semanário» acha mesmo que eles abusam «em viagens, em benesses e, agora, em ofensas». A direita sempre quis fazer crer que a Assembleia está a mais.

Isolados, coitados

Não vamos sequer comentar a decisão de convocar uma greve geral por parte da UGT de Torres Couto. Nem as observações de Cavaco, contando os trabalhadores do país e afirmando que se não forem todos para a greve a greve não será geral. Trata-se, num caso e noutro, de contas desmedidas. Curioso é que a UGT já ameaçou de «não fazer greve» se... a CGTP não aderir! Curioso é ainda que, por exemplo, o «Tempo», assinalando em manchete que os «TSD recusam greve geral», comenta em antetítulo que socialistas e comunistas estão... isolados. É como se quisessem trancar alguém **fora** das muralhas. Como dizia o outro: eles não nos estão a cercar, nós é que os obrigámos a estar aqui à volta...

Gravatas

Muito engravatada, a clique que «produz e realiza para si» os jornais e afins da nossa televisão continua a coreografar objectividades jornalísticas do tamanho duma camioneta. Chegam mesmo à audácia de optemperar coisas aos seus entrevistados, realinhando-lhes a verborreia com umas

Pontos Cardeais

adversativas bestialmente embaraçosas, já que inspiram novos fôlegos aos convidados e não há sorrisos de lápis no ar que depois os calem. Um verdadeiro calvário — um heroísmo jornalístico de ir às lágrimas, se quisermos chamar os ditos pelos propriamente. Ditos. E não é necessário emboscarmo-nos emissões a fio para assistir ao prodígio — qualquer emissão serve, de tão servis que todas são. A que agora nos ocorre aconteceu no princípio da semana e foi, como sempre, um deslumbramento. Falou-se dos «distúrbios nos territórios ocupados por Israel» para noticiar, com gravidade o «terrorismo aberto da OLP» ao sequestrar um autocarro de passageiros, posteriormente «tomado de assalto pelas forças da ordem, do que resultou a morte de três passageiros e dos três assaltantes». Os governantes de Israel apareceram em longas declarações e bestial indignação, clamando contra o «terrorismo da OLP». OLP que ninguém provou ser

vista ou achada para o sequestro do autocarro. OLP que não teve oportunidade de falar da situação. Situação que já vai em mais de uma centena de pessoas **assassinadas** pelos ocupantes israelitas, mais umas centenas mutiladas a sangue frio (como o próprio telejornal **mostrou** dias antes, com uma filmagem de soldados sionistas a **partirem ossos** a palestinianos). Mas a OLP é «terrorista». Quanto à RTP, é apenas um nojo. Engravatado.

Supõe-se

Segundo o Banco de Portugal, «o défice comercial atingiu, no período Janeiro/Novembro, os 3116 milhões de dólares, o que representa um agravamento superior a 100% relativamente a idêntico período de 1986». Supõe-se que Cavaco Silva vai pôr em tribunal este organismo, após se ter certificado de que este não possui qualquer espécie de imunidade. Nem bancária.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Xis menos vergonha

Aumentos? Quem diria...

Professores havia neste país que ganhavam xis e depois porque veio o imposto passam, a contra-gosto, a ganhar x-2...

Em certos casos (a gracinha das leis...) vão os atrasos a x-6...

Só um portento destas coisas faz: um aumento a andar para trás...

Dizer e fazer

Cavaco diz, num bocejo, que vai dinamizar. Mas eu só o vejo a desmantelar...

Ele até diz que crê que o emprego vai subir. Mas a gente só o vê a despedir...

Diz que quer dialogar e quer concertação mas a gente só vê a gritar de chicote na mão...

Como foi sempre de falsidade a sua relação com a gente pois na realidade o homem é coerente...

O que eu não quero é estar na pele de quem acredita nele...

Conservadores

«Esta política é (dizem oradores) contra os que, de má fé, são conservadores...

Quem são os conservadores? São os trabalhadores os comunistas os progressistas democratas mais puros em Abril seguros...

Ah, senhores doutores, conservadores, então? Acho que têm razão quem diz que eles são conservadores.

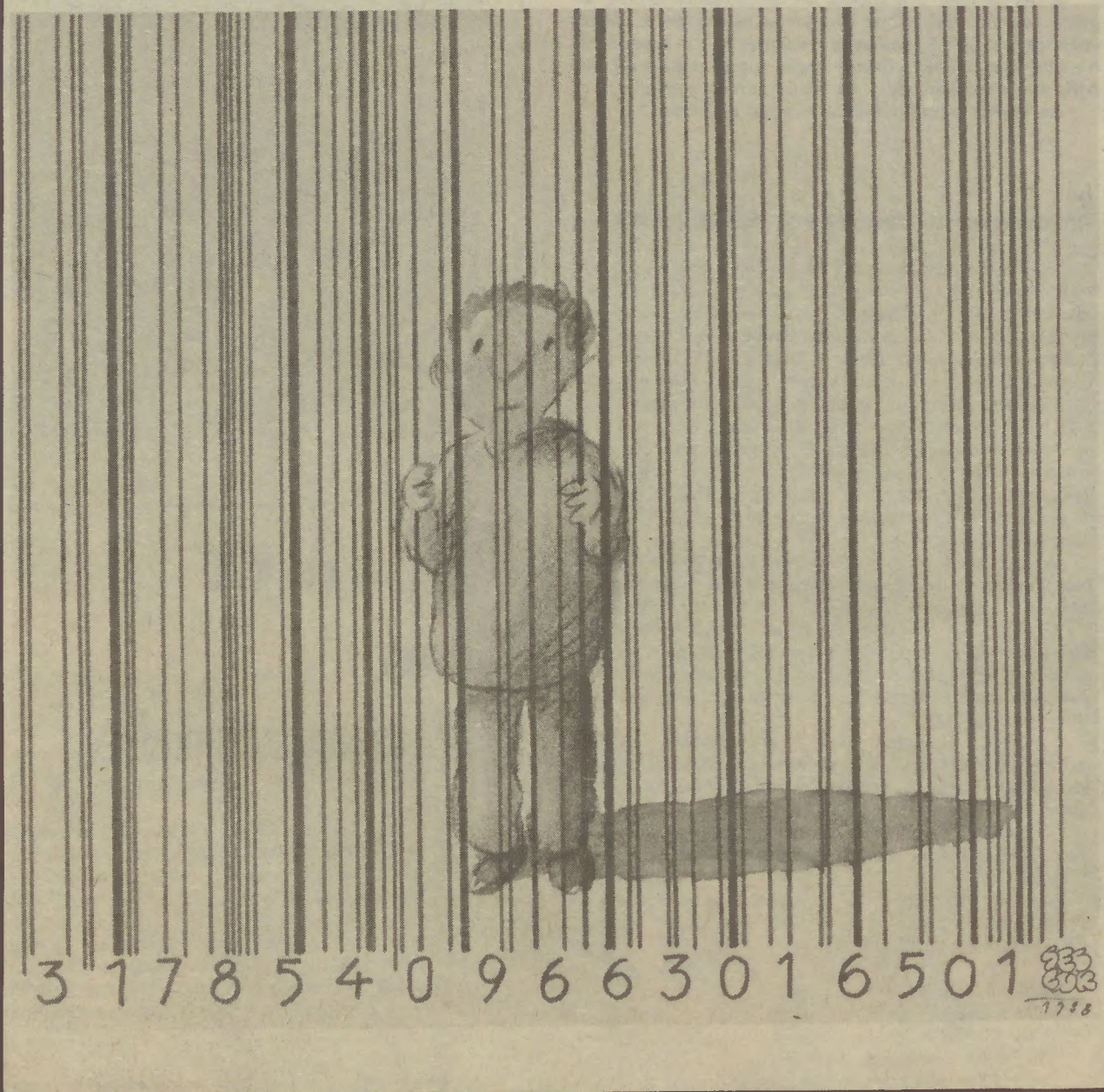
Sim, sim. Na balbúrdia medonha são esses que conservam... a vergonha!

O melhor

Cavaco — que ironia! — dizia sem corar que «Portugal não pode parar...»

Mas a sua política ruinosa desastrosa infeliz parou o *Metro*, os comboios, a Carris. O trabalho parou a escola fechou e em cada coração que batia aí Cavaco não teve nem uma oração por si.

Se ele não quer parar, estou em crer que, envenenado o ar, o melhor que tem a fazer é pôr-se ele a andar...



Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 741

10 de Março de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Almada

Sábado e Domingo

5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada

na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense
«Organizar para Intervir, Intervir Mais e Melhor
Organizando a Luta que a Nova Situação Exige»
com a presença do Camarada Álvaro Cunhal

Partido, com a presença do camarada César Roussado, membro do CC.

• TAVAREDE

Almoço comemorativo do aniversário do Partido, com a presença do camarada Vítor Costa, membro do CC.

• VIALONGA

Almoço-convívio, no «Refúgio do Mochô», com a presença do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da CP do CC do PCP.

• TORRES VEDRAS

Almoço-convívio,



com a presença do camarada Abílio Martins, membro do CC.

• MAFRA

Almoço-convívio, com o camarada Jerónimo de Sousa, membro do CC.

• SOBRAL DE MONTE AGRÃO

Almoço-convívio, com a presença da

camarada Marília Vilaverde Cabral, membro do CC.

• ALENQUER

Encontro de células de empresa, seguido de almoço, com a presença do camarada Francisco Lopes, do CC.

• RAMALDE

Almoço-convívio, às 13.00, comemorativo do aniversário do Partido, no Centro de Trabalho.

• MINDE/ALCANENA

Convívio de militantes, às 15.00, no Centro de Trabalho.

Quinta

• COIMBRA

Reunião distrital de dirigentes sindicais, às 18.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

• S. JOÃO DO CAMPO

Plenário, às 21.00, no Centro de Trabalho, para eleição da Comissão de Freguesia.

Sexta

• ALGUEIRÃO

Passagem do filme: «Salvador», às 21.00, no Centro de Trabalho.

de Trabalho, com a presença do camarada António Cordeiro, membro do CC.

• ALGUEIRÃO

Visita de vereadores CDU, concentração às 09.30, no largo da Colectividade do Algueirão-Velho.

• RIO DE MOURO

Visita de vereadores CDU, concentração às 09.30, na Serra das Minas.

• FORTE DA CASA

Almoço/Convívio, na sede nova do clube.

• PINHAL NOVO

Reunião de quadros de célula de empresa e activistas sindicais, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• AIRES/PALMELA

Plenário de militantes, às 21.00.

Centro de Trabalho Vitória.

• COUÇO

Almoço comemorativo do aniversário do Partido, às 13.00, na Tabaqueira, com a presença do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• PORTO ALTO

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• BARROSA/BENAVENTE

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• LINDA-A-PASTORA

Sessão de esclarecimento, às 21.30, no Sporting, com o camarada Falé, membro do CC.

Gestão e recuperação de centros históricos

Vai realizar-se no próximo sábado, dia 12 de Março, no Centro de Trabalho Vitória (Av. da Liberdade) uma reunião nacional de quadros do PCP sobre a gestão e recuperação de centros históricos de cidades e vilas.

Na reunião participarão quadros do PCP eleitos em autarquias locais nas diversas regiões do País, técnicos especializados na área em discussão, membros de associações de defesa do património, de estruturas populares e de outros quadros.

A reunião visa debater as experiências da intervenção dos comunistas eleitos e técnicos, na recuperação e conservação de centros históricos, as condições e dificuldades técnicas e financeiras existentes, a delimitação das responsabilidades do Governo e dos municípios, as lutas populares para assegurar o direito dos moradores continuarem a habitar os centros históricos (contra as manobras especulativas), a animação cultural, etc.

Cerca das 16.30 horas realizar-se-á um encontro com os órgãos de Comunicação Social para apresentação das conclusões da reunião.

• LISBOA

Reunião, às 21.30, no Centro de Trabalho de S. Domingos de Benfica, com a presença do camarada José Cavaco, membro do CC.

• BARREIRO

Conversa com Borges Coelho sobre a «Inquisição em Évora», às 21.30, no Centro de Trabalho.

• CASEBRES

Comemoração do Dia Internacional da Mulher, com a presença da camarada Luísa Araújo.

• ALHOS VEDROS

Plenário Concelhio de Quadros, a partir das 10.00, com a presença do camarada Bianqui Teixeira, membro do Secretariado do CC do PCP, no Centro de Trabalho.

• CASEBRES

Baile, a partir das 21.00, no Centro de Trabalho.

• BARREIRO

Plenário, de militantes da freguesia de Santo André, às 15.00, no Centro de Trabalho. Também às 15.00, plenário dos trabalhadores da Saúde.

• LISBOA

Reunião Nacional sobre: «Recuperação de Núcleos de Interesse Patrimonial Histórico-Cultural», a partir das 10.00 no

• LISBOA

Plenário de militantes, às 15.00, no Centro de Trabalho de Benfica, com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP. Também, numa iniciativa distrital, a partir das 15.00 «Problemas de Transportes e Circulação da Zona Norte da Área Metropolitana de Lisboa», no Hotel Berna.

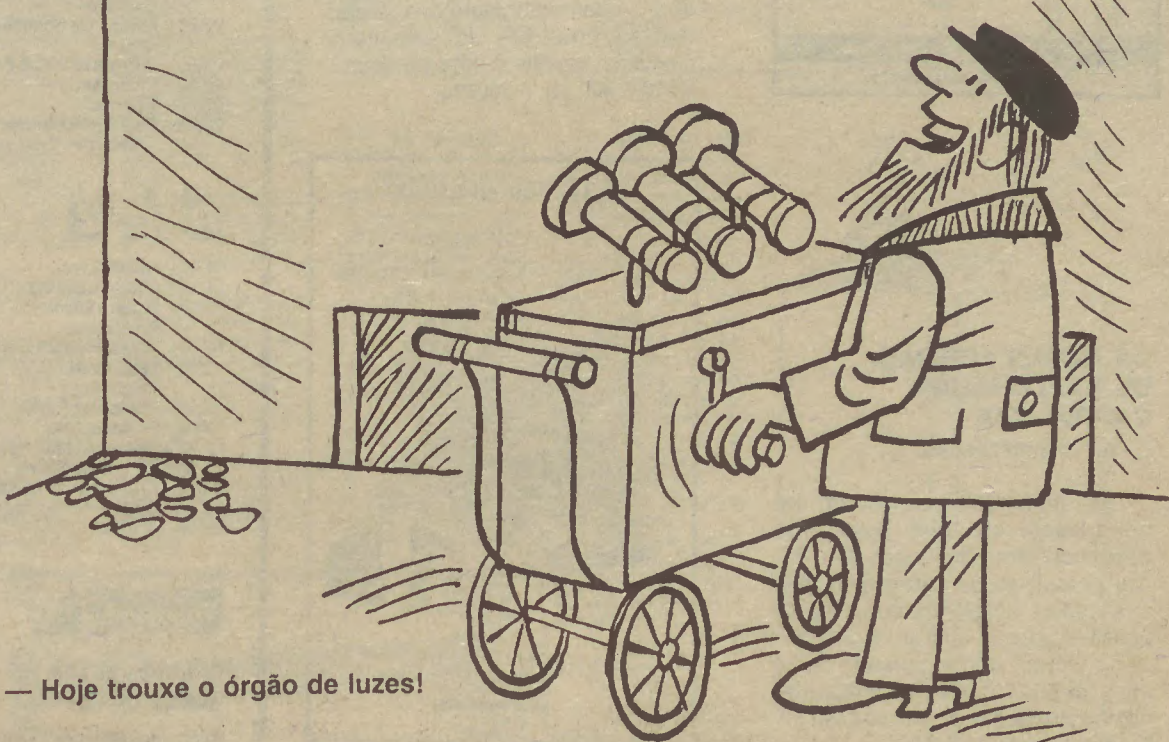
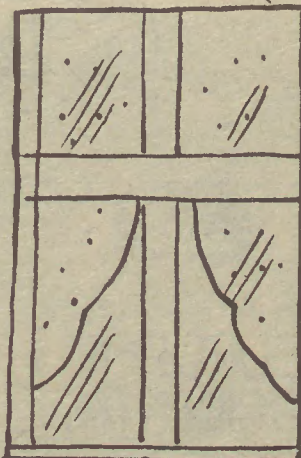
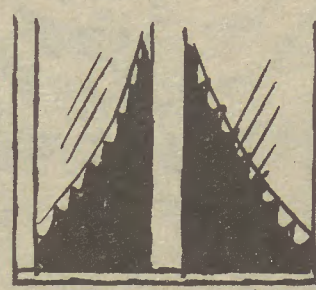
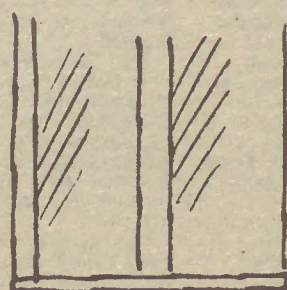
Domingo

• BARREIRO

Almoço, às 13.00 da Freguesia do Alto do Seixalinho.

• RONQUEIRA

Almoço comemorativo do aniversário do



— Hoje trouxe o órgão de luzes!

Horst Schrade: in «Mit Saitenspiel und spitzer Feder», Verlag Neue Musik Berlin, 1982

Sábado

• SINTRA

Plenário de célula da Câmara Municipal, às 15.00, no Centro

Teatro

O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Noites de Anto**, de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria.

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às

17.00. **O Destino Morreu de Repente**, de Alves Redol, enc. de João Mota.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., às 16.00. **O Baile**, adaptação e enc. de Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45, sáb., dom e feriados, às 16.00, dom. às 21.30. **Cheira a Lisboa**, de César de Oliveira e Henrique Santana.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Bruscamente no Verão Passado**, de Tennessee Williams, enc. de Carlos Fernando.

Teatro Nacional, Sala Garrett. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Bicho e o Tempo Feminino**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.

Sala Gil Vicente. De 3.ª a sáb., às 22.00, sáb. e dom. às 16.30. **A Infância de Leonor Távora**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.

Teatro Vasco Santana, Av. da República, 6-A. **As Duas Cartas**, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00, 20.30 e 23.00. **Festa no Parque**, de José Viana.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom., às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

ESTORIL

Teatro Mirlita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão**, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Médico à Força**, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

LISBOA

Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimenteiras, 6-A. **A Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os Papaléguas.

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

Teatro Ibérico, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. **O Leão Enganado**, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

TV

O Programa

Quinta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada» (133.º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.20 - Gira Mundo



18.55 - Série: «Guilherme Tell»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro» (106.º epis.)
21.05 - Primeiro Andamento: «Orquestra Gulbenkian»
21.45 - Telemundo
22.15 - Série: «A Clínica da Floresta Negra»
23.15 - 24 Horas
23.45 - Remate.

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Pano Para Mangas
15.40 - Série: «Santa Tereza d'Ávila» (1.º epis.)
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes» (203.º epis.)
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Formula One
20.00 - Série: «Cidade Nua»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Já Está!
23.00 - Série: «As Teias da Lei».

Sexta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.35 - Série: «Os Anos Não Contam»
18.50 - Série: «Guilherme Tell»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.25 - Telenovela: «Roque Santeiro»
21.20 - Série: «Os Sonhos de Ontem»
22.20 - O Programa das Festas
22.50 - 24 Horas
23.25 - Remate
23.40 - Pela Noite Dentro: «Ambições Perdidas».

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Agora, Escolha!
15.40 - Série: «Século Americano»
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Formula One
20.00 - Série: «Cidade Nua»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Clube de Jornalistas
22.00 - Série: «Fontamara»
22.55 - Troféu.

Sábado

RTP1

09.00 - Juventude e Família
12.05 - Série: «A Água e a Vida»
12.30 - TV Mulher
13.00 - Notícias
13.10 - Série: «Nas Asas do Vento» (1.º epis.)
14.00 - Parlamento
14.30 - Concurso: «Sobe e Desce»
15.40 - Petzy



15.40 - Sessão da Tarde: «Que Grande Paródia»
17.15 - Desenhos Animados
17.40 - Quem Cala Consente
18.10 - Vivá Música
19.10 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.00 - Boletim Meteorológico
21.15 - Série: «Cobardias»
22.15 - Espectáculo: «Festival Internacional de Música de Macau»
23.10 - O Vinho
23.30 - Cinema da Mela-Noite: «Operação Istambul».

RTP2

09.00 - Compacto Totally Live
13.00 - Compacto Tudo ou Nada
16.00 - Troféu
20.00 - Som da Surpresa: «Quinteto de Tony Williams»
21.00 - Uma Boa Ideia
21.30 - Série: «Melba»
22.25 - Concorde ou Talvez Não: «A Prostituição».

Domingo

RTP1

09.00 - Juventude e Família
11.15 - Missa
12.00 - 70 x 7
12.30 - TV Rural
13.00 - Notícias
13.10 - PME - Uma Aposta no Futuro
13.40 - Série: «Casa de Irene»
14.00 - Série: «A Sombra do Monte Fuji»
14.50 - Primeira Matinée: «Cyrano Contra D'Artagnan»
17.00 - Clube Amigos Disney
19.00 - Série: «Um Anjo na Terra»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Eu, Show Nico
21.35 - Série: «Pais e Filhos»
22.30 - Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 - Music Box
10.00 - Troféu
12.30 - Série: «O Meu Carro Tem 100 Anos»
13.00 - Music Box Especial: «Simple Minds»
14.00 - Caminhos
14.30 - Novos Horizontes
15.00 - Troféu
17.00 - Série: «A Cura em Causa»
18.00 - Série: «5.ª Dimensão»
18.55 - Piano Bar
20.00 - Série: «Quem Sai aos Seus...»
20.25 - Artes e Letras: «Marguerite Yourcenar»
21.25 - CineClube: «Aconteceu em Xangai».

Segunda

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.20 - Um Certo Sorriso
18.55 - Série - «Guilherme Tell»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
21.15 - Concurso - «Com Pés e Cabeça»
22.55 - 24 Horas
23.25 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Agora, Escolha!
15.40 - Gala da Orquestra Sinfónica Mundial

16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto por Ponto
19.00 - Formula One
20.00 - Série - «Cidade Nua»
21.00 - Jornal das Nove
21.55 - Teatro Português - «Elektra», de Marguerite Yourcenar, enc. Filipe La Féria

Terça

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.25 - Passeio Taurino
18.55 - Série - «Guilherme Tell»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.10 - Vamos Jogar no Totobola
20.25 - Telenovela - «Roque Santeiro»
21.20 - Programa da Direção de Informação
22.15 - Série - «Acção em Miami»
23.10 - 24 Horas
23.40 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Dois Dedos de Conversa
15.40 - Série - «Dallas»
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Formula One
20.00 - Série - «Cidade Nua»
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Série - «Lá em Casa Tudo Bem»
22.00 - CinemaDois - «Doc's Kingdom»

Quarta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.20 - Espeleologia
18.55 - Série - «Guilherme Tell»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
21.05 - Lotação Esgotado - «Cleópatra», real. Joseph L. Mankiewicz (EUA/1963)
24.00 - 24 Horas
00.30 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Agora, Escolha!
15.40 - Piano Bar
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Fórmula One
20.00 - Série - «Cidade Nua»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Série - «Fantasia e Realidade»
22.00 - Clube de Imprensa
22.45 - Série - «O Fim do Império Britânico»

edições Avante!



A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL

V. Kniashinski

A Integração Europeia Ocidental é um estudo sobre os problemas políticos fundamentais da integração na Europa Ocidental, que faz uma análise crítica das concepções ocidentais em voga, assim como uma ampla exposição dos fundamentos em que assentam as posições do socialismo científico quanto a este problema. 63.10 / 300 pp. / 750\$00

E.D.Vilkhovtchenko

Novas Formas de Exploração Capitalista



AS NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

E. D. Vilkhovtchenko

Os elementos racionais do conhecimento científico ligados ao desenvolvimento das modernas forças produtivas do capitalismo, são analisados do ponto de vista da possibilidade da sua utilização tanto na luta da classe operária pelos seus direitos como na prática da gestão socialista da economia. 61.08 / 304 pp. / 650\$00

A diferença de uma visão científica do mundo

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Atracção Fatal	—	★★	★★	—	★★
B	As Asas do Desejo	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
C	Debaixo de Olho	—	★★	★★	—	—
D	Diabo no Corpo	★	★★★★	★★★★	★★★★	—
E	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
F	Wall Street	★★★★	★★★★	★★★★	★★	—

A — Real. Adrian Lyne — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15; Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.15); Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

B — Real. Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

C — Real. John Badham — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) Lisboa.

D — Real. Marco Bellocchio — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00); Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Mundial/2 (14.00, 16.15, 19.00, 21.45); Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

E — Real. Bernardo Bertolucci — S. Jorge/3 (14.15, 17.45, 21.00) — Lisboa.

F — Real. Oliver Stone — Hollywood/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Las Vegas/2 (14.00, 16.15, 18.45, 21.30, 24.00; Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.

Exposições

LISBOA

Acender a Noite — Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.

Artur Varela — Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.º. Diariamente das 14.30 às 19.00 (até 30/3).

Arqueologia — Fundação Calouste Gulbenkian.

Azeiteiros — Colectiva (Bartolomeu, Pómar, Paula Rego, Menes, Lurdes Castro, João Vieira). R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Batarda — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

Brinquedos Cabot-Verdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Colecção da Livraria Buchholz, Lda. — Galeria Arcada. Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 6.ª, das 11.00 às 20.00.

Colectiva — Fotografia. Junta de Freguesia de Santiago, Rua de Santiago. De 3.ª a 6.ª das 20.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 18.00 (até 19/3).

O Corpo e a sua Imagem — Instituto Franco-Português, Av. Luis Bivar, 91.

Cristina Ataíde — Escultura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 27/3).

Diane Gullman — Pintura. Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 17/3).

Domingos Rebelo — Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 22/3).

Fotografia e Ambiente — Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 23.30, sáb. e dom. das 12.00 às 23.30 (até 21/3).

Francisco Simões — Pintura. Galeria São Bento, Rua do Machado, 1. De 2.ª a sáb. (até 15/3).

Gravura Brasileira — Centro de Arte Moderna.

Ivo — Pintura. Galeria Quadrado. Coruchéus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 26/3).

Leonel Moura — Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 26/3).

Maria José Jorge — Gravura, Espaço 43, Rua Elias Garcia, 43. De 2.ª a 6.ª das 17.30, às 19.00, sáb. e dom. das 15.00 às 19.30 (até 25/3).

Mário Bismarck — Pintura. Galeria St.ª Justa. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 4/4).

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Pedro Fazenda — Escultura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

Retrospectiva Aureliano Lima — Fundação Calouste Gulbenkian.

Restrospectiva de António Dacosta — Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Rui Chafes — Polígrafo/Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00.

Rui Cunha — Pintura. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00 (até 12/3).

Ruth Rosengarten — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56-5.º Dt.º. Diariamente das 16.00 às 20.00 (até 26/3).

Sérgio Pombo — Desenho. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 20/3).

Vieira-Baptista — Pintura «O Trapo Vermelho». Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 19/3).

Victor Fortes — Pintura. Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 26/3).

PORTO

Cargaleiro — Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. Inaugura amanhã.

Carlos Carreiro — Pintura. Galeria JN, Rua Gonçalo Cristóvão, 195. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 17/3).

Colectiva — Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Domingos Pinho — Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das

10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

Isabel Pavão — Pintura. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

Julien Chaves — Pintura. Galeria Nasoni, Sala Atlântica, Rua Galeria de Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

Manuel Botelho — Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 17/3).

Nuno de Santa Cruz — Pintura. Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 10/4).

Pintura e Fotografia — De Laura Cesana, José Afonso Furtado e Vítor Belém. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 23.30, sáb. das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.30, dom. das 14.30 às 20.00 (até 16/3).

Rosa Godinho — Pintura. Galeria do Barredo, Rua do Barredo, 12. De 3.ª a dom. das 16.00 às 19.00, sáb. das 21.30 às 23.00 (até 15/3).

«Do Tear à Moda» — Centro Regional de Artes Tradicionais, Rua da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.30 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

OUTRAS LOCALIDADES

Ward Janssen — Pintura e desenho. Centro Cultural São Lourenço (até 18/3) ALMANSIL.

Autur Bual — Galeria Municipal. Diariamente das 15.00 às 23.00 (até 27/3) AMADORA.

José Pastor — Fotografia. Galeria Maria Isabel, Rua Direita, 29 (até 30/3) AVEIRO.

«As Festas» — Convento de Verdereira. Aos sáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 30/4) BARREIRO.

Cláudia Lima — Pintura. Galeria do Teatro Municipal Mirita Casimiro. De 3.ª a sáb.



Rogério Ribeiro — Pintura — Guimarães

das 18.00 às 24.00, dom. das 15.00 às 20.00 (até 11/3) CASCAIS.

Avelino Sá — Pintura. Círculo de Artes Plásticas, Rua Castro Matoso, 18. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.00, das 15.00 às 18.00 e das 22.00 às 24.00. COIMBRA.

Colectiva — Escultura. Mus. Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Rui Prata — Fotografia. Galeria do CEF, Edifício da Academia (até 5/4) COIMBRA.

Ofélia Marques — Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 3/4) COLARES.

Contrapontos — Arcada. Arcadas do Parque, 18. Diariamente das 11.00 às 20.00 (excepto a 3.ª) ESTORIL.

Fotografia — Museu de Évora (até 20/3) ÉVORA.

João Duarte — Escultura. Galeria Lapub, Rua D. Luís I, bloco 2-B-r/c. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 18.00 e das 21.00 às 23.00, sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 (até 18/3) FIGUEIRA DA FOZ.

Rogério Ribeiro — Pintura. Galeria de Arte



Música

Orquestra Gulbenkian — o violoncelista Rafael Wallfisch e o maestro Franz Wälsner-Möst: dois concertos — hoje às 21.30, amanhã às 18.30 — no Grande Auditório da Gulbenkian, preenchidos com obras de Dvorák e Brahms (concerto para violoncelo e orquestra e Sinfonia n.º 2, respectivamente).

Noutra sala da Gulbenkian — o Auditório Dois —, concerto no dia 14 às 18.30, com o duo Katharina Heinz-Antonino David (piano e violino). Peças de Brahms, Ravel e Strauss.

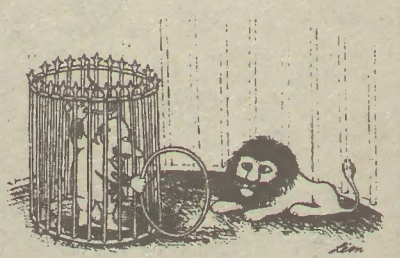
No Teatro Nacional de S. Carlos: — dia 11, às 21.30, concerto pela Orquestra Sinfónica do S. Carlos sob a direcção do maestro Wolfgang Rennert com a soprano Helena Vieira: Obras de Beethoven (a Sinfonia n.º 8), Mahler, Ravel; — hoje, também às 21 e 30, peças para violoncelo e piano de Cesar Franck e Prokofiev interpretadas por Irene Lima e João Paulo Santos.

Ainda em Lisboa, no S. Luiz, dois concertos integrados no ciclo Mozart-Beetho-

no Teatro Rivoli), e em Sintra (dia 12 às 16.00 no Palácio Valençães) o de Mário Marques, contra-tenor, e Cremilde Rosado Fernandes, forte-piano.

Bailado

Últimas apresentações no S. Luiz do recém-estreado programa da Companhia Nacional de Bailado, preenchido com «Variações de Paganini» (C. Trinchieras/Paganini) e «Carmina Burana» (Armando Jorge/Carl Orff). Nos dias 10 e 11 às 21.30, no dia 12 às 16.00.



sexta-feira às 21.30 — e alguns outros filmes a merecerem destaque:

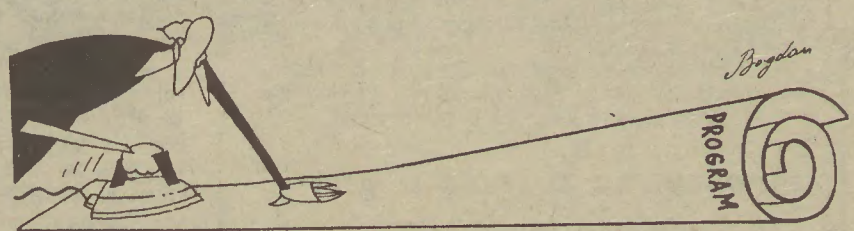
— de Billy Wilder o célebre Crepúsculo dos Deuses/1950 dia 11 às 18.30, Fedora/1978 no mesmo dia às 21.30, Testemunha de Acusação/1957 dia 16 às 21.30.

— de Marcel Carné, Os Trovadores Malditos/1942 dia 11 às 18.30, e de René Clement, no dia 14 às 18.30, A Batalha do

13 às 22.00, e Cerromaior, de Luís Rocha, nos dias 14 e 15 às 19.00 e às 22.00.

Na Cinemateca os bilhetes são a 125\$00, no Picoas a 200\$00.

Cinema português há também esta semana no Café-Concerto do CESL (R. Almirante Barroso, n.º 3, à Estefânia): na sexta-feira às 21.00 exibe-se, com a presença do realizador, João Botelho, Conversa Acabada.



ven. No primeiro — domingo, às 11.00 — participam António Anjos, violino, e Jorge Moyano, piano; no seguinte — terça, às 18.30 — um septeto instrumental: Vasco Barbosa, António Silva, Irene Lima, Pedro Wallenstein, Lopes Fernandes, António Nogueira e José Fróis.

A assinalar no Porto o concerto pela Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional de S. Carlos com a soprano Helena Vieira (dia 14 às 21.30

A chegar ao fim está também a série de espectáculos de dança brasileira contemporânea que a Gulbenkian organizou e que tem decorrido na Sala Polivalente do CAM. Nos dias 12 e 14 às 21.30, dia 13 às 16.00 e dia 15 às 18.30 um grupo do Teatro de Dança de S. Paulo; no dia 16, às 21.30, primeira apresentação do grupo que encerra o ciclo — o Grupo Trans-Forma.

Bilhetes (no CAM) a 500\$00, com 50% de desconto a jovens até aos 18 anos e a estudantes.

Cinema

A preços reduzidos é o que passa na Cinemateca Portuguesa (além disso, e por agora, de qualidade).

Esta semana, cinema português em antestreia Uma Pedra no Bolso/1988, de Joaquim Pinto,

Tempo

Fim de Semana

Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco moderado de Leste. Formação de geada.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

«Tempo perdido...» Por quem?...

Seminário em Madrid. Telejornal esteve lá, claro. É maníaca dos seminários. Não lhe bastam os que se realizam em Lisboa...

Pois em Madrid estava a fina flor dos capitalistas e dos seus economistas. Todos muito compenetrados do seu papel. Como a personagem de João Soares, o negócio deles são números. Notas. Cifrões...

Vimos a saber que «continuam a crescer os investimentos espanhóis em Portugal».

João Salgueiro não vê nisso mal nenhum. «Muitas centenas de anos — afirmou ele — nos desconhecemos. É preciso recuperar o tempo perdido...»

Também ficámos a saber que «os espanhóis estão mais fortes». Afinal, quem é que vai «recuperar o tempo perdido»?...

Ah, esta confusão em que nos querem mergulhar...

A alma perdida

Quatro de Março. Televisão portuguesa. Um programa em que se festejam os 67 anos do PCP, o partido desde a sua origem devotado «ao serviço do povo e da pátria», «sempre ao lado dos que lutam», «um combate de todos os dias para transformar a vida».

Eu sou franco: chegara tarde ao televisor, e de repente apanho com uma daquelas pela frente. Nunca esperei que a RTP tivesse aquele súbito ataque de devoção à verdade e à História. Mea culpa, mea máxima culpa!

Afinal, leitores, tratava-se afinal do Tempo de Antena do PCP. Ainda não é desta que a RTP se redime. O alma perdida, que desgraçada vocação a tua!

Uma palavra basta

No dia seguinte, sábado, no Jornal dito, o Senhor Roufenho Director diz que no PCP «não se deixa de falar de uma **pretensa** campanha contra o partido».

Tirem aquele **pretensa** e a informação estaria correcta. De facto, a imprensa do PCP e os discursos dos seus dirigentes denunciavam essa campanha. O jornalista estava dizendo isto, estava no seu papel de informar.

Mas ele acrescenta que essa campanha é duvidosa. Pretensa, quer dizer, pretendida, suposta, imaginada. O adjectivo carrega uma avaliação subjectiva, uma opinião. O jornalista não está apenas a dar uma realidade: está a influir na apreciação de uma realidade. Como se dissesse: essa campanha não existe. O PCP é que pretende que ela existe...

Afinal, existe ou não existe?

Não é preciso muito para o provar. Em certas ocasiões, basta mesmo um simples adjectivo...

Humor negro

O formidável comício do PCP foi tratado em brevíssimos segundos no dito jornal de sábado. Não deram, nem por sombras, uma ideia da sua grandiosidade.

O importante sim, o importante é a presença de Cavaco nas Caldas da Rainha. Em frente de meia dúzia de amigalhaços o que «merece relevo» é a **cassette** do desenvolvimento, do diálogo. Até disse uma coisa bestial: que «esta lei laboral vai fechar a porta aos contratos a prazo...»

A noite, haveria no segundo canal uma mesa-redonda dedicada ao humor. Podiam aproveitar aquela frase de Cavaco, como exemplo — do humor negro...

Promoção a todo o gás

A campanha para a promoção de Torres Couto atinge o pleno na informação da RTP. Sem exagero: não passa um dia sem a presença, **sempre em grande plano**, do dirigente da UGT.

O ponto mais alto dessa campanha foi quando dividiram o visor em dois rectângulos: à esquerda Torres Couto, à direita Cavaco Silva.

Cavaco fala, Couto responde-lhe. Taco a taco. O chefe do governo, o «chefe» sindical. De um lado, o representante do grande capital, do outro o «representante» das massas laboriosas. Dias antes, **Telejornal** fora explícito: é Torres Couto quem lidera a oposição dos trabalhadores ao Governo!

Não há dúvida: a vocação do Telejornal é mesmo o humor...

O círculo fechado

Voltado ao aniversário do PCP.

Quer queiram quer não o PCP fez 67 anos. Seria talvez interessante ouvir algum responsável daquele partido sobre o caminho que percorreram, que percorrem e esperam percorrer. Já não se exige, claro, que apresentem bolo e velas para apagar. Isso está guardado para outros partidos...

Em vez disso, porém, em vez de ouvir um responsável do PCP, ou um comentador honesto, quem vai ouvir o Moniz? O Moniz vai ouvir o Albuquerque. E quem é o Albuquerque? É colega de casa do Moniz. Qualquer dia apresenta o Albuquerque. E quem entrevista o Albuquerque? Entrevista o Moniz...

Estamos em presença de uma autêntica informação de rabo na boca.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Laterais aos grandes temas da semana, opiniões e notícias como as de hoje tropeça-se nelas em todos os jornais. Frequentemente com um curioso efeito: desmentem numa só coluna o que em páginas e páginas da mesma edição se afirma (nas entrevistas com ministros, por exemplo, agora quase diárias). Ou seja, nos casos em presença: confirmam que o Governo de Cavaco Silva é intolerante e é incompetente, que permite e promove a sujeição de Portugal a interesses estrangeiros, que despreza os cidadãos negando-lhes direitos básicos como seja o direito à saúde, que é quantas vezes o direito à vida.

«Hospitais à beira do colapso»

• A Comissão do Livro Negro da Saúde tornou públicos esta semana dois comunicados relativos à situação no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, onde se afirma que os cortes verificados no respectivo orçamento constituem um risco para a saúde dos doentes aí internados devido, entre outros factores, aos seus reflexos ao nível da alimentação.

Mas as falhas apontadas ao Hospital de Santa Maria não dizem apenas respeito à alimentação: uma fonte sindical considera que, com o corte orçamental verificado este ano o hospital vai receber quatro milhões de contos, menos um milhão que em 1987 — facto que vem pôr em causa a quantidade e a qualidade dos serviços médicos prestados (...)

Para a Comissão do Livro Negro, entretanto, serviços como a fisioterapia e os blocos operatórios, que só funcionam de manhã (apenas o bloco operatório da urgência funciona todo o dia), vão continuar por rentabilizar uma vez que existe apenas pessoal para assegurar um turno. «**As bichas de doentes para serem submetidos a pequenas cirurgias avolumam-se de tal forma que alguns já estão à espera para ser operados há mais de um ano.**»

Coimbra — «Risco de ruptura financeira a partir do próximo mês de Setembro» correm os serviços dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) — declarou também esta semana a Assembleia Geral dos médicos aí colocados.

Numa moção aprovada pela Assembleia falam de «**colapso financeiro**» e manifestam a sua preocupação pelo reflexo que isso pode vir a ter na prestação de cuidados de saúde aos doentes.

Os hospitais da Universidade de Coimbra são o maior estabelecimento hospitalar do país, com cerca de 1300 camas. Tinham uma previsão orçamental de 6,5 milhões de contos, mas acabaram por receber apenas cinco milhões. Este corte impossibilitou a abertura de novos serviços, como o de queimados, apesar da sua importância para uma região onde ocorrem anualmente milhares de incêndios.

Faro — «Quanto ao Algarve a situação não é melhor. Também esta semana foi notícia a «situação de ruptura» que, segundo o presidente da sua comissão instaladora, Mário Silva, se vive actualmente no Hospital Distrital de Faro.

A falta de cerca de trezentas camas e de médicos faz com que certos doentes, que deviam ser tratados no hospital, tenham de ser enviados para Lisboa, o que equivale a dizer que «**vão falecer em Alcácer do Sal**», ainda nas palavras de Mário Silva (...)

De forma a manter a urgência do Hospital de Faro a funcionar, certos médicos têm sido obrigados a trabalhar durante períodos contínuos de 24 horas, duas ou mesmo três vezes por semana. Um despacho governamental determinou que os hospitais concelhios da região deixassem de realizar intervenções cirúrgicas pelo que o Hospital de Faro se vê assediado por doentes que poderiam ser tratados localmente se existisse uma rede hospitalar organizada de forma mais racional.

Porto — «Também os problemas vividos no Hospital de S. João no Porto seriam trazidos às páginas dos jornais nestes últimos dias. E de uma forma quase trágico-cômica: o serviço de Cirurgia Torácica do S. João convocou, para realizar uma operação, uma doente que aí tinha sido observada há quase um ano. Só que, quando a vaga chegou finalmente, a doente já tinha falecido há sete meses... Tudo se passara afinal dentro da «normalidade»: o período habitual de espera neste serviço é precisamente de cerca de um ano.»

(«Expresso», 5 Março)

«Colonização comunitária»

• «Vai tomando alguma consistência nas estruturas comunitárias a ideia de que Portugal se deve especializar como fornecedor de madeira, inserindo-se esta ideia no «espírito comunitário» de que cada um deve produzir (para a Comunidade) o que mais se adequar às suas aptidões.

Estas são, no entender dos eurocratas, bem maiores na silvicultura que na lavoura, e por isso se fala, por exemplo, na florestação — «preferencialmente» com eucaliptos — do Alentejo. Como argumento, a fraca produtividade dos solos (searas de trigo)..., até nos «barros de Beja» (!), baixa quando comparada com as médias comunitárias.

Neste momento verifica-se já uma corrida das empresas de celulose, instaladas no País, à compra de terras para a plantação de eucaliptos — Trás-os-Montes (!), Castelo Branco, concelho de Alandroal e zonas fronteiriças, são alguns dos exem-

plos mais recentes — temendo a falta de matéria-prima para as suas fábricas, dada a crescente procura do exterior.

Significa isto que «estamos a entrar no ciclo infernal de aumento de plantação de eucaliptos com uma percentagem cada vez maior para a exportação de madeira», afirmou o presidente do Instituto Português de Produtos Florestais, João Soares, acrescentando que as empresas com fábricas no País sentem necessidade de ter as suas próprias plantações (aumentando, assim, a área de eucaliptal), sem que isso signifique que, no futuro, tenhamos mais madeira para a indústria nacional, dado que a tendência é a de que os agricultores vendam, cada vez mais, ao exterior.

O eucalipto tornou-se a coqueluche da indústria de papel, pelo que a pressão tenderá a aumentar, sem que neste momento existam internamente mecanismos de defesa relativamente à procura externa.

O melhor aproveitamento das potencialidades nacionais no sector florestal não está, obviamente, em causa. São muitas as terras que, utilizadas na agricultura, melhores resultados dariam se fossem florestadas. Mas a questão que agora se coloca é a hipótese de Portugal se transformar num fornecedor de matéria-prima da Europa, utilizando para tal áreas com aptidão agrícola o prejudicando a indústria instalada no País.»

(Diário de Notícias, 7 Março)

Ameaças à liberdade de imprensa

• «O Governo pediu autorização à Assembleia da República para alterar a Lei de Imprensa, não tendo sequer esclarecido os deputados do sentido em que o quer fazer. Presume-se que queira aumentar a celeridade dos processos judiciais de imprensa (como se o problema da morosidade da justiça prejudicasse fundamentalmente os que se queixam dos jornalistas), e há quem suspeite de que, de caminho, se tente agravar as penas condenatórias dos jornalistas.

Na sequência de recentes processos a jornalistas do «Expresso» e da Radiotelevisão Portuguesa começou a pairar o receio de que se esteja perante uma campanha de atemorização dos jornalistas, de cerceamento da liberdade de informação, através dos mecanismos judiciais. Não suspeitam, ou maquieladamente é mesmo o objectivo de alguns, estes aprendizes de feiticeiro que, desencadeado este mecanismo, é toda a liberdade que poderá estar em causa, é da asfixia do principal sistema respiratório da democracia que se trata. (...)

A campanha que lentamente está lançada pretende silenciar vozes incómodas, instaurar o medo da prisão aos jornalistas e das multas pecuniárias às empresas editoras. O medo que conduza à autocensura, à mordação consentida.

Os jornais e os jornalistas não querem eximir-se ao cumprimento da lei. Mas a interpretação dessa lei não pode levar a que não possam dar testemunho dos indícios da prática de crimes públicos.»

(«Diário Popular», 4 Março)

Xadrez

CXLIV — 10 de Março de 1988

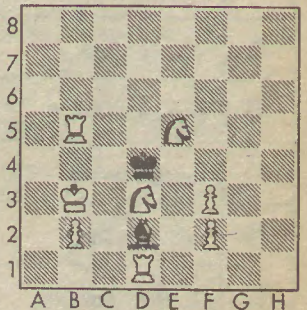
Proposição n.º 144

Por: LP Serdiakov

«Molodoy Rabotchi», 1927

Pr.: [2]: Bd2-Rd4

Br.: [8]: Ps.b2,f2,f3-Cs.d3,e5-Ts.b5,dl-Rb3



Mate em 2 lances

♦♦

Jogo n.º 144

Wijk-aan-Zee, Jan., 1988

Br.: Van der Wiel

Pr.: R Hubner

1. e4, e6; 2. d4,d5; 3. cç3, Bd4; 4. e5,c5; 5. a3, B:c3+; 6. b:c3, C67; 7. Dg4, 0-0; 8. Bd3, ç4; 9. Bh6, Cg6; 10. B:g6, f:g6; 11. B63, D68; 12. h4, Cç6; 13. h5, g:h5; 14. Th5, C67; 15. Cf3, Tf5; 16. Bg5,Cg6; 17. 0-0-0,h6; 18. Tdhl, h:g5; 19. C:g5, T:f2; 20. Dh3, Rf8; 21. D63, Tf7; 22. C:f7, R:f7; 23. Th+, Rg8; 24. Thhl, C67; 25. Dh3,Cf5; 26. g4 e as pretas abandonam.

♦♦

Solução do n.º 144

Chave: 1. Cç4! blocus

1. ..., R:d3; 2. T:d2++

1. ..., Ba5 ou b4; 2. Cb4++

1. ..., Bç3; 2. b:cç3++

1. ..., Bç1; 2. C:çl++

1. ..., Bf4,g5 ou h6; 2. Cf4++

1. ..., B63; 2. f63++

1. ..., B6l; 2. C:6l++

■ A. de M.M.

Damas

CXLIV

10 de Março de 1988

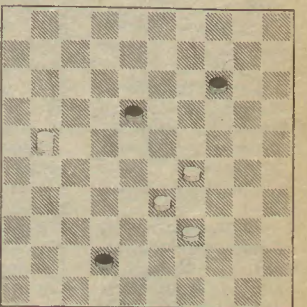
Proposição N.º 144

Por: Ribakov (URSS)

«La Dépêche du Midi», 13.V.1979

Pr.: [3]: 14-18-42

Br.: [4]: (21)-29-33-39



Jogam as brancas e ganham

♦♦

(Nota: Na Proposição N.º 142 (Av. 26.II.88) faltaram 2 pedras pretas em: 12 e 13)

♦♦

Golpe N.º 144

Por: Baba Sy

Senegal, 1974(?)

(Em jogo)

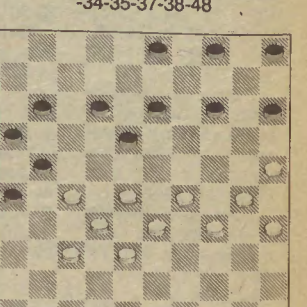
«L'Effort» N.º 261, 1975

Pr.: [12]: 3-4-5-11-12-13-14-15-

-16-18-21-26

Br.: [12]: 25-27-28-29-30-32-33-

-34-35-37-38-48



Jogam as brancas e abrem passagem para Damal

♦♦

Soluções do N.º CXLIV

N.º 144 (R): 21-26 (42-48) A; 26-12(48x23); 33-28(23x46) B; 12x5+

A — se (42-47); 26-42 eX,X(14-19); 29-24(19x30) 42-38

B — se (18x7); 28x10+

Golpe 14 (BS): 25-20(24x25); 29-23(18x40); 35x44(25x34); 33-

-39(34x23); 28x6+

■ A. de M.M.